

DUÍLIO LENA BÉRNI

BRASIL, MAIS ALÉM



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe do *ebook espírita* com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

Sobre nós:

O *ebook espírita* disponibiliza conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento espírita e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: www.ebookespírita.org.



www.ebookespírita.org

“BRASIL, MAIS ALÉM” (ESCLARECIMENTOS DE LIMIAR)

O autor do livro, militar e advogado, é um grande estudioso do Espiritismo. Participou do Movimento Espirita, cooperando com a Federação Espirita Brasileira e seu Conselho Federativo Nacional em diversas oportunidades e lugares, inclusive no Mato Grosso (MT). Posteriormente, foi Presidente da Federação Espirita do Rio Grande do Sul e atualmente prossegue nas lides espiritistas na capital gaúcha, mormente pela Imprensa, em cujas folhas têm guardada seus excelentes trabalhos pertinentes à Doutrina dos Espíritos.

Escreveu o livro e, um dia, em Uberaba (MG), pediu a Emmanuel, por intermédio de Francisco Cândido Xavier, o Prefácio. Pela manhã do dia 16-8-1975, data em que assumiamos a Presidência da FEB, no Rio de Janeiro (RJ), em reunião do Conselho Superior que se processou na Biblioteca da Casa, o respeitável Amigo Espiritual ditava a mensagem-prefácio, divulgada em junho de 1977 pelas colunas de “Reformador”.

Inicialmente, o confrade Duílio Lena Bégni não procurou a FEB, mas o GEEM, de São Bernardo do Campo (SP). O nosso comum amigo, Dr. Rolando Ramacciotti, no entanto, após examinar aquelas páginas, colocou o autor em contacto telefônico conosco, pois ele sentia que aquele livro devia ser lançado pela Federação Espirita Brasileira e não por outrem. Convidamos Duílio a submeter-nos os originais, o que fez logo, viajando para o Rio.

Verificamos que o Dr. Ramacciotti estava certíssimo. Mesmo porque, pela natureza e extensão das transcrições, muito necessárias, aquela produção literária dependeria de autorização febianiana para que pudesse ser impressa fora da Casa de Ismael. Explicamos ao autor que a publicação estaria sujeita a certa demora, diante de compromissos editoriais anteriores e em pleno curso no Departamento Editorial.

O tempo corria celeremente. Algumas trocas de cartas e esclarecimentos tinham curso. Viajamos à Europa, em missão da FEB, com a Caravana que se integrava também de dois valerosos companheiros — Divaldo P. Franco e Nilson de S. Pereira. Visitamos os sítios onde trabalhou Dom Henrique, o Infante de Sagres, na Ponta de Sagres; onde ele contratava suas equipagens, em Lagos e Portimão; a Torre de Belém, donde partiam as caravelas dos descobrimentos...

O Brasil e a FEB tinham ido Mais Além! .

Só então percebêramos o alcance e oportunidade do livro, com mais vigor. Em novembro de 1976, publicáramos o editorial O campo é o mundo... No ano seguinte iríamos pessoalmente dizer a mesma coisa aos Movimentos de Portugal, da Espanha, da Inglaterra, da França, aos núcleos isolados da Itália, da Suíça; passaríamos pela Alemanha Ocidental...

Em fins de 1978, remetemos ao autor as provas da capa de “Reformador”, em cores, do fascículo de janeiro de 1979, com a estampa da capa do seu livro, para que ele fosse o

primeiro a vê-la.

O artista Cecconi elaborara a arte-final da cobertura. Uma bela policromia. Um barquinho isolado... Cecconi não soube explicar o sentido dele; foi uma idéia artística na composição, simplesmente. Mas, a sombra, nas águas, dá idéia do mapa do nosso país, em relevo muito tênue; aquelas margens... Duílio, no entanto, viu na composição o que se encontra no livro “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”, de H. de Campos (Espírito), psicografia de Chico Xavier: “Afonso Ribeiro, um dos condenados ao penoso desterro...” (...) “e, como por delicado milagre, a sua jangada rústica regressa, celeremente, à praia distante. Em vão as ondas sinistras e poderosas tentam arrebatá-lo para o oceano largo. Uma força misteriosa o conduz a terra firme, onde o seu coração encontrará uma família nova. Ismael havia realizado o seu primeiro

feito nas Terras de Vera Cruz. Trazendo um náufrago e inocente para a base da sociedade fraterna do porvir, ele obedecia a sagradas determinações do Divino Mestre!’ (Capítulo m, Os degredados.)

*

**

O autor, antes um pouco, escrevera-nos para que incluíssemos no livro uma nota, a respeito de Hilel ou Helil (o mesmo Dom Henrique de Sagres, em diferente missão), pois só posteriormente lembrara da Nota n° 2, inserta à página 38 de “O Evangelho segundo o Espiritismo”, tradução de Guillon Ribeiro, FEB, 1978), datada de 1947 e colocada no livro por iniciativa de Ismael Gomes Braga: Allan Kardec, referindo-se às seitas dos judeus, no item HI — Introdução —, salientara que “a mais influente era a dos fariseus, que teve por chefe Hiilel, doutor judeu nascido na Babilônia, fundador de uma escola célebre (...)”. A Nota n° 2 diz o seguinte: “Não confundir esse Hiilel que fundou a seita dos fariseus com o seu homônimo que viveu duzentos anos mais tarde e estabeleceu os princípios religiosos e sociais de um sistema todo de tolerância e amor, sistema hoje conhecido por Hilelismo. — A Editora, 1947.”

Disséramos que não apenas incluiríamos a nota, como inseriríamos uma pesquisa que mandáramos proceder. Todavia, paginação já concluída, não mais podia entrar a Nota no lugar indicado pelo autor, muito menos a pesquisa.

Daí termos redigido o que se segue, espécie de meio-termo entre o prometido e o conseguido antes de rodar esta primeira edição de “BRASIL, MAIS ALÉM!”

••••

Num dos parágrafos da célebre “Declaração sobre o Esperantismo”, aprovada no I Congresso Universal de Varsóvia, consta o seguinte: “O Esperantismo é um movimento tendente a difundir em todo o mundo o uso de um idioma neutro, que, sem se intrometer na vida interna dos povos nem pretender suplantá-las, dará aos

homens de povos diferentes a possibilidade de comunicarem-se entre si... Qualquer outra idéia ou escopo que tal ou qual esperantista ligue ao Esperanto, será assunto do seu exclusivo interesse, pelo qual não responde o Esperantismo.”

No mesmo valioso livro de que nos servimos, “Zamenhof — Iniciador do Esperanto”, de A. López Luna, tradução de Carlos Domingues, Irmãos Pongetti-Editores, 1959, Rio (RJ), há a seguinte afirmativa de Zamenhof: "Educaram-me como idealista — escreveu —, ensinaram-me que todos os homens são irmãos, entretanto na rua e por todos os lados, a cada passo, era-me dado ver que não existiam homens; só russos, poloneses, alemães, hebreus."

De acordo, ainda, com a narrativa simples e amena de A. López Luna, entendia Zamenhof ser "necessária alguma coisa mais que o Esperanto": "Instruir os povos, colocar-lhes nas mãos uma arma moral (...) recordar-lhes uma vez mais que acima dos credos, das raças e das pátrias está a Humanidade.”

O seu pensamento foi então expresso, diz o autor referido, numa obra assinada Homo Sum, subordinada ao título “Hilelismo”, a qual não despertou o esperado interesse. Era escrita em russo e destinada principalmente às comunidades judaicas. Todavia, não desistiu, pois no mesmo sentido buscou a boa-vontade geral do mundo, preparando, sem assinatura alguma, "para que não se misturasse o Esperanto com as suas idéias e preferências", o opúsculo de 1906, "HOMA- RANISMO”.

Houve protestos dos mais ortodoxos, embora não houvesse caído o folheto em terreno sáfaro. Zamenhof sempre quis aproximar os homens, não só por meio de uma língua neutra, diz A. López Luna, uma língua comum, mas igualmente acreditava "na possibilidade de estender entre eles uma espécie de ponte moral que unisse fraternalmente todos os povos e religiões". "Desde a mais remota infância — escreveu em carta a Alfredo Michaux — entreguei-me a um único e para mim supremo ideal: o de unir a Humanidade. Este ideal é o fim e objetivo da minha vida toda, e o Esperanto só uma parte dele...”

O autor do livro traduzido por Carlos Domingues, grande autoridade em assuntos esperantistas entre nós, no Brasil, apresenta-nos uma síntese doutrinal do “Homaranismo” (que é o Hilelismo rebatizado), ou seja, as suas “doze regras”:

nossos atos sejam

“A Humanidade é uma família;

“ Todos os nossos atos sejam regidos por esse ideal;

“ Não julguemos os homens pela sua raça, mas por suas boas ou más ações;

“As nações não pertencem a este ou àquele núcleo humano, mas a todos os seus habitantes.

“Não procuremos impor aos homens nem a nossa língua nem a nossa crença;

“O “homem” está antes de tudo e acima de tudo.

“O patriotismo não deve degenerar em patriotice.

“A língua não é um fim; só um meio;

“Com os que desconhecem o nosso idioma usemos uma língua neutra;

“A religião não deve herdar-se dos pais; deve adotar-se livremente com plena consciência.
“Sejamos tolerantes e compreensivos para com aqueles que não têm os nossos mesmos ideais.

“Cultivemos sentimentos fraternais para com os nossos semelhantes.”

* * *

Ismael Gomes Braga escreveu em 1937 (“Reformador”, pp. 532 e 533) um dos primeiros artigos que a revista da FEB publicou sobre Hilelismo.

Foi por ocasião da divulgação de um dos capítulos do livro mediúnicos de Humberto de Campos, “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”, psicografado pelo médium Francisco Cândido Xavier. Dizia I. G. Braga: “Presumimos que só esperantistas conheçam o Hilelismo, porque não nos consta tenham sido traduzidos em outra língua os escritos do Dr. Zamenhof sobre esse assunto.”

“Insistimos — acrescentava I. G. Braga —, até prova em contrário, que a grafia certa é Hilel e não Helil, conquanto as trocas de vogais sejam de todo insignificantes em nomes hebraicos, porque temos visto o nosso próprio nome escrito Esmael, e Ismail, sendo esta última forma a única empregada pelos povos árabes.” Continua o nosso antigo mestre de Esperanto, divulgador do Espiritismo e cultor do Evangelho (os três “EEE”): “Hilel foi notável pensador contemporâneo

e conterrâneo de Jesus-Cristo. Sábio mestre em Israel, chegou a ser presidente do Sinédrio, função em que desencarnou, cerca de dez anos depois de Jesus. Seus ensinamentos eram demasiado elevados para o seu tempo e ainda o são para os nossos dias; contudo, estão escritos para vigorar em futuro que se .. aproxima (..

“Os dogmas do Hilelismo”, como vimos, foram publicados em língua portuguesa, dez anos antes do retorno de I. G. Braga ao Mundo Espiritual, no livro por nós consultado e de que respigamos alguns trechos.

“A doutrina de Hilel é uma tentativa — hoje ainda utópica — de universal confraternização humana. Ensina o respeito máximo à verdade e o culto constante do amor entre os homens. Para alcançar essa finalidade, estabelecer-se-iam templos neutros, nos quais todas as formas de culto e adoração seriam igualmente respeitadas, sem sectarismo algum. As falsidades históricas, nacionalistas, racistas, gentílicas, tudo, enfim, que separa os homens, seria pacificamente abolido pelo esclarecimento recíproco, feito com sinceridade, sem embustes nem preconceitos. Abolir-se-iam pela solução mais humanitária todos os problemas sociais, religiosos, de classes, etc.” (...) “Encarregado dos problemas sociológicos da Terra — como tal aparecendo Helil na mensagem de H. de Campos —J classificação felicíssima e da máxima oportunidade (escrevia Ismael Gomes Braga), pois que todos os propagandistas do Esperanto são, pelo menos em parte, trabalhadores do Hilelismo, que talvez pudéssemos definir como a “parte do Cristianismo que trata das relações entre os homens.”

Antes de concluir seu artigo de 1937, o nosso Ismael ainda lembrava que “A ética internacional”, tratada em “A Grande Síntese” (que “Reformador” estava publicando em capítulos), terminava “estudando os complexos e dolorosos processos da construção do instinto de convivência internacional, declarando que a ética Internacional mal vem de nascer”.

Os livros mediúnicos nos acarretam o agradável dever de estudar, mais e pesquisar continuamente. Numa das leituras do trabalho de H. de Campos, veio-nos à mente a idéia de aprofundar o conhecimento que possuíamos sobre Dom Henrique, cognominado o Navegador ou o Infante de Sagres (o mesmo Hilel, reencarnado, em Portugal, no século XV). Buscamos, entre outros informes, o que nos revela a “Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, volume 13, pp. 76 a 90. Realmente constatamos que o Infante de Sagres reunia condições para a missão a que se refere o Espírito Humberto de Campos, noticiada sob o ponto de vista da Espiritualidade Superior. Criatura de invulgar valor, como o fora Hilel. E este último? As coisas ficavam, agora, mais difíceis, porquanto, no seu caso, bem mais antigo, obras especializadas precisavam consultadas. Zêus Wantuil foi o nome que nos ocorreu, na hora, para resolver esta parte. Aceitou de bom grado e dias após trouxe-nos farto material, xerocado e classificado, obtido na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (RJ): De “La Grande Encyclopedie”, vol. XX, pp. 81 e 82; “The New Encyclopaedia Britannica”, vol. 8, p. 873; “Encyclopaedia Britannica”, vol. 11, p. 496, e vol. 21, p. 641; “Verbo-Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura”, vol. 10, coluna 169; “Enciclopédia Brasileira Mérito”, vol. 10, p. 579; “The Universal Jewish Encyclopedia”, vol. 5, pp. 362 e 363; “The Catholic Encyclopaedia”, vol. 7, pp. 354 e 355; “Encyclopaedia of Religion and Ethics”, volume 6, pp. 681 a 684.

Constatamos, contudo, que o material acima identificado justificaria uma tarefa de maior envergadura, uma série de artigos preparados pacientemente por quem domine perfeitamente as línguas inglesa, francesa e portuguesa, habituado a esforços de síntese, como, por exemplo, Hermínio Corrêa de Miranda. Reservamo-lo, por isso, para tal efeito.

Mas, sem nos alongarmos excessivamente podemos, ainda através de Ismael G. Braga, transmitir mais umas notícias. Em A Escolha do Historiador (“Reformador” de novembro de 1957, p. 263), lemos a transcrição destas palavras de Emmanuel, do Prefácio do livro de H. de Campos: “Este trabalho se destina a explicar a missão da terra brasileira no mundo moderno.” Mais adiante, repete palavras que Jesus teria dito a Hilel. “Aqui, Hilel, sob a luz misericordiosa das estrelas da cruz, ficará localizado o coração do mundo!”

“Hilel — refere o articulista de 1957 — era contemporâneo de outro sábio judeu, chamado Shamai. Um estranho procurou Shamai e lhe disse: — Eu quero que me exponhas toda a doutrina dos judeus, mas num resumo tão breve que eu a aprenda enquanto me possa manter de pé sobre um pé só. Shamai, que estudara a doutrina durante decênios e a achava muito vasta, percebeu que o desconhecido nada queria aprender, queria somente zombar

das longas lições dos doutores da lei; encolerizou-se e correu o homem de sua presença. (...) O homem formulou o mesmo pedido que fizera a Shamai, mas Hilel não se encolerizava nunca e respondeu. — Faze aos outros o que queiras que os outros te façam. — É só isso a doutrina toda?! — interrogou o homem, surpreso e desapontado de não ter podido irritar o sábio. Calmamente completou Hilel. — É só; tudo o mais são comentários.”

O trabalho de Ismael prossegue; porém, antes de examinar outros ângulos do tema, registra o seguinte: “A Regra Áurea, que aparece em Mateus (7:12) e Lucas (6:31), foi sancionada por Jesus e vastamente divulgada com o Cristianismo, mas, segundo os judeus, ela era ensinada por Hilel, contemporâneo do Messias, e até hoje aceita doutrinariamente pelos israelitas. Segundo outras opiniões, a Regra Áurea é muito mais antiga.”

Vidas como as de Helil, Dom Henrique, Zamenhof são como fochos de luz, iluminando os caminhos humanos, nas épocas sucessivamente vividas pela Humanidade. Em verdade, no entanto, todas elas obedecem a uma diretriz muito alta que desce do Infinito, das Esferas Crísticas, subordinada ao contexto do Evangelho de Jesus, exemplificado numa Grande Vida, modelar, para a definitiva redenção do gênero humano. São, as dos citados missionários, as vidas-padrões dos vários tipos de grupamentos de Espíritos em plena evolução...

Rio de Janeiro (RJ), 16-17 de fevereiro de 1979

Francisco Thiesen

Presidente da Federação Espírita Brasileira

PREFÁCIO

Caro amigo

Duílio Lena Béрни

Deus nos abençoe.

Seu livro é uma bênção do Mais Alto, convidando-nos a construir o futuro melhor.

A missão do Brasil aí se espelha em todos os ângulos de luz com que se caracteriza.

A nossa formação com o pensamento do Cristo nas mais íntimas estruturas da base sobre a qual nos erguemos. . .

As edificações primeiras. . .

As tarefas do nativismo. . .

A conjunção de povos diferentes⁹ mas integrados no mesmo ideal de bondade para lastrear-nos a família comum....

A paciência dos séculos e o esforço das criaturas...

As conquistas. . .

As descobertas.... •

Os tesouros à vista. ..

Os instrutores do bem. . .

Os emissários do Cristo, orientando-nos inclinações e caminhos. . .

As idéias de liberdade renovadora. . .

A maioria coletiva. . .

Os princípios de dignidade humana irmanando as criaturas. . .

E, depois da longa gestação no espaço e no tempo, o colosso brasileiro, conduzido a Jesus para o desempenho dos nobres encargos que lhe foram marcados no concerto dos povos. . .

E, por fim, Allan Kafdec interpretando o Cristo na preparação da Civilização Nova que se levantará no grande porvir. . .

Sim, o seu formoso trabalho, obra de amor e de inspiração que lhe foi transmitida do Mais Alto, traz a nós todos as visões panorâmicas do Brasil Mais Além. . .

Mais Além de nós para ser mais com Jesus e para servir com Jesus no engrandecimento da Humanidade.

Que o Senhor o abençoe e lhe acrescente as forças em sua luminosa tarefa de amor e paz, cultura e orientação espiritual, são os nossos votos de amigo e servo reconhecido.

Uberaba (MG), 16 de agosto de 1975

EMMANUEL

INFORMAÇÃO LIMINAR

A Federação Espírita do Rio Grande do Sul completou, a 17 de fevereiro de 1971, cinqüenta anos de fundação.

O Conselho Executivo da entidade, tendo à frente o valoroso seareiro José Simões de Mattos, para comemorar condignamente o evento, programou a realização de uina série de atividades, desenvolvidas de janeiro a outubro daquele ano, das quais a vestibular foi o I Seminário de Avaliação da Unificação Espírita no Rio Grande do Sul. Comemorar, trabalhando, tal a orientação adotada.

A peça de abertura do Seminário, e igualmente das comemorações, foi o trabalho “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”, inspirado no livro psicografado pelo popular médium Francisco Cândido Xavier, consoante ditado do Espírito do escritor patricio Humberto de Campos.

Uma equipe, constituída por Cecflia Azevedo Shimizu, José Cheade Marum Faad e pelo comentador, leu o trabalho, em Porto Alegre, no Teatro São Pedro, totalmente lotado, na noite de 7 de janeiro de 1971, com a presença do Presidente da Federação Espírita Brasileira, Dr. Armando de Oliveira Assis, e de dirigentes e colaboradores de numerosas organizações espíritas gaúchas e de outros Estados.

As pesquisas então levadas a efeito animaram o comentador a prosseguir nos estudos, desenvolvendo o ensaio inicial, para mais ampla divulgação, em forma de folheto, considerando que as revelações de Humberto de Campos (Espírito), desvendando o que se passava no outro lado da vida, fazem luz sobre numerosos acontecimentos históricos de

nosso Brasil.

O comentador faz suas as seguintes palavras de Emmanuel:

“Não deverá ser este um trabalho histórico. A história do mundo está compilada e feita. Nossa contribuição será à tese religiosa, elucidando a influência sagrada da fé e o ascendente espiritual, no curso de todas as civilizações terrestres.”¹

Nem Humberto de Campos nem Francisco Cândido Xavier precisam do apagado nome do comentador, para serem conhecidos. O objetivo é convencer o leitor de que os Espíritos exercem influência, por vezes decisiva, sobre nossos pensamentos, palavras e atitudes.

Assim, em qualquer cometimento, se quisermos um assessoramento digno, cumpre vigiemos nossa atividade mental. Idéias perturbadas atraem Espíritos estúrdios, que poderão conduzir-nos a situações deploráveis.

Se o comentador conseguir demonstrar, mesmo imperfeitamente, a benéfica influência que exerce a Doutrina Espírita no comportamento dos homens, terá atingido plenamente seus propósitos.

As críticas sinceras serão recebidas com muito agrado. Devidamente anotadas, ajudarão a melhorar estes ensaios, na hipótese de que o grande árbitro, que são os leitores, aconselhe a feitura de nova edição.

Porto Alegre, 5 de julho de 1975

O comentador

1 PROÊMIO

Nestas despreziosas considerações, o comentador constitui seu ponto de apoio na Terceira Revelação de Deus aos Homens, que teve como missionário Allan Kardec, por sua vez preposto do Embaixador Celeste. E, mais particularmente, na moderna literatura mediúnica brasileira, veiculada através do médium patricio Francisco Cândido Xavier, vero servidor de muitos servos da Causa de Redenção da Humanidade, de que é Arauto o Príncipe da Paz — N. S. Jesus-Cristo.

O fulcro das perquirições está em “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”, obra mediúnica, recebida do Espírito Humberto de Campos pelo referido médium e lançada à publicidade pela Federação Espírita Brasileira, em 1938.

Servir-se-á o comentador, igualmente, de outras obras mediúnicas da mesma fonte, tais como “O Consolador”, “Roteiro”, “A Caminho da Luz”, todas de Emmanuel.

Seja focada, a propósito, a pergunta inserta em “O Consolador”:

— “Nos planos espirituais a história das civilizações terrestres é conhecida nas mesmas características em que a conhecemos através dos narradores humanos?”

¹ (1) XAVIER, Francisco Cândido. Emmanuel. A Caminho da Luz. Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira, 1978, p. 11.

Resposta de Emmanuel:

— “A descrição dos fatos é aproximadamente a mesma; todavia, os métodos de apreciação dos acontecimentos e das situações divergem de maneira quase absoluta.

Muitas vezes os heróis nos livros da Terra são entidades misérrimas na esfera espiritual. Verifica-se, então, o contrário. Conhecemos Espíritos altíssimos que vieram do mundo cobertos de virtudes gloriosas, e que não constam de nenhuma lembrança da Humanidade. Os altares e as galerias patrióticas da Terra foram sempre comprometidos pela política rasteira das paixões. Poucos heróis do planeta fazem jus a esse título no mundo da verdade.

É por essa razão que a história do orbe sendo exata, no concernente à descrição e à cronologia, é ilegítima no que se refere à justiça e à sinceridade.”²

Nessas condições, para que bem nos situemos no tempo e no espaço, será enunciado determinado fato ou conjunto de fatos, segundo a descrição de historiadores conceituados e, a seguir, será referida a versão do plano extrafísico, de vez que representa o embasamento das afirmativas e conclusões do comentador.***

Para melhor assinalar ambos os aspectos, a narração do ponto de vista humano e do espiritual será feita por meio de caracteres tipográficos distintos, dispensando-se, por essa forma, constantes repetições da mesma referência bibliográfica, quando das transcrições literais de trechos de “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”. São nossos, todavia, os grifos que aparecem nas referidas transcrições literais.

Permite-se o comentador fazer, antes, sucinto bosquejo biobibliográfico do apresentador da obra, de seu autor espiritual e do médium que a psico-grafou.

EMMANUEL

A obra é prefaciada pelo Espírito Emmanuel.

Segundo revela em “Há Dois Mil Anos...”, foi ele o senador romano Públio Lentulus Cornelius.

Deduz-se da minuciosa descrição, que fez, de um sonho, ter sido ele o mesmo Públio Lentulus Sura, então seu bisavô paterno, reencarnado.³

² (2) XAVIER, Francisco Cândido. Emmanuel. O Consolador. Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira, 1977, questão 81.

³ (3) Pela marcante conotação doutrinária, transcrevemos, com a devida licença, de O Evangelho segundo o Espiritismo (Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira, 1948), a seguinte nota de rodapé, inserida nas páginas 41, 42 e 43: “Allan Kardec cita a parte mais importante do Primeiro Mandamento, e deixa de transcrever as seguintes frases: “... porque eu, o Senhor teu Deus, sou Deus zeloso, que puno a iniquidade dos pais nos filhos, na terceira e na quarta geração daqueles que me aborrecem, e uso de misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos.” — (ÊXODO, XX, 5 e 6.)

Nas traduções feitas pelas Igrejas católica e protestantes esta parte do mandamento foi

Com a finalidade de obter a cura da filha, Flávia, atacada de lepra, obteve do Imperador a designação para alto cargo na Palestina, na época em que Jesus transmitia à humanidade seus ensinamentos imortais.

Nas margens do lago de Genesaré, em Cafarnaum, teve, certa noite, um colóquio com o Cristo, durante o qual percebeu que o Divino Emissário orava. A partir dessa noite memorável, a menina começou a melhorar sensivelmente, até restabelecer-se de todo.

Deixou uma carta famosa, dada à publicidade em diversas línguas, onde descreveu o Cristo, com perfeição.

Lívia, sua esposa, dama patriciana, tomou-se cristã. Na histórica noite em que pregava, nas catacumbas de Roma, João Cleofas, emissário da igreja de Antioquia, todos os assistentes, e também o próprio pregador, foram presos e recolhidos ao cárcere. Entre os detidos, encontravam-se Lívia e sua fiel serva Ana. A esposa de Públio, reconhecendo a gravidade do momento e induziu a serva a vestir a toga de patriciana, enquanto ela se cobria com a estamena da serviçal. Como decorrência, Lívia foi sacrificada no circo, presa de leões famintos, tendo tido igual sorte todos os detidos, inclusive o próprio João Cleofas. Ana, no entanto, em razão da toga que envergava, foi solta, não obstante seus protestos, pois que

truncada para harmonizá-la com a doutrina da encarnação única da alma. Onde está “na terceira e na quarta gerações”, conforme a Edição Brasileira da Bíblia, a Vulgata Latina (in tertiam et quartam generationem), a tradução de Zamenhof (en la tria kaj kvara generacioj), mudaram o texto para “até à terceira e quarta gerações”.

Esses textos truncados que aparecem na edição da Igreja Anglicana, na Católica de Figueiredo, na protestante de Almeida e outras, tornam monstruosa a justiça divina, pois que filhos, netos, bisnetos, tetranetos inocentes teriam que ser castigados pelo pecado dos pais, avós, bisavós, tetravós. Foi uma infeliz tentativa de acomodação da Lei à vida única.

O texto certo que por mercê de Deus já está reproduzido pelas edições recentíssimas a que nos referimos — Edição Brasileira e tradução de Zamenhof — que conferem com S. Jerônimo, mostram que a Lei ensina veladamente a reencarnação e as expiações e provas. Na primeira e na segunda gerações, como contemporâneos de seus filhos e netos, o Espírito culpado ainda não reencarnou, mas um pouco mais tarde — na terceira e quarta gerações — já ele voltou e recebe as consequências de suas faltas. Assim, o culpado mesmo, e não outrem, paga sua dívida.

Logo, tem-se de excluir a 1.^a e 2.^a gerações e expressar “na” 3.^a e 4.^a, como realmente é o original.

Achamos conveniente acrescentar aqui esta nota, para facilitar a compreensão do estudioso que confronte a sua tradução da Bíblia com a citação do Mestre. — A Editora, em 1947.”

também queria ser sacrificada.

Vítima das lavas do Vesúvio, desencarnou o espírito do senador Públio Lentulus Cornelius, em Pompéia, no ano 79, para, decorrido algum tempo, renascer na Judeia, onde viria a ser o escravo Nes-tório, que continuou suas lutas intensas, por dilatado período, em Éfeso. Atingida a madureza, veio, copiando a sublime lição de Livia, a participar, nas catacumbas de Roma, das secretas reuniões dos cristãos.

Revela o culto autor de “Há Dois Mil Anos...” ter sido sacerdote católico no Brasil, sem, todavia, declinar o nome. Ocorre que a 1.^a edição da obra foi feita em 1939. Já passados, porém, trinta e dois anos, naturalmente considerando a grande penetração que o Espiritismo vem tendo em todos os meios sociais, anuiu o bondoso Emmanuel em responder, por intermédio de Francisco Cândido Xavier, pelo Canal 4, São Paulo, TV Tupi, no segundo “Pinga- -Fogo”, na noite de 20 de dezembro de 1971, à pergunta feita pelo entrevistador Almir, confirmando ter sido ele o padre Manuel da Nóbrega,⁴ renascido em Sanfins, Entre-Douro-e-Minho, Portugal, a 18 de outubro de 1517, filho do desembargador Baltazar da Nóbrega.

Aos dezessete anos de idade, ingressava na Universidade de Salamanca, Espanha, e, com vinte e um, na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra, onde cursou direito canônico e filosofia.

Doutorou-se a 14 de junho de 1541, sendo, pelo Doutor Martim Azpilcueta Navarro, considerado “doutíssimo padre Manuel da Nóbrega”.

Seriam — ele, Anchieta e outros religiosos — os implantadores do Cristianismo no Brasil.

Sobre a atuação do grande Nóbrega na “Pátria do Evangelho”, será dado maior desenvolvimento na seção específica destes comentários.

Desencarnou na manhã do próprio dia de seu aniversário, a 18 de outubro de 1570, quando completava 53 anos de idade, “com 21 anos ininterruptos de serviços ao Brasil”, no dizer de Tito Lívio Ferreira.⁵

Cerca de cinqüenta anos depois, renasce na Espanha, onde foi o padre Damiano, vigário da igreja de São Vicente, em Ávila, conforme se vê em “Renúncia”, citado por Clóvis Tavares.⁶

São estas as várias reencarnações do boníssimo Emmanuel, de que se tem notícia até os dias atuais.

⁴ (4) XAVIER, Francisco Cândido. Emmanuel. Dos Hippies aos Problemas do Mundo. São Paulo, Livraria Allan Kardec Editora Ltda., 1972, pp. 56 e 57.

⁵ (5) XAVIER, Francisco Cândido. Emmanuel. Entrevistas. Araras, Instituto de Difusão Espírita, 1972, p. 10.

⁶ (6) TAVARES, Clóvis. Amor e Sabedoria de Emmanuel, São Paulo, Editora Calvário, 1970, p. 31.

Releva notar, com arrimo no depoimento de nosso querido Chico Xavier, que o grande amigo do Brasil volverá à luta planetária, “em nosso meio de Espíritos encarnados, no fim do presente século, provavelmente na última década”. (Op. cit. em (5), p. 82.)

Já transmitiu, pelo médium Francisco Cândido Xavier, mais de uma centena de obras diversas, cujas edições atingem a milhões de exemplares.

Vazadas em estilo castiço, atraente, em que são encontradas belas figuras de linguagem, primam pela excelência do conteúdo evangélico-doutrinário.

Além das referidas em outros pontos destes ensaios, cumprem citadas: “O Consolador”, “Renúncia”, “Ave, Cristo!”, “Pensamento e Vida”, “Religião dos Espíritos”, “Seara dos Médiuns”, “Justiça Divina”, “Leis de Amor”, “Livro da Esperança”, “Encontro Marcado”, “No Portal da Luz”, etc.

Pela clareza, sinceridade, firmeza e lealdade com que expõe suas idéias; pelos ensinamentos que transmite; pela mais pura moral cristã, que veicula, Emmanuel conquistou a confiança e o apreço incondicionais de vasta legião de aprendizes da Boa Nova do Reino, no Brasil.

Prefaciando ele esta obra, constituiu-se em seu fiador, sancionando-a com o selo de sua indiscutível elevação espiritual.

O AUTOR

Humberto de Campos⁷ nasceu na cidade de Miritiba (que atualmente tem o nome do laureado escritor), no Maranhão, a 25 de outubro de 1886, tendo desencarnado na cidade do Rio de Janeiro (então Distrito Federal e Capital da República), a 5 de dezembro de 1934.

Foram seus genitores: Joaquim Gomes de Farias, que o deixou na orfandade, aos seis anos, e Ana de Campos Veras, prolecta professora pública, que lhe sobreviveu, por vários anos.

A meninice de Humberto de Campos foi pontilhada de dificuldades, circunstância que, certamente, muito contribuiu para desenvolver-lhe a inteligência e aprimorar-lhe as qualidades morais.

Cedo precisou trabalhar. Inicialmente, em uma casa comercial de miudezas, de um tio. Posteriormente, em um armazém de secos e molhados, de que foi caixeiro, em São Luís, Capital do Estado, para onde se transferira.

Do seu Estado natal deslocou-se, ele, para o Amazonas, onde foi empregado de um seringal, já com 17 anos de idade.

Do Amazonas, retrocedeu a Belém do Pará, onde haveria de alçar vôo condoreiro aos galarins do jornalismo e da política. Fez-se, a curto prazo, secretário da Prefeitura e diretor

⁷ (7) BEHAR, Eli. Vultos do Brasil. São Paulo. Livraria Exposição do Livro, 1967, -p. 55.

do jornal “A Província”.

No ardor dos entrecosques políticos, precisou refugiar-se no Arsenal de Marinha, de Belém, daí fugindo para o Rio de Janeiro, palco de sua ascensão e ocaso de suas brilhantes atividades terrenas.

O renome, que rapidamente alcançou nos meios literários, granjeou-lhe o sonhado acesso à Academia Brasileira de Letras, em 1919, aos 33 anos de idade, que, para ele, Humberto, contrariamente ao que ocorrera a Dante Alighieri, o imortal vate florentino, não chegaria a ser o meio-termo de sua existência, mas que lhe emprestaria a característica de ser um dos membros mais jovens do nobre sodalício.

Poeta, contista, crítico e cronista, em memorável concurso público, foi eleito “Príncipe dos Prosadores Brasileiros”.

Sua produção literária atingiu a cerca de quarenta volumes, além de copiosa colaboração, esparsa em jornais e revistas.

Os biógrafos destacam, como suas principais obras: “Memórias” (autobiografia, 1933), a mais importante, segundo alguns, porque retrata o sofrimento e a melancolia, que se fizeram hóspedes da alma sensível do escritor; “Crítica” (quatro volumes); “Poesias Completas”; “Destinos”; “Lagartas e Libélulas”; “Os Párias”, crônicas; “O Monstro e Outros Contos”; “À Sombra das Tamareiras”, contos; além de mais de uma dezena de volumes de contos humorísticos, saídos a lume sob o pseudônimo de Conselheiro XX, os quais muito popularizaram o beletrista maranhense.

Passada em revista a bibliografia do festejado autor de “Memórias”, embora em rápidas pinceladas, procuremos acompanhar suas marcantes atividades no mundo extrafísico, vale dizer, dos Espíritos.

Desprendendo-se da armadura de carne, como vimos, a 5 de dezembro de 1934, pouco tempo depois começou a manifestar-se, com aquela mesma pujança de estilo, que o caracterizava, através do famoso médium Francisco Cândido Xavier, então residente em Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.⁸

Tanto assim é que, a 26 de junho de 1937, portanto dois anos e meio após o decesso, o Espírito Humberto de Campos ultimava a transmissão, através do mencionado sensitivo, de sua primeira obra, intitulada “Crônicas de Além-Túmulo”, da qual já foram feitas sete edições, totalizando 35.000 exemplares.

Foi, evidentemente, autêntica clarinada, conclamando cépticos, descrentes e negativistas a meditarem nas realidades da vida eterna e da comunicabilidade dos Espíritos. Constituiu, também, a obra, um trabalho precursor, preparatório do advento da seguinte, pelo mesmo instrumento medianímico, “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” (que será a peça

⁸ (8) IBSEN, Stig Roland. Edith Nóbrega Canto Ibsen. Catálogo Geral das 100 Obras de Francisco Cândido Xavier. São Paulo, Departamento de Divulgação e livreria Auta de Souza, 1970.

básica destes ensaios), igualmente editada pela Federação Espírita Brasileira, em 1938. Deste livro já foram feitas (1977) onze edições, totalizando 80.000 exemplares.

Vieram, em seguimento: “Novas Mensagens”, em 1940; “Boa Nova”, em 1941, e “Reportagens de Além-Túmulo”, em 1943.

Verifica-se, por essa época, a ocorrência de ruidoso processo, no Rio de Janeiro, em que se pretendia, por intermédio de ação própria, obter que fosse declarado, por sentença, “se a obra literária era ou não do Espírito Humberto de Campos”.

A extensa documentação contestatória, enfeixada em volume de 408 páginas, saiu a lume em 1944⁹, sendo decidido haver carência de ação, o que foi confirmado na Superior Instância.

A partir dessa época, não mais foram transmitidas obras sob a chancela de Humberto de Campos, evidentemente com o propósito de evitar contendas.

Começaram, porém, a surgir obras com aquele mesmo e inconfundível estilo, tão apreciado por seus leitores, autenticadas, simplesmente, por Irmão X, versão evangelizada do Conselheiro XX.

Foram dadas à publicidade, até à presente data, pela editora da Federação Espírita Brasileira: “Lázaro Redivivo”, 1945; “Luz Acima”, 1948; “Pontos e Contos”, 1951, e “Contos e Apólogos”, 1958.

Nessa época, o médium transferiu residência para Uberaba, no mesmo Estado de Minas Gerais, onde foram recebidas mais as seguintes obras, todas assinadas por Irmão X e publicadas pela Federação Espírita Brasileira: “Contos desta e doutra Vida”, 1964; “Cartas e Crônicas”, 1966; e “Estante da Vida”, 1969. .

As doze obras citadas, atingindo a respeitável cifra de 56 edições, com 343.000 exemplares, dispensam quaisquer comentários quanto à preferência dos leitores, por sua vez, eloquente atestado do valor evangélico e literário das produções.

O Médiun

Francisco de Paula Cândido^{10 11 12}, que esse é o nome do médium (Francisco Cândido Xavier é pseudônimo, adotado nas produções me- diúnicas), é filho de João Cândido Xavier e de Dona Maria João de Deus, tendo nascido na cidade de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais, a 2 de abril de 1910. Ficou órfão de mãe aos cinco anos de idade. Em certa ocasião,

⁹ (9) TIMPONI, Miguel. A Psicografia ante os Tribunais. Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira, 1944.

¹⁰ (10) GAMA, Ramiro. Lindos Casos de Chico Xavier. São Paulo, Livraria Allan Kardec Editora Ltda., 1973.

¹¹ (11) JACINTHO, Roque. Chico Xavier 40 Anos no Mundo da Mediunidade. São Paulo, Editora Cultural Espírita Ltda., 1967.

¹² (12) BARBOSA, Elias. No Mundo de Chico Xavier. São Paulo, Edição Calvário, 1968.

nessa fase, em face de problemas angustiantes, lembrando-se de hábitos adquiridos com a mãezinha, fez o “Pai Nosso”, ajoelhado ao pé de umas bananeiras, e teve a ventura de enxergar, materializado, o Espírito da progenitora, com o qual manteve colóquio. Eram os dons mediúnicos da vidência e da audiência que se manifestavam, assim, precocemente.

Mal atingida a adolescência, teve Francisco que empregar-se, a fim de ajudar no sustento da casa; lutando sempre com dificuldades financeiras e com falta de tempo, seus estudos se limitaram aos do curso primário; moço, empregou-se em uma repartição do Ministério da Agricultura, onde permaneceu até aposentar-se.

O ano de 1932 assinala o lançamento da 1.ª edição de uma obra que teve e continua tendo extraordinária repercussão nos meios literários. Trata-se de “Parnaso de Além-Túmulo”¹³, coletânea de poesias mediúnicas, por ele psicografadas.

O próprio Chico (como é popularmente conhecido) informa, no prefácio da obra, como se desenvolve o fenômeno mediúnico.

“(…) A sensação que sempre senti, ao escrevê-las (as poesias), era a de que vigorosa mão impulsionava a minha. Doutras vezes, parecia-me ter em frente um volume imaterial, onde eu as lia e copiava; e, doutras, que alguém mas ditava aos ouvidos, experimentando sempre no braço, ao psicografá-las, a sensação de fluidos elétricos que o envolvessem, acontecendo o mesmo com o cérebro, que se me afigurava invadido por incalculável número de vibrações indefiníveis. Certas vezes, esse estado atingia o auge, e o interessante é que me parecia baver ficado sem o corpo, não sentindo, por momento, as menores impressões físicas.”

“Até 1927 — informa o médium, no referido prefácio —, todos nós (refere-se aos familiares) não admitíamos outras verdades além das proclamadas pelo Catolicismo; mas, eis que uma das minhas irmãs, em maio do ano referido, foi acometida de terrível obsessão; a medicina foi impotente para conceder-lhe uma pequenina melhora, sequer. Vários dias consecutivos foram, para nossa casa, horas de amargos padecimentos morais. Foi quando decidimos solicitar o auxílio de um distinto amigo, espírita convicto, o Sr. José Herminio Perácio,, que caridosamente se prontificou a ajudar-nos com a sua boa-vontade e o seu esforço.”

Durante os trabalhos, pela mediunidade da Senhora Cármen Perácio, comunicou-se o Espírito de D. Maria João de Deus, mãe de Francisco, que falecera em 1915.

“Sobre esses fatos e essas provas irrefutáveis solidificamos a nossa fé, que se tornou inabalável. Em breve minha irmã regressava ao nosso lar cheia de saúde e feliz, integrada no conhecimento da luz que deveria daí por diante nortear os nossos passos na vida.”

Consoante o testemunho do Prof. Ramiro Gama, em seu livro, muito difundido nos meios espíritas, intitulado “Lindos Casos de Chico Xavier” (v. nota (10)), a primeira sessão espírita,

¹³ (13)XAVIER, Francisco Cândido. Parnaso de Além-Túmulo. Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira, edição comemorativa do 40º aniversário de lançamento, 1972, Ano Internacional do Livro.

no lar dos Xavier, realizou-se em maio de 1927.

A primeira mensagem recebida do Além pelo conhecido sensitivo data de 8 de julho do mesmo ano de 1927. De então para cá, o médium tem produzido, sem cessar, verdadeiras jóias literárias, quer em prosa, quer em verso.

O dom mediúnico mais conhecido de Francisco Xavier é o psicográfico. Não é, todavia, o único. Tem ele, e as exercita constantemente, outras mediunidades, tais como: psicofonia, vidência, audiência, receitista, e outras. Na última citada, ascendem a centenas as consultas que atende, diariamente, provenientes dos mais variados recantos do Brasil e, mesmo, do estrangeiro.

Sua vida, verdadeiramente apostolar, dedicou-a, o médium, aos sofredores e necessitados, provindos de longínquos lugares, e também aos afazeres medianeiros, pelos quais não aceita, em absoluto, qualquer espécie de paga. Os direitos autorais ele os tem cedido graciosamente às editoras, desde a primeira obra.

Afirmam os redatores de “Catálogo Geral das 100 Obras de Francisco Cândido Xavier”: (veja nota (8))

“(. . .) Tanto os médiuns, como os autores não mediúnicos, estão sujeitos a variações no desenvolvimento de seus trabalhos. Há obras de médiuns e autores não mediúnicos que apresentam fases legítimas, de perfeita integração doutrinária, e fases ilegítimas, com evidentes desvios para campos estranhos, no mar largo da heterodoxia. A obra do médium Francisco Cândido Xavier se caracteriza pela firme orientação ortodoxa, pela perfeita integração nos princípios doutrinários do Espiritismo. É, portanto, uma obra mediúnica modelar, que merece e exige atenção especial dos estudiosos.”

Ainda de acordo com o mesmo Catálogo, que significa acurado estudo e louvável esforço de sistematização, o conjunto pode ser dividido em três grandes grupos: Literatura, História e Doutrinárias.

O primeiro grupo compreende: poesias, que se podem desdobrar em de identificação, como as do “Parnaso de Além-Túmulo”, cujo objetivo primordial é demonstrar a sobrevivência dos poetas através de temas e estilos, e as de comunicação, como as da “Antologia dos Imortais”, que colocam a transmissão da mensagem espiritual em primeiro lugar; romances, pertencentes ao plano histórico, como “Paulo e Estêvão”, que são reconstituições de vidas e épocas, sendo de ressaltar os que podem ser chamados de “série romana”, na qual figuram os já referidos “Há Dois Mil Anos...”, “Cinquenta Anos Depois”, “Ave, Cristo!”, etc.; contos, como “Reportagens de Além-Túmulo”, “Pontos e Contos”, “Contos e Apólogos”, “Contos desta e doutra Vida”, etc.; crônicas, como “Crônicas de Além-Túmulo”, “Cartas e Crônicas”, etc.; literatura infantil, como “Mensagem do Pequeno Morto”, “História de Maricota”, “Jardim da Infância”, etc.

O segundo grupo engloba: História Geral, como “A Caminho da Luz”, e História do Brasil, em “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”.

O terceiro grupo abrange: as científicas, as reveladoras, as religiosas, as filosóficas, os livros, alguns romanceados, de André Luiz (pois que desvendam aspectos e revelam minúcias da vida espiritual) e as de moral evangélica, como “Pão Nosso”, “Fonte Viva”, etc.

Releva salientar que das obras psicografadas por Chico Xavier foram feitas muitas edições estrangeiras, tanto nas línguas castelhana, francesa, inglesa, japonesa e grega, quanto no idioma neutro internacional, o Esperanto.

Até 1978 haviam sido editados mais de cento e sessenta títulos diferentes de obras recebidas mediunicamente por Francisco Cândido Xavier, dos quais vários em parceria com o Dr. Waldo Vieira.

As citadas obras compreendem centenas de edições (entre nacionais e estrangeiras), de autores espirituais, e o número, verdadeiramente impressionante, de alguns milhões de exemplares.

Críticos de nomeada, tais como Agripino Grieco, Zefenno Brasil e Edmundo Lys, convocados a prommciar-se, não trepidaram em afirmar «pie identificavam, nas produções mediúnicas de Francisco Cândido Xavier, o mesmo estilo empregado em vida pelos autores ou poetas «pie as subscreviam.

O próprio Humberto de Campos, «pie após o decesso se serviria do médium para transmitir as obras referidas no tópico anterior, assim se definiu, em vida: “(...) fazendo versos pela pena do Sr. Francisco Cândido Xavier, os poetas de que ele é intérprete apresentam as mesmas características de inspiração e de expressão «pie os identificavam neste planeta... frouxo e ingênuo em Casimiro, largo e sonoro em Castro Alves, sarcástico e variado em Jumpieiro, fúnebre e grave em Antero, filosófico e profundo em Augusto dos Anjos...”

As entrevistas concedidas por Francisco Cândido Xavier a personalidades de renome nos meios culturais bandeirantes, nos dias 28 de julho e 21 de dezembro de 1972, por intermédio do programa “Pinga-Fogo” da TV Tupi — Canal 4, de São Paulo, consagraram-no como o médium mais perfeito da atualidade, sob quaisquer aspectos em «pie a faculdade seja observada.

A manifestação mediúnica assombrou a massa popular «pie se postara diante dos aparelhos de TV, atenta a perguntas de transcendente alcance respondidas com segurança, embora com a ressalva do sensitivo de «pie reproduzia o que os Espíritos lhe estavam ditando.

O ponto culminante dessa magnífica demonstração de percepção extra-sensorial foi atingido, ao encerrar o segundo “Pinga-Fogo”, à luz dos refletores, diante de quantos se encontravam no local, quando o medianeiro psicografou o poema *Brasil*, do Espírito . Castro Alves, versando assuntos tratados no decurso de longas e estafantes quatro horas de programa.

São numerosas as homenagens prestadas ao missionário da Nova Revelação, das mais

singelas às da mais alta repercussão social, desde anônimos vilarejos do interior, às portentosas metrópoles brasileiras.

Todos querem imenso bem ao Chico, todos querem reverenciar a sua figura de cidadão inter-existente, na conceituação de J. Herculano Pires.

Pelas credenciais do prefaciador, do autor espiritual e do médium, “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” merece atentamente lido e maduramente meditado.

Isto posto, descerremos, no palco do espaço, a cortina do tempo.

2 NA ESTEIRA DOS SÉCULOS E DOS MILÊNIOS

Nosso propósito é passar em revista alguns dos fatos marcantes de nossa nacionalidade, não com fins puramente especulativos, respeitáveis sem dúvida, em qualquer situação; objetivamos, sim, preponderantemente, pôr em evidência a abençoada missão evangelizadora cometida ao Brasil.

Nossa história está intimamente ligada à de Portugal, afirmativa, de resto, elementar. Há momentos em que os acontecimentos de tal maneira se interpenetram, que não é possível estudá-los isoladamente.

Começemos pelos povos primitivos, os antepassados dos construtores da pequena-grande nação.

No dizer de Joaquim Ferreir¹⁴, constitui enigma a origem dos primitivos habitantes de Portugal, lígures e iberos, que na Idade do Bronze se estabeleceram ao redor do Mediterrâneo, fundin- (14) FERREIRA, Joaquim. História de Portugal. Porto, Editorial Domingos Barreira, 1951, 2.^a edição, pp. 10 e 12.

do-se posteriormente com os celtas do ocidente europeu e constituindo a raça celtibera.

Assinalemos, antes de mais nada, que toda a humanidade terrena, em que pesem injustificáveis preconceitos raciais, constitui uma só e grande família, de cuja evolução, conforme já referido, está encarregado Jesus, o Cristo de Deus.

Socorramo-nos das informações vindas de além- - túmulo, dado que, no que tange à origem dos povos primitivos da Mãe-Pátria, as pesquisas dos estudiosos não conseguiram penetrar a densa cortina dos evos insondáveis.

Ouçamos Emmanuel, em seu já referido “A Caminho da Luz” (op. ref. em (1), páginas 17 e seguintes:

“Rezam as tradições do mundo espiritual que na direção de todos os fenômenos, do nosso sistema, existe uma Comunidade de Espíritos Puros e Eleitos pelo Senhor Supremo do

¹⁴ (14) FERREIRA, Joaquim. História de Portugal. Porto, Editorial Domingos Barreira, 1951, 2.a edição, pp. 10 e 12.

Universo, em cujas mãos se conservam as rédeas diretoras da vida de todas as coletividades planetárias.

Essa Comunidade de seres angélicos e perfeitos, da qual é Jesus um dos membros divinos, ao que nos foi dado saber, apenas já se reuniu, nas proximidades da Terra, para a solução de problemas decisivos da organização e da direção do nosso planeta, por duas vezes no curso dos milênios conhecidos.

A primeira, verificou-se quando o orbe terrestre se desprendia da nebulosa solar, a fim de que se lançassem, no Tempo e no Espaço, as balizas do nosso sistema cosmogônico e os pródromos da vida na matéria em ignição, do planeta, e a segunda, quando se decidia a vinda do Senhor à face da Terra, trazendo à família humana a lição imortal do seu Evangelho de amor e redenção.”

Abramos, aqui, parêntese, para inserir oportuno esclarecimento, dado pelo próprio Emmanuel, no capítulo XII da obra em foco, quando estuda a questão *O Cristo e os essênios* (p. 106).

“Muitos séculos depois da sua exemplificação incompreendida, há quem o veja entre os essênios, aprendendo as suas doutrinas, antes do seu messianismo de amor e de redenção. As próprias esferas mais próximas da Terra, que pela força das circunstâncias se acercam mais das controvérsias dos homens que do sincero aprendizado dos espíritos estudiosos e desprendidos do orbe, refletem as opiniões contraditórias da Humanidade, a respeito do Salvador de todas as criaturas.

O Mestre, porém, não obstante a elevada cultura das escolas essênias, não necessitou da sua contribuição. Desde os seus primeiros dias na Terra, mostrou-se tal qual era, com a superioridade que o planeta lhe conheceu desde os tempos longínquos do princípio.”

Volvamos ao curso de nossas considerações e detenhamos nossa atenção no tópico *As raças adâ- micas* (op. cit., cap. III):

“Nos mapas zodiacais, que os astrônomos terrestres compulsam em seus estudos, observa-se desenhada uma grande estrela na Constelação do Cocheiro, que recebeu, na Terra, o nome de Cabra ou Capela. Magnífico sol entre os astros que nos são mais vizinhos, ela, na sua trajetória pelo Infinito, faz-se acompanhar, igualmente, da sua família de mundos, cantando as glórias divinas do Ilimitado. A sua luz gasta cerca de 42 anos para chegar à face da Terra, considerando-se, desse modo, a regular distância existente entre a Capela e o nosso planeta, já que a luz percorre o espaço com a velocidade aproximada de 300.000 quilômetros por segundo.

Há muitos milênios, um dos orbes da Capela, que guarda muitas afinidades com o globo terrestre, atingira a culminância de um dos seus extraordinários ciclos evolutivos.

As lutas finais de um longo aperfeiçoamento estavam delineadas, como ora acontece convosco, relativamente às transições esperadas no século XX, neste crepúsculo de civilização.

Alguns milhões de Espíritos rebeldes lá existiam, no caminho da evolução geral, dificultando a consolidação das penosas conquistas daqueles povos cheios de piedade e virtudes, mas uma ação de saneamento geral os alijaria daquela humanidade (. . .).

As grandes comunidades espirituais, diretoras do Cosmos, deliberaram, então, localizar aquelas entidades, que se tornaram pertinazes no crime, aqui na Terra longínqua, onde aprenderiam a realizar, na dor e nos trabalhos penosos do seu ambiente, as grandes conquistas do coração e impulsionando, simultaneamente, o progresso dos seus irmãos inferiores.

Foi assim que Jesus recebeu, à luz do seu reino de amor e de justiça, aquela turba de seres sofredores e infelizes.”

Examinemos, agora, o tópico *Quatro grandes povos* (op. cit. p. 37):

“As raças adâmicas guardavam vaga lembrança da sua situação pregressa, tecendo o hino sagrado das reminiscências.

As tradições do paraíso perdido passaram de gerações a gerações, até que ficassem arquivadas nas páginas da Bíblia.

Aqueles seres decaídos e degradados, à maneira de suas vidas passadas no mundo distante da Capela, com o transcurso dos anos reuniram-se em quatro grandes grupos que se fixaram depois nos povos mais antigos, obedecendo às afinidades sentimentais e lingüísticas que os associavam na Constelação do Cocheiro. Unidos, novamente, na esteira do Tempo, formaram desse modo o grupo dos árias, a civilização do Egito, o povo de Israel e as castas da Índia.

Dos árias descende a maioria dos povos brancos da família indo-européia; nessa descendência, porém, é necessário incluir os latinos, os celtas e os gregos, além dos germanos e dos eslavos.

As quatro grandes massas de degradados formaram os pródromos de toda a organização das civilizações futuras, introduzindo os mais largos benefícios no seio da raça amarela e da raça negra, que já existiam.”

DÚVIDAS DESFEITAS

Ficam, assim, esclarecidos, à luz da comunicabilidade dos Espíritos, os seguintes pontos nebulosos na História da Humanidade:

Primeiro: Jesus, o Divino Messias, somente esteve, tangivelmente, na crosta planetária, uma única vez — quando nos veio ofertar seu Evangelho de amor e de redenção.

Segundo: os essênios, conquanto detentores de elevada cultura, nada tinham a ensinar a Jesus, o Governador da Terra; seu amor e sua sabedoria remontam aos tempos longínquos dos milênios que antecederam a própria gênese planetária; e

Terceiro: os primitivos povos do oeste europeu, que incluem, evidentemente, os de Portugal, têm origem nas raças que se formaram com a encarnação dos Espíritos exilados da

Capela.

3 0 INFANTE DOM HENRIQUE E A ESCOLA DE SAGRES

Valhamo-nos das prodigiosas possibilidades do pensamento, que nos permitem saltar, sem qualquer empeco, por sobre séculos e milênios, e situemo-nos, em Portugal, nos albores do século XV de nossa era.

Aquele que viria a ser o grande incentivador dos descobrimentos portugueses (op. cit. em (14), cap. XI a XV) nasceu de Dom João I de Portugal e da Rainha Dona Filipa de Lencastre, no Porto, a 4 de março de 1394 e morreu na Vila do Infante (atualmente Sagres), a 13 de novembro de 1460. Foi, segundo Raymond Beazley¹⁵ o terceiro, e, segundo Borges da Cruz¹⁶, o quinto filho do régio casal.

Em 1415 (portanto com 21 anos), desempenhou brilhante papel na tomada de Ceuta, em companhia de seu pai, que o fez cavaleiro e, a seguir, Duque de Viseu e Senhor da Covilhã (cidade da região central do Reino).

Próximo de Lagos, onde eram construídos e tripulados seus navios, fundou, no ano seguinte (1416), no rochoso promontório situado no cabo São Vicente, a Vila do Infante, também apelidada de Terça-Naval, fadada a ter transcendente importância no ciclo das grandes navegações, visto que ali foi constituído o estabelecimento náutico que passaria à posteridade com o nome de Escola de Sagres (em que pesem respeitáveis opiniões em contrário, no que se refere a considerá-lo escola).

Escreve Borges da Cruz (op. cit.):

“Evidentemente, ninguém acreditará que em Sagres havia um grupo de aulas, com carteiras e ardósias, diante das quais os alunos permaneciam atentos às explicações dos mestres dentro de determinados horários. O próprio assunto era muito elevado para que assim se procedesse. Mas como deveremos, então, classificar a estruturação dos planos, a troca de idéias entre aqueles que já haviam navegado e os que ambicionavam realizar maiores proezas? Que nome devemos dar ao registro cauteloso e cronológico de todos os factos que aconteciam no mar, às lições e conceitos provenientes da experiência? Não foi dessas constantes conferências, dessa soma de conhecimentos que resultou a maravilhosa realização?

Logo, deixemos que prevaleça no espírito do povo a idéia da Escola de Sagres,

¹⁵ (15) BEAZLEY, C. Raymond. O Infante D. Henrique e o início dos descobrimentos modernos / Prince Henry the Navigator the Hero of Portugal and of modern discovery. / Trad. DÓRIA, António Alvaro. Porto, Livraria Civilização, 1945, p. 135.

¹⁶ (16) CRUZ, Borges da. Infante Dom Henrique. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora, 1960, p. 32.

supervisionada pelo Infante Dom Henrique, que, não sendo sábio nem marinheiro, soube conduzir com admirável perseverança o esforço de quantos o rodeavam e trabalhavam com o mesmo objetivo: buscar para além dos oceanos a Expansão de Portugal. (...)

O pensamento do Infante inspirava-se no seu grande e profundo amor a Deus e a Portugal, como se deduz de uma carta de Dom Afonso V, seu sobrinho, datada de 22 de outubro de 1443, na qual pode ler-se que o Infante Dom Henrique desenvolvia suas atividades em tais empreendimentos — *entendendo que fazia serviço a Nosso Senhor.*¹⁷

No dizer do referido Raymond Beazley (op. cit.), “o terceiro filho de Dom João I e de Dona Filipa (...) poderia viajar de Corte para Corte como o irmão Dom Pedro, mas recusou todas as ofertas da Inglaterra, da Itália e da Alemanha, e escolheu a vida de um estudioso e de um homem de mar, retirando-se cada vez mais do mundo conhecido para poder descobrir o desconhecido.”

O CABO NAO

Antes das viagens marítimas determinadas pelo Infante Dom Henrique, parece fora de dúvida que o cabo Não assinalava o limite então atingido por outros exploradores.

É o que acentua o mencionado C. Raymond Beazley (op. cit. p. 109):

“Bithencourt foi, em pessoa, ao Bojador, e “se as coisas naquela região são como estão* descritas no livro do frade espanhol”, ele queria abrir o caminho para o Rio-de-Oiro, pois o frade diz que “está a cento e cinquenta léguas do cabo Bojador, e o mapa prova o mesmo — que está apenas a três dias de viagem para os navios a vela — por onde se poderia alcançar a terra de Preste João, de onde vêm tantas riquezas”. Mas como os nossos normandos apenas têm desejado conhecer o estado das terras vizinhas, ilhas e terra firme”, não conheceram a costa para além do “cabo extremo” do Bojador, que substitui o primitivo Finisterra árabe, o cabo Não, Num, Non ou Nan como limite à navegação.”

Acrescenta, em nota de rodapé:

“Cabo Non, isto é, *cabo do Peixe*.

Mas os latinos consideraram o

Non como *Não*, “por não haver regresso possível para aqueles que o ultrapassassem”, o que exprimem os versos:

“Quem passar o cabo Não,

Ou voltará, ou não.”

Áinda da mesma obra extraímos (nota do tradutor, António Álvaro Dória, em rodapé da p. 110):

¹⁷ (17) Nítida intuição da tarefa que lhe fora atribuída por Jesus, no espaço, quando lhe dirigiu a palavra amorável, conforme leremos, pouco adiante, na transcrição de trechos do capítulo I da obra em exame: “Tu, Helil, (...) instituirás um roteiro de coragem, para que sejam transpostas as imensidades desses oceanos perigosos e solitários, que separam o velho do novo mundo.”

“Em 1412 tinha D. Henrique dezoito anos, não tendo sido ainda armado cavaleiro. É possível que já então começasse a sentir a atração do mar e pensasse em desvendar os seus segredos; nada de positivo, porém, se sabe a tal respeito. A sua primeira viagem pessoal foi a de 1415, quando partiu para a empresa de Ceuta. Só depois do regresso do descerco da cidade em 1416 é que há notícias positivas de mandar caravelas à descoberta. Embora Diogo Gomes nos diga que neste ano Fr. Gonçalo Velho chegara à Terra Alta, para além do Bojador (viagem problemática que nenhum outro historiador registra), a primeira viagem autêntica de descobrimento é a dos que em 1418 chegaram a Porto Santo. Parece- -nos, por isso, haver lapso nos dizeres do ilustre Autor.”

O NOTÁVEL CENTRO NÁUTICO

Dispunha o Infante Dom Henrique (que também se assinava Anrique ou Arrique) de elevados rendimentos, o que lhe possibilitou dotar o estabelecimento com valiosos equipamentos e instalações, tais como: um observatório astronômico (o primeiro instalado no País); um paço; uma capela; uma vila para os auxiliares; estaleiros; arsenais; etc. Faziam- -se, por outro lado, estudos de matemática, de náutica, de geografia, de astronomia, de cosmografia, de comércio, etc.

Sairam dessa Escola os melhores navegadores portugueses do século XV, além de muitos estrangeiros, dentre eles: o fidalgo alemão Balthazar, o dinamarquês Balost, o veneziano Cadamosto, o flamengo Jacome de Bruges, e outros.

As informações colhidas das caravanas que atravessavam o Saara constituíram precioso subsídio, que induziram o Príncipe Navegador a mandar explorar, na direção sul, o litoral do continente negro.

Aí, nesse autêntico eremitério, eram elaborados planos de audaciosos descobrimentos, desenhados mapas e construídos e regulados instrumentos de bordo; daí saíam os navios para as explorações e aí se concentravam os relatórios dos capitães, todos preocupados em ir sempre *mais além*.

A Índia, cobiçado centro de comércio, é o grande objetivo a ser atingido, por via marítima, costeando a África.

Tais foram os feitos náuticos alcançados, no século XV, por súditos portugueses e espanhóis, que os respectivos países detiveram, naquele período, o honroso título de “Rainhas do Mar”.

Com base nos estudos, experimentações e planejamentos feitos na Escola de Sagres, os veleiros armados pelo Infante Dom Henrique deslindam os segredos do Oceano.

A perseverança do Príncipe Navegador, na idéia de realizar novos descobrimentos, alcança, nas viagens de seus navios, pleno e indubitável êxito: ilhas surgem ante os olhos atônitos dos navegadores e o continente negro começa a ser contornado.

Nessas arrojadas aventuras, em que muitos perderam a liberdade ou a própria vida, a

posteridade acolheu, sensibilizada, testemunhos de intrepidez e de valor inexcedíveis.

Dentre outros, ficaram consagrados pela História os nomes dos seguintes navegadores:

João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, em 1418, ao tentarem transpor o cabo Não (o lendário promontório “intransponível”), foram arrastados pela ventania para o mar largo e tocaram numa terra desconhecida. Era a ilha de Porto Santo. Os mesmos atingem a ilha da Madeira, em 1419.

Gil Eanes ultrapassou o Bojador (o mesmo aterrador cabo Não), que a lenda marcava com o ferrete de intransponível, em 1434. Era a grande vitória, só comparável, quanto à retumbância alcançada, à façanha dos tempos hodiernos do astronauta russo Yuri Gagarin que, pela primeira vez, a 12 de abril de 1961, lançando-se fora da Terra, na célebre órbita elíptica incompleta, em seu Vos- tok I, iniciou a conquista espacial.

Em 1434 e 1435, Afonso Gonçalves Baldaia, íntimo do Infante Dom Henrique, chegou muito ao sul do Bojador. Os navegadores portugueses avistaram negros, confirmando, assim, os indícios recolhidos em Ceuta.

Em 1458, vibrante de entusiasmo e de destemor, o Infante Dom Henrique, com seus navios, incorporou-se à frota do Rei D. Afonso V, rumando todos para Tânger. Atacam impetuosamente a praça de Alcácer-Seguer, que se rendeu.

MORTE DO INFANTE — PROSSEGUIMENTO DAS VIAGENS

A vitória de Alcácer-Seguer seria o “canto do cisne” de Dom Henrique, pois que o ano de 1460, como já visto, assinalaria o decesso do valoroso incentivador de descobrimentos, com base na navegação.

Assim comenta Joaquim Ferreira (op. cit.) a ação do missionário de Sagres, nesta romagem pela crosta rugosa de nosso ensombrado planeta:

“É possível que outros, obedecendo aos imperativos da consciência nacional, viessem a realizar mais tarde a obra gigantesca dos descobrimentos — se ele tivesse falhado no vestíbulo desta epopéia. Mas não falhou; e quanto fizemos, desde Lisboa às Molucas e ao Brasil, promanou de seu influxo. Estudou nos livros, despendeu o patrimônio, cercou-se de mestres na cartografia e na náutica, preparou navios, contratou marinheiros. Os descobrimentos brotaram da sua vontade, quando os contemporâneos o remordiam de censuras por este afinco nas pesquisas do Atlântico. Triunfou. E se Portugal varou de pasmo a Europa, ganhando as honras de nação benemerita dos povos modernos, os primeiros e os mais decisivos impulsos vieram do Infante Dom Henrique.”

As seguras bases científicas deixadas pelo solitário de Sagres permitiram o prosseguimento dos descobrimentos, que praticamente não sofreram solução de continuidade.

No trono, D. João II, sobrinho-neto do Infante, não deixou arrefecer o ânimo dos audazes

discípulos de Sagres.

Em 1484, mandou Diogo Cão perseguir o objetivo de contornar a África pela navegação, sendo assim atingida a margem meridional do Rio Zaire, onde levantou uma fortificação.

A famosa lenda do Preste João das Índias, confirmada por Marco Polo, deu causa à localização de um príncipe cristão na Etiópia, ao sul do Egito. Estabelecidas relações de amizade com o soberano etíope, foi possível obter informações precisas que permitiram a Pero da Covilhã e Afonso de Paiva, partindo de Lisboa, em maio de 1487, aportarem em Alexandria e chegarem até Adem, onde se separaram. Covilhã percorreu alguns portos ocidentais da Índia, regressando ao Cairo. Afonso de Paiva falecera pouco antes.

Entretanto, as sábias lições de Sagres e a constante preocupação de seus navegadores de ir sempre *mais além* foram os grandes ascendentes que conduziram Bartolomeu Dias, em 1488, a descobrir, no extremo sul do continente africano, o “Cabo das Tormentas”, ou o “Tormentoso”, depois chamado, por D. Manuel, da “Boa Esperança”, dado que viria a facultar, alguns anos depois (1498), a Vasco da Gama transpô-lo, encontrando, desse modo, o ambicionado caminho equinocial para as Índias, e realizando a imortal façanha do “périplo africano”.

Era o longamente acalentado sonho do místico e introvertido Infante, que se concretizava, fazendo-o grande, admirado e respeitado, o geograficamente pequenino Portugal.

Se paralelizamos a transposição do cabo Bojador (cabo Não) à arremetida do Vostok I, justo será estabelecer equiparação entre o “Périplo da África” e a entrada da Apollo VIII, tripulada por Borman, Lovell e Anders, em órbita lunar.

4 O CORAÇÃO DO MUNDO

Relembrados, em seus traços gerais, os acontecimentos que culminaram, ao apagar das luzes do século XV, com o descobrimento do caminho marítimo para as Índias, inteiremo-nos do que ocorrera no plano extrafísico, consoante o relato do autor espiritual.

Refere-se ele às lutas sanguinolentas que caracterizaram tristemente as Cruzadas, e também às sombras da idade medieval, que confundiram as lições do Evangelho.

Leiamos no original (capítulo I):

“Foi após essa época, no último quartel do século XIV, que o Senhor desejou realizar uma de suas visitas periódicas à Terra, a fim de observar os progressos de sua doutrina e de seus exemplos no coração dos homens.

Anjos e Tronos lhe formavam a corte maravilhosa. Dos céus à Terra, foi colocado outro símbolo da escada infinita de Jacob, formado de flores e de estrelas cariciosas, por onde o Cordeiro de Deus transpôs as imensas distâncias, clarificando os caminhos cheios de treva. Mas, se Jesus vinha do coração luminoso das esferas superiores, trazendo nos olhos mi-

sericordiosos a visão dos seus impérios resplandecentes e na alma profunda o ritmo harmonioso dos astros, o planeta terreno lhe apresentava ainda aquelas mesmas veredas escuras, cheias da lama da impenitência e do orgulho das criaturas humanas, e repletas dos espinhos da ingratidão e do egoísmo. Embalde seus olhos compassivos procuraram o ninho doce do seu Evangelho; em vão procurou o Senhor os remanescentes da obra de um de seus últimos enviados à face do orbe terrestre. No coração da Umbria haviam cessado os cânticos de amor e de fraternidade cristã. De Francisco de Assis só haviam ficado as tradições de carinho e de bondade; os pecados do mundo, como novos lobos de Gúbio, haviam descido outra vez das selvas misteriosas das iniquidades humanas, roubando às criaturas a paz e aniquilando-lhes a vida.

— Helil — disse a voz suave e meiga do Mestre a um dos seus mensageiros, encarregado dos problemas sociológicos da Terra — meu coração se enche de profunda amargura, vendo a incompreensão dos homens, no que se refere às lições do meu Evangelho. Por toda parte é a luta fratricida, como polvo de infinitos tentáculos, a destruir todas as esperanças; recomendei-lhes que se amassem como irmãos, e vejo-os em movimentos impetuosos, aniquilando-se uns aos outros como Cains desvairados.

— Todavia — replicou o emissário solícito, como se desejasse desfazer a impressão dolorosa e amarga do Mestre — esses movimentos, Senhor, intensificaram as relações dos povos da Terra, aproximando o Oriente e o Ocidente, para aprenderem a lição da solidariedade nessas experiências penosas; novas utilidades da vida foram descobertas; o comércio progrediu além de todas as fronteiras, reunindo as pátrias do orbe. Sobretudo, devemos considerar que os príncipes cristãos, empreendendo as iniciativas daquela natureza, guardavam a nobre intenção de velar pela paisagem deliciosa dos Lugares Santos.

— Mas — retornou tristemente a voz compassiva do Cordeiro — qual o lugar da Terra que não é santo? Em todas as partes do mundo, por mais recônditas que sejam, paira a bênção de Deus, convertida na luz e no pão de todas as criaturas. Era preferível que Saladino guardasse, para sempre, todos os poderes temporais na Palestina, a que caísse um só dos fios de cabelo de um soldado, numa guerra incompreensível por minha causa, que, em todos os tempos, deve ser a do amor e da fraternidade universal.”

Prossegue o diálogo fraterno; a certa altura, volta Jesus a indagar:

— “Helil — pergunta ele — onde fica, nestas terras novas, o recanto planetário do qual se enxerga, no infinito, o símbolo da redenção humana?”

— Esse lugar de doces encantos, Mestre, de onde se vêem, no mundo, as homenagens dos céus aos vossos martírios na Terra, fica mais para o sul.

E, quando no seio da paisagem repleta de aromas e de melodias, contemplavam as almas santificadas dos orbes felizes, na presença do Cordeiro, as maravilhas daquela terra nova, que seria mais tarde o Brasil, desenhou-se no firmamento, formado de estrelas rutilantes, no jardim das constelações de Deus, o mais imponente de todos os símbolos.

Mãos erguidas para o Alto, como se invocasse a bênção de seu Pai para todos os elementos daquele solo extraordinário e opulento, exclama então Jesus:

— *Para esta terra maravilhosa e bendita será transplantada a árvore do meu Evangelho de piedade e de amor. No seu solo dadivoso e fertilíssimo, todos os povos da Terra aprenderão a lei da fraternidade universal. Sob estes céus serão entoados os hosanas mais temos à misericórdia do Pai Celestial. Tu, Helil, te corporificarás na Terra, no seio do povo mais pobre e mais trabalhador do Ocidente; instituirás um roteiro de coragem, para que sejam transpostas as imensidades desses oceanos perigosos e solitários, que separam o velho do novo mundo. Instalaremos aqui uma tenda de trabalho para a nação mais humilde da Europa, glorificando os seus esforços na oficina de Deus. Aproveitaremos o elemento simples de bondade, o coração fraternal dos habitantes destas terras novas, e, mais tarde, ordenarei a reencarnação de muitos Espíritos já purificados no sentimento da humildade e da mansidão, entre as raças oprimidas e sofredoras das regiões africanas, para formarmos o pedestal de solidariedade do povo fraterno que aqui florescerá, no futuro, a fim de exaltar o meu Evangelho, nos séculos gloriosos do porvir. Aqui, Helil, sob a luz misericordiosa das estrelas da cruz, ficará localizado o coração do mundo!*

Consoante a vontade piedosa do Senhor, todas as suas ordens foram cumpridas integralmente.

Daí a alguns anos, o seu mensageiro se estabelecia na Terra, em 1394, como filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, e foi o heróico Infante de Sagres, que operou a renovação das energias portuguesas, expandindo as suas possibilidades realizadoras para além dos mares. O elemento indígena foi chamado a colaborar na edificação da pátria nova; almas bem-aventuradas pelas suas renúncias se corporificaram nas costas da África flagelada e oprimida e, juntas a outros Espíritos em prova, formaram a falange abnegada que veio escrever na Terra de Santa Cruz, com os seus sacrifícios e com os seus sofrimentos, um dos mais belos poemas da raça negra em favor da humanidade.

Foi por isso que o Brasil, onde confraternizam hoje todos os povos da Terra e onde será modelada a obra imortal do Evangelho do Cristo, muito antes do Tratado de Tordesilhas, que fincou as balizas das possessões espanholas, trazia já, em seus contornos, *a forma geográfica do coração do mundo.*¹⁸

DEDUÇÕES

Não fora a dádiva abençoada do conhecimento espírita e não teríamos a explicação de questões intrincadas, que, há séculos, vêm desafiando a argúcia de estudiosos e

¹⁸ (18) Reproduzimos, com a devida licença, a nota de rodapé inserida na página 25 do livro em foco: “NOTA DA EDITORA — 0 Autor preferiu a forma árabe — Helil, em vez de Hilel, forma hebraica geralmente usada.”

investigadores.

No capítulo em foco, evidenciam-se, para logo:

1. °) Os planejamentos da Comunidade de Espíritos Puros, que está na direção de todos os fenômenos do nosso sistema, são feitos com absoluta segurança, com grande antecedência, para execução no curso de séculos e de milênios, objetivando sempre o bem-estar das criaturas.

2. °) O Infante Dom Henrique, encarnação do Espírito *Helil*, que era o encarregado dos problemas sociológicos da Terra, foi um emissário de Jesus.

3. °) Como Espírito de elevada jerarquia, permaneceu adstrito ao cumprimento da tarefa que lhe fora atribuída, infenso aos ouropéis das efêmeras glórias terrenas.

4. °) Fica, desse modo, esclarecido o porquê de sua obstinação, a despeito de tudo e de todos, inclusive da régia vontade paterna, em não afastar-se, a não ser acidentalmente, de seu posto de observação e trabalho, da Escola Náutica de Sagres.

5. °) Dom Henrique instituiu, indubitavelmente, *um roteiro de coragem*, elemento basilar para que, ao longo do tempo, *fossem transpostas as imensidades desses oceanos perigosos e solitários, que separam o velho do novo mundo*.

6. °) Por predestinação de Jesus, nosso *Brasil é o Coração do Mundo e a Pátria do Evangelho*, com o árduo mas nobilitante encargo de difundir, no tempo e no espaço planetário, pela pregação e, sobretudo, pelo exemplo, a *Mensagem do Cristo*, substanciada em seu Evangelho de amor e redenção.

Pela acentuada conexão, permitimo-nos transcrever, de “O Evangelho segundo o Espiritismo”, trechos da mensagem de *Simeão*, intitulada: *Pelas suas obras é que se reconhece o cristão*, recebida em Bordéus, em 1863.¹⁹

“ (. . .) O Cristianismo, qual o fizeram há muitos séculos, continua a pregar essas virtudes divinas; esforça-se por espalhar seus frutos, mas quão poucos os colhem! Á árvore é boa sempre, porém maus são os jardineiros. Entenderam de moldá-la pelas suas idéias; de talhá-la de acordo com as suas necessidades; cortaram-na, diminuíram-na, mutilaram-na; tornados estêreis, seus ramos não dão maus frutos, porque nenhuns mais produzem. O viajor sedento, que se detém sob seus galhos à procura do fruto da esperança, capaz de lhe restabelecer a força e a coragem, somente vê uma ramaria árida, prenunciando tempestade. Em vão pede ele o fruto de vida à árvore da vida; caem-lhe secas as folhas; tanto as remexeu a mão do homem, que as crestou.

Abri, pois, os ouvidos e os corações, meus bem- amados! Cultivai essa árvore da vida, cujos frutos dão a vida eterna. Aquele que a plantou vos concita a tratá-la com amor, que

¹⁹ (19) KARDEC, Allan. O Evangelho segundo o Espiritismo. Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira, 1978, cap. XVm, p. 310.

ainda a vereis dar com abundância seus frutos divinos. Conservai-a tal como o Cristo vo-la entregou: não a mutileis; ela quer estender a sua sombra imensa sobre o Universo: não lhe corteis os galhos. Seus frutos saborosos caem abundantes para alimentar o viajor faminto que deseja chegar ao termo da jornada; não amontoeis esses frutos, para os armazenar e deixar apodrecer, a fim de que a ninguém sirvam. “Muitos são os chamados e poucos os escolhidos.” É que há açambarcadores do pão da vida, como os há do pão material. Não sejais do número deles; a árvore que dá bons frutos tem que os dar para todos. Ide, pois, procurar os que estão famintos; levai-os para debaixo da fronde da árvore e partilhai com eles do abrigo que ela oferece. — “Não se colhem uvas nos espinheiros.” Meus irmãos, afastai-vos dos que vos chamam para vos apresentar as sarças do caminho, segui os que vos conduzem à sombra da árvore da vida.”

5 O DESCOBRIMENTO DA TERRA DE VERA CRUZ

A descoberta da América, a 12 de outubro de 1492, por Cristóvão Colombo, a serviço de Isabel de Castela, pusera em alvoroço a Coroa Portuguesa, que se movimentou, obtendo, em 1494, o Tratado de Tordesilhas. Tal ação diplomática garantiu a Portugal a posse de apreciável porção das terras do Brasil, antes mesmo da expedição cabralina.

Preparava-se, entretentes, a grandiosa expedição.

O resumo que segue é calcado na obra de Hélio Vianna.²⁰

Comandava-a o fidalgo Pedro Álvares Cabral, detentor dos títulos de Alcaide-Mor de Azurara e Senhor de Belmonte.

A frota, constituída de treze navios, na maior parte naus, algumas caravelas e duas embarcações

financiadas por particulares, zarpuu do Tejo, a 9 de março de 1500, com a ocorrência de ventos favoráveis, conduzindo a bordo cerca de 1.200 participantes[^]

Cabral recebera minuciosas *Instruções* para o desempenho de sua missão.

Em sua derrota, a expedição avista, a 14 de março, uma das Ilhas Canárias e a 22 passa pela ilha de São Nicolau, do arquipélago de Cabo Verde.

A esta altura, desgarrá-se da esquadra o navio de Vasco de Ataíde.

Sempre afastando-se da costa africana, já reduzida a doze navios, a esquadra prosseguia em sua viagem.

A 21 de abril, surgiram os primeiros sinais de terra: foram avistadas ervas marinhas, denunciadoras da existência de costa próxima.

No dia seguinte, 22 de abril de 1500, quarta- -feira, pela manhã, são vistos bandos de

²⁰ (20) VIANNA, Hélio. História do Brasil. São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1967, 5.^a edição, 19 volume, p. 41.

aves, e, à tarde desse mesmo dia, terra era avistada: surgira ao longe um monte, que foi chamado “Monte Pas- coal”!

Cabral deu à nova terra o nome de “Vera Cruz”.

Chegando as naus à praia, acercaram-se índios nus, que portavam arcos e flechas, não denotando, todavia, hostilidade.

A praia, porém, não dispunha de ancoradouros, em virtude do que a esquadra, navegando ao longo da costa, encontrou uma enseada a que foi dado o nome de *Porto Seguro* (hoje Cabrália), posto que suas águas eram tranqüilas.

A ancoragem foi no dia 25, sábado.²¹

Ancoradas as naus, saiu pelo “Porto Seguro” o piloto Afonso Lopes, num esquife e voltou com dois indígenas apanhados numa almadia (pequeno batel feito todo de um pau cavado).

“Mandou Cabral para terra os dois *índios* com Nicolau Coelho, Bartolomeu Dias, um degredado moço, criado de Dom João Telo, de nome Afonso Ribeiro, este “para andar lá com eles e saber de seu viver e maneira”.

Levaram muitas contas, campainhas e carapuças, para atraírem os nativos.

Em verdade, os selvagens, desarmados e em chusma, aproximaram-se dos portugueses, encheram- lhes de água os barris, aceitaram colares e braceletes com que Nicolau Coelho lhes acenava e não pensaram em fugir.” (Op. cit.)

Estes pormenores são importantes, pois que revelam que o *íncola não se apresentava agressivo*.

Seguem-se: a posse da nova terra, por intermédio de Cabral, a 1.º de maio, sexta-feira, em nome de Dom Manuel, o Venturoso, rei de Portugal; o longo relato de Pêro Vaz de Caminha, escrivão da armada, levado a Portugal por uma das embarcações, e o prosseguimento da viagem para as índias.

Esses acontecimentos, que mostrariam aos olhos maravilhados dos europeus o “Novo Mundo” e que abriram importante capítulo na história da civilização planetária, só encontram símile, guardadas as proporções de época e de equipamentos disponíveis, no histórico dia 20 de julho de 1969, quando, viajando na Apoio XI, Neil Armstrong pousou o pé esquerdo na superfície lunar, seguido logo após por Aldrin, enquanto Collins permanecia no módulo de comando, em órbita em torno de nosso satélite natural.

Para bem caracterizar a semelhança, à posse da nova terra, por Cabral, assinalada por uma cruz fincada no solo brasileiro, corresponde a afixação, no solo lunar, de uma bandeira dos Estados Unidos da América do Norte.

O postulado da reencamação, proclamado pelo Espiritismo, está, na atualidade, reconhecido, ou, pelo menos, admitido por cientistas eminentes, que não se condicionam aos

²¹ (21) CALMON, Pedro. História do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1959, 19 volume, p. 58.

antolhos de concepções ultrapassadas.

O Prof. J. Herculano Pires assim resume os pontos principais do a que denomina “momento pa- rapsicológico”:²²

a) Pesquisa dos fenômenos relacionados com a morte, pelo grupo do Prof. Pratt, da Duke Uni- versity, dando origem à classificação de um novo tipo de fenômeno paranormal, denominado *teta* (oitava letra do alfabeto grego);

b) Pesquisa dos fenômenos relacionados com a teoria da reencarnação, como o provam o livro já famoso do Prof. Ian Stevenson, da Universidade de Virgínia, Estados Unidos, e os trabalhos do Professor Banerjee, da Universidade de Jaipur, na Índia, embora ainda cercados de cautelas e reservas excessivas;

c) Pesquisa no mesmo sentido através da hipnose por psiquiatras russos, como o caso do Professor Vladimir Raikov e suas experiências de “reencar- nações sugestivas”, embora consideradas puramente do ponto de vista da sugestão hipnótica;

d) Prosseguimento das pesquisas sobre o problema de padrões de memória na percepção extra- -sensorial, nos Estados Unidos e na Europa, esclarecedoras de grande número de casos atribuídos à fraude anímica ou mediúnic;

e) Pesquisas, da equipe de cientistas norte- -americanos com o médium José Pedro de Freitas (popularmente conhecido pelo cognome de “Zé Ari- gó”), em Congonhas, Minas Gerais, dirigidas pelo médico, parapsicólogo e engenheiro eletrônico, An- drija Puhariche, sobre o problema das curas para- normais e suas relações com os fenômenos *teta*.”

Pela oportunidade, transcrevemos, “permissa venia”, alguns trechos de um artigo do Prof. Y. Shi- mizu²³ sobre o Prof. Banerjee:

“Atendendo a convite do Instituto Brasileiro de Pesquisas Psicobiofísicas — IBPP — e com o apoio do Instituto Paulista de Parapsicologia e da Associação Paulista de Medicina, esteve em visita ao Brasil, durante a segunda quinzena do mês de setembro findo (1971), o eminente parapsicólogo indiano, Prof. Dr. Hamendra Nath Banerjee. (...) Iniciou a sua “tournée” de conferências em terras brasileiras em São Paulo, indo posteriormente a João Pessoa, Recife e Curitiba. (...) Chegou a Porto Alegre no dia 24 de setembro último. (...) Pronunciou ii m ciclo de três conferências públicas no Teatro São Pedro, nos dias 25, 26 e 27 de setembro, com o auditório literalmente lotado.”

Diante do incontestável argumento dos fatos, é perfeitamente cabível admitir, sem qualquer vislumbre dogmático, que entre os integrantes das valorosas equipes espaciais

²² _ (22) PIRES, J. Herculano. Parapsicologia Hoje e Amanhã. São Paulo, Editora Cultural Espírita Ltda., 1970, 3.^a edição, pp. 11 e 12.

²³ (23) SHIMIZU, Y. “Professor Banerjee Visita Porto Alegre”. A Reencarnação. Federação Espírita do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ano XXXm, setembro, outubro e novembro de 1971, p. 15.

encontram-se, reencarnados, muitos dos Espíritos que ombrearam com o Infante Dom Henrique, em Sagres, os quais realizaram o imortal “Périplo da África” e que pilotaram, auzades, as frágeis caravelas cabralinas.

6 A PÁTRIA DO EVANGELHO

Resumidos os relatos de como decorreu o descobrimento de nosso Brasil, apreciemos a versão respectiva do plano espiritual. “Data venia”, transcreveremos, na íntegra, o capítulo II da obra em estudo:

“D. Henrique de Sagres abandonou as suas atividades na Terra em 1460.

Estava realizado, em linhas gerais, o seu grande destino. Da sua casa modesta da Vila-Nova do Infante, onde se encontra ainda hoje uma placa comemorativa, como perene homenagem ao grande navegador, desenvolvera ele, no mundo inteiro, um sentimento novo de amor ao desconhecido. Desde a expedição de Ceuta, o Infante deixou transparecer, em vários documentos que se perderam nos arquivos da Casa de Avis, que tinha a certeza da existência das terras maravilhosas, cuja beleza haviam contemplado os seus olhos espirituais, no passado longínquo. Toda a sua existência de abnegação e ascetismo constituíra uma série de relâmpagos luminosos no mundo de suas recordações. A prova de que os seus estudos particulares falavam da terra desconhecida é que o mapa de André Bianco, datado de 1448, mencionava uma região fronteira à África. Para os navegadores portugueses, portanto, a existência da grande ilha austral já não era assunto ignorado.

Novamente no Além, o antigo mensageiro do Mestre não descansou, chamando a colaborar com ele numerosas falanges de trabalhadores devotados à causa do Evangelho do Senhor. Procura influenciar sobre o curto reinado de D. Duarte estendendo, com os seus cooperadores, essa mesma atuação ao tempo de D. Afonso V, sem lograr uma ação decisiva a favor das empresas esperadas. Aproveitando o sonho geral dos tesouros das índias, a personalidade do Infante se desdobra, com o objetivo de descortinar o continente novo ao mundo político do Ocidente. Enquanto a sua atuação encontra fraco eco junto às administrações de sua terra, o povo de Castela começa a preocupar-se seriamente com as idéias novas, lançando-se à disputa das riquezas entrevistas. Eleva-se então ao poder D. João II, cujo reinado se caracterizou pela providência e pela energia realizadora. Junto do seu coração, o emissário invisível encontra grandes aspirações, irmãs das suas. O Príncipe Perfeito torna-se o dócil instrumento do mensageiro abnegado. A mesma sede de além lhe devora o pensamento. Expedições diversas se organizam. O castelo de São Jorge é fundado por Diogo de Azambuja, na Costa da Mina; Diogo Cão descobre toda a costa de Angola; por toda parte, sob o olhar protetor do grande rei, aventuram-se os expedicionários. Mas o espírito, em todos os planos e circunstâncias da vida, tem de sustentar as maiores lutas pela sua purificação suprema. Entidades atrasadas na sua carreira evolutiva se unem contra as

realizações do príncipe ilustre. Depois do desastre no Campo de Santarém, no qual o filho perde a vida em condições trágicas, surgem outras complicações entre a sua direção justiceira e os nobres da época, e D. João II morre envenenado em Alvor; no ano de 1495.

Todavia, os planos da Escola de Sagres estavam consolidados. Com a ascensão de D. Manuel I ao poder, nada mais se fez que atingir o fim de longa e laboriosa preparação. Em 1498, Vasco da Gama descobre o caminho marítimo das Índias e, um pouco mais tarde, Gaspar de Corte Real descobre o Canadá. Todos os navegadores saem de Lisboa com instruções secretas quanto à terra desconhecida, que se localizava fronteira à África e que já havia sido objeto de protesto de D. João II contra a bula de Alexandre VI, que pretendia impor-lhe restrições ao longo do Atlântico, por sugestão dos reis católicos da Espanha.

No dia 7 de março de 1500, preparada a grande expedição de Cabral ao novo roteiro das Índias, todos os elementos da expedição, encabeçados pelo capitão-mor, visitaram o Paço de Alcáçova, e na véspera do dia 9, dia este em que se fizeram ao mar, imploraram os navegadores a bênção de Deus, na ermida do Restelo, pouso de meditação que a fé sincera de Dom Henrique havia edificado. O Tejo estava coberto de embarcações engalanadas e, entre manifestações de alegria e de esperança, exaltava-se o pendão glorioso das Quinas.

No oceano largo, o capitão-mor considera a possibilidade de levar a sua bandeira à terra desconhecida do hemisfério sul. O seu desejo cria a necessária ambientação ao grande plano do mundo invisível. Henrique de Sagres aproveita esta maravilhosa possibilidade. Suas falanges de navegadores do Infinito se desdobram nas caravelas embandeiradas e alegres. Aproveitam-se todos os ascendentes médios. As noites de Cabral são povoadas de sonhos sobrenaturais e, insensivelmente, as caravelas inquietas cedem ao impulso de uma orientação imperceptível. Os caminhos das Índias são abandonados. Em todos os corações há uma angustiosa expectativa. O pavor do desconhecido empolga a alma daqueles homens rudes, que se viam perdidos entre o céu e o mar, nas imensidades do Infinito. Mas, a assistência espiritual do mensageiro invisível, que, de fato, era ali o divino expedicionário, derrama um claror de esperança em todos os ânimos. As primeiras mensagens da terra próxima recebem-nas com alegria indizível. As ondas se mostram agora, amiúde, qual colcha caprichosa de folhas, de flores e de perfumes. Avistam-se os píncaros elegantes da plaga do Cruzeiro e, em breves horas, Cabral e sua gente se reconfortam na praia extensa e acolhedora. Os naturais os recebem como irmãos muito amados.

A palavra religiosa de Henrique Soares, de Coimbra, eles a ouvem com veneração e humildade. Colocam suas habitações rústicas e primitivas à disposição do estrangeiro e reza a crônica de Caminha que Diogo Dias dançou com eles nas areias de Porto Seguro, celebrando na praia o primeiro banquete de fraternidade na Terra de Vera Cruz.

A bandeira das Quinas desfralda-se então gloriosamente nas plagas da terra abençoada, para onde transplantara Jesus a árvore do seu amor e da sua piedade, e, no céu, celebra-se o acontecimento com grande júbilo. Assembléias espirituais, sob as vistas amorosas do Senhor,

abençoam as praias extensas e claras e as florestas cerradas e bravias. Há um contentamento intraduzível em todos os corações, como se um pombo simbólico trouxesse as novidades de um mundo mais firme, após novo dilúvio.

Henrique de Sagres, o antigo mensageiro do Divino Mestre, rejubila-se com as bênçãos recebidas do céu. Mas, de alma alarmada pelas emoções mais carinhosas e mais doces, confia ao Senhor as suas vacilações e os seus receios:

— Mestre — diz ele — graças ao vosso coração misericordioso, a terra do Evangelho florescerá agora para o mundo inteiro. Dai-nos a vossa bênção para que possamos velar pela sua tranquiilidade, no seio da pirataria de todos os séculos. Temo, Senhor, que as nações ambiciosas matem as nossas esperanças, invalidando as suas possibilidades e destruindo os seus tesouros. .

Jesus, porém, confiante, por sua vez, na proteção de seu Pai, não hesita em dizer com a certeza e a alegria que traz em si:

— Helil, afasta essas preocupações e receios inúteis. A região do Cruzeiro, onde se realizará a epopéia do meu Evangelho, estará, antes de tudo, ligada eternamente ao meu coração. As injunções políticas terão nela atividades secundárias, porque, acima de todas as coisas, em seu solo santificado e exuberante estará o sinal da fraternidade universal, unindo todos os espíritos. Sobre a sua volumosa extensão pairará constantemente o signo da minha assistência compassiva e a mão prestigiosa e potentíssima de Deus pousará sobre a terra de minha cruz, com infinita misericórdia. As potências imperialistas da Terra esbarrarão sempre nas suas claridades divinas e nas suas ciclópicas realizações. Antes de o estar ao dos homens, é ao meu coração que ela se encontra ligada para sempre.

Nos céus imensos, havia clarões estranhos de uma bênção divina. No seu sólio de estrelas e de flores, o Supremo Senhor sancionara, por certo, as bondosas promessas de seu Filho.

E foi assim que o minúsculo Portugal, através de três longos séculos, embora preocupado com as fabulosas riquezas das índias, pôde conservar, contra flamengos e ingleses, franceses e espanhóis, a unidade territorial de uma pátria com oito milhões e meio de quilômetros quadrados e com oito mil quilômetros de costa marítima. Nunca houve exemplo como esse em toda a história do mundo. As possessões espanholas se fragmentaram, formando cerca de vinte repúblicas diversas. Os Estados americanos do norte devem sua posição territorial às anexações e às lutas de conquista. A Louisiana, o Novo México, o Alasca, a Califórnia, o Texas, o Oregon, surgiram depois da emancipação das colônias inglesas. Só o Brasil conseguiu manter-se uno e indivisível na América, entre os embates políticos de todos os tempos. É que a mão do Senhor se alça sobre a sua longa extensão e sobre as suas prodigiosas riquezas. O coração geográfico do orbe não se podia fracionar.”

DEDUÇÕES

Desligado do veículo somático, Dom Henrique de Sagres, novamente o *Helil* da

Eternidade, orienta e dirige as atividades que objetivam a *transposição das “imensidades desses oceanos perigosos e solitários, que separam o velho do novo mundo”, e, conseqüentemente :*

1. °) “As noites de Cabral são povoadas de sonhos sobrenaturais e, insensivelmente, as caravelas inquietas *cedem ao impulso de uma orientação imperceptível. Os caminhos das índias são abandonados.*

2. °) Os naturais (da “Terra de Vera Cruz”) os recebem (Cabral e sua gente) como irmãos muito

BRASIL, MAIS ALFIM!

84

amados. Colocam suas habitações rústicas e primitivas à disposição do estrangeiro (...).

3. °) Para a terra abençoada Jesus transplantara a árvore de seu amor e da sua piedade.

4. °) A região do Cruzeiro, onde se realizará a epopéia do meu Evangelho, estará, antes de tudo, ligada eternamente ao meu coração.

5. °) Só o Brasil conseguiu manter-se uno e indivisível na América, entre os embates políticos de _ todos os tempos.”

7 OS DEGREDADOS

Em sua minuciosa “História do Brasil” (op. cit. em (21), pp. 64 a 83), Pedro Calmon insere, na íntegra, a famosa carta de Pero Vaz de Caminha, escrita do Porto Seguro de Vera Cruz, com a data de 1.º de maio do ano de 1500, a El-Rei D. Manuel.

Vamos colher, no contexto do “magno documento” (segundo o justo conceito do historiador Rodolfo Garcia), as principais notícias sobre os degredados, que, juntamente com outros emissários, desempenharam tarefa importante nos primeiros contactos mantidos pelos navegadores com os silvícolas:

“(...) e que melhor e muito melhor informação da terra dariam dois homens desses degredados que aqui deixássemos (...).

Mandou o Capitão àquele degredado, Afonso Ribeiro, que se fosse outra vez com eles. E foi; e andou lá um bom pedaço, mas à tarde regressou, que o fizeram eles vir: e não o quiseram lá consentir. E deram-lhe arcos e setas (...).

E o Capitão mandou àquele degredado Afonso Ribeiro e a outros dois degredados que fossem meter-se entre eles; e assim mesmo a Diogo Dias, por ser homem alegre, com que eles falavam. E aos degredados ordenou que ficassem lá esta noite. (...) E como se fazia tarde fizeram-nos logo todos tornar; e não quiseram que lá ficasse nenhum. E ainda, segundo diziam, queriam vir com eles.

(...) Diogo Dias e Afonso Ribeiro, o degredado, aos quais o Capitão ontem ordenara que de toda maneira lá dormissem, tinham voltado já noite, por eles não quererem que lá

ficassem. E traziam papagaios verdes; e outras aves pretas (. . .).

Creio, Senhor, que com estes dois degredados que aqui ficam, ficarão mais dois grumetes, que esta noite se saíram em terra, desta nau, no esquife, fugidos, os quais não vieram mais.”

A revelação espiritual relata um acontecimento completamente ignorado pela história humana. Leiamos-lo no original (pp. 36 e seguintes): “Uma alegria paradisiaca reinava em todas as almas que comemoravam o advento da Pátria do Evangelho, quando se fez presente, na assembléia augusta, a figura misericordiosa do Cordeiro.

Complacente sorriso lhe bailava nos lábios angélicos e suas mãos líricas empunhavam largo estandarte branco, como se um fragmento de sua alma radiosa estivesse ali dentro, transubstanciado naquela bandeira de luz, que era o mais encantador dos símbolos de perdão e de concórdia.

Dirigindo-se a um dos seus elevados mensageiros na face do orbe terrestre, em meio do divino silêncio da multidão espiritual, sua voz ressoou com doçura:

— Ismael, manda o meu coração que doravante seja o zelador dos patrimônios imortais que constituem a Terra do Cruzeiro. Recebe-a nos teus braços de trabalhador devotado da minha seara, como a recebi no coração, obedecendo a sagradas inspirações do Nosso Pai. Reúne as incansáveis falanges do Infinito, que cooperam nos ideais sacrossantos de minha doutrina, e inicia, desde já, a construção da pátria do meu ensinamento. Para aí transplantei a árvore da minha misericórdia e espero que a cultives com a tuá abnegação e com o teu sublimado heroísmo. Ela será a doce paisagem dilatada do Tiberíades, que os homens aniquilaram na sua voracidade de carnificina. Guarda este símbolo da paz e inscreve na sua imaculada pureza o lema da tua coragem e do teu propósito de bem servir à causa de Deus e, sobretudo, lembra-te sempre de que estarei contigo no cumprimento dos teus deveres, com os quais abrirás para a humanidade dos séculos futuros um caminho novo, mediante a sagrada revivescência do Cristianismo.

Ismael recebe o lábaro bendito das mãos compassivas do Senhor, banhado em lágrimas de reconhecimento, e, como se entrara em ação o impulso secreto da sua vontade, eis que a nívea bandeira tem agora uma insígnia. Na sua branca substância, uma tinta celeste inscrevera o lema imortal: “Deus, Cristo e Caridade”.

Refere o Autor Espiritual que Ismael desce à Terra, onde os caminhos agrestes transformam-se em sendas de maravilhosa beleza. Prossegue a narrativa:

“Nessa hora, a frota de Cabral foge das águas verdes e fartas da Baía de Porto Seguro.

Entretanto, nas fitas extensas da praia choram, desesperadamente, os dois degredados, dos vinte párias sociais que o Rei D. Manuel I destinara ao exílio.

Os homens do mar se distanciam daqueles sítios, levando amostras da sua extraordinária riqueza. Em toda a paisagem há um largo ponto de interrogação, enquanto os dois infelizes se lastimam sem consolo e sem esperança. Os silvícolas amáveis e fraternos lhes abrem os

braços; é dos seus corações rudes e simples que desabrocham, para a amargura deles, as flores amigas de um brando conforto.

Mas, Afonso Ribeiro, um dos condenados ao penoso desterro, avança numa piroga desprotegida e desmantelada, *sem que os olhos da História lhe anotassem o gesto de profunda desesperação, a caminho do mar alto*. Ao longe, percebem-se ainda os derradeiros mastros das caravelas itinerantes. O infeliz degredado anseia por morrer. Os últimos gemidos abafados lhe saem da garganta exausta. Seus olhos, inchados de pranto, contemplam as duas imensidades, a do oceano e a do céu, e, esperando na morte o socorro bondoso, exclama, do íntimo do coração:

— Jesus, tende piedade da minha infinita amargura! Enviai a morte ao meu espírito desterrado. Sou inocente, Senhor, e padeço a tirania da injustiça dos homens. Mas, se a traição e a covardia me arrebataram da pátria, afastando dos meus olhos as paisagens queridas e os afetos mais santos do coração, essas mesmas calúnias não me separaram da vossa misericórdia!

Nesse instante, porém, o pobre exilado sente que uma alvorada de luz estranha lhe nasce no âmago da alma atribulada. Uma esperança nova se apossa de todas as suas fibras emotivas e, como por delicado milagre, *a sua jangada rústica regressa, celere-mente, à praia distante*. Em vão as ondas sinistras e poderosas tentam arrebatá-lo para o oceano largo. *Uma força misteriosa o conduz a terra firme, onde o seu coração encontrará uma família nova*.

Ismael havia realizado o seu primeiro feito nas Terras de Vera Cruz. Trazendo um naufrago e inocente para a base da sociedade fraterna do porvir, ele obedecia a sagradas determinações do Divino Mestre. Primeiramente, surgiram os índios, que eram os simples de coração; em segundo lugar, chegavam os sedentos da justiça divina e, mais tarde, viriam os escravos, como a expressão dos humildes e dos aflitos, para a formação da alma coletiva de um povo bem-aventurado por sua mansidão e fraternidade. Naqueles dias longínquos de 1500, já se ouviam no Brasil os ecos acariciadores do Sermão da Montanha.”

8 OS MISSIONÁRIOS

Não se sabe ao certo o número das primeiras expedições, mesmo porque algumas foram clandestinas.

As viagens às *índias* absorviam a atenção de D. Manuel I, em razão dos lucros fabulosos que propiciavam.

Por via de consequência, a exploração da nova terra houve de ser feita morosamente.

João Ribeiro²⁴ afirma sem rodeios:

²⁴ (24) RIBEIRO, João. História do Brasil. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1957, 16.® edição, p. 45.

“O que preocupa a corte portuguesa de D. Manuel são as riquezas do Oriente. Se ainda alguma expedição aqui toca e se demora (...) não é o Brasil quem as atrai mas sim ainda a fascinação do Oriente.”

Era a “auri sacra fames” (a sagrada fome do ouro) que ofuscava os armadores das expedições.

Burns²⁵ classifica de “Revolução Comercial” as mudanças que assinalam a transição da economia dos fins da Idade Média para o regime capitalista dos séculos XV e seguintes.

Assinala que “a Revolução Comercial, no entanto, não teria atingido tamanha amplitude se não fossem as viagens ultramarinas de descobrimento, iniciadas no século XV. (...) Consistiram elas principalmente na ambição espanhola e portuguesa de tomar parte nos proventos do comércio com o *Oriente*.” (Os grifos são nossos.)

Reconhece, a seguir, que “Os pioneiros da navegação oceânica foram os portugueses”.

EXPEDIÇÕES EXPLORADORAS

Nos primórdios das explorações, duas expedições são comumente mencionadas: a de 1501 e a de 1503.

A de 1501 foi mandada preparar pelo governo de D. Manuel, sendo constituída de três navios. Ignora-se quem teria sido o comandante da flotilha. Pensam alguns historiadores que teria sido Gaspar de Lemos, o mesmo que levara a notícia do descobrimento. O certo é que da expedição participou o florentino Américo Vespúcio, que emprestaria o nome ao continente.

Deu-se a partida de Lisboa, em maio do referido ano, desdobrando-se a travessia, da África ao Brasil, pelo espaço de 67 dias. O ponto atingido foi o Rio Grande do Norte, de onde teve início a missão exploradora.

A cada acidente geográfico assinalado foi dado o nome do santo ou da festividade religiosa que marcava o dia em que o evento era verificado.

Hélio Vianna (op. ref. em (20), p. 51) assim conclui as apreciações desta viagem:

“Quanto às informações aqui obtidas por Vespúcio, desprezadas as indiretamente registradas nas cartas intituladas *Mundos Novos* e *Lettera a Soderini*, hoje tidas como apócrifas, e preferidas as constantes de uma outra a Lourenço de Medieis, de Lisboa, 1502, copiada no Códice Ricardiano, de Florença, são mais interessantes as que dizem respeito à amenidade e bom clima da terra, à antropofagia e outros costumes de seus habitantes, e à existência, nela, de pau-brasil.”

A de 1503 foi comandada por Gonçalo Coelho, que pretendia 'encontrar o caminho ocidental para Malaca, pelo sul de nosso continente.

²⁵ (25) BURNS, Edward McNall. História da Civilização Ocidental / Western Civilizations, Their History and Their Culture / Trad. MACHADO, Lourival Gomes; MACHADO, Lourdes Santos; e VALANDRO, Leonel. Porto Alegre, Editora Globo, 1973, 3.^a edição, 2.^a impressão, pp. 488 e 489.

O rei de Portugal, como visto, tinha suas atenções voltadas para os negócios da Índia, que oportunos traziam lucros avultados.

EXPEDIÇÕES GUARDA-COSTAS

A divulgação, na Europa, da existência, na nova terra, de madeira própria para tinturaria, atraiu para as costas de nosso Brasil corsários e piratas, franceses e espanhóis, que aqui vinham fazer contrabando de pau-brasil.

As atividades dos entrepostos tornaram-se tão intensas e freqüentes, que o governo português se viu na contingência de tomar medidas repressivas.

Foram, assim, organizadas as expedições guarda-costas.

Cristóvão Jaques comandou a primeira, de 1516 a 1519. O litoral foi percorrido até o Prata, sendo, ao mesmo tempo, fortificadas as feitorias existentes.

Persistia, inobstante, a freqüentação das costas pelos contrabandistas.

Nova expedição, forte e bem equipada, igualmente sob o comando de Cristóvão Jaques, varou o oceano, desenvolvendo, de 1526 a 1528, intensa perseguição aos fbbusteiros, nas costas da Bahia e Pernambuco, bem como no litoral sul, até o Rio da Prata..

COLONIZAÇÃO

A difícil tarefa colonizadora só teve começo em 1530, com a importante expedição de Martim Afonso de Sousa, que trouxe agricultores, ferramentas, sementes e animais domésticos.

Aprisionou navios corsários, explorou a costa, indo ao norte até o Maranhão e ao sul até Punta dei Este.

Encontrou o *Caramuru*, na Bahia; no Rio de Janeiro, onde permaneceu três meses, mandou fazer uma ferraria, construiu dois bergantins e obteve notícia da existência de ouro e prata, em um rio do interior; em Cananéia, encontrou outro degredado.

Do Rio da Prata voltou ao norte.

Fundou a Vila de São Vicente, no litoral, e, no interior, a Vila de Piratininga, à margem do rio do mesmo nome, a qual não prosperou; auxiliaram-no, na fundação, os naufragos João Ramalho e Antonio Rodrigues, que haviam casado com moças indígenas.

Caramuru, João Ramalho e outros podem ser lenda, na conceituação de alguns estudiosos do início de nossa colonização; mas também podem ser o símbolo da abençoada miscigenação do europeu com o índio, que se completaria com a inclusão, no processo, do negro africano, evitando que germinassem preconceitos raciais na Pátria do Evangelho.

Introduziu Martim Afonso a cultura do trigo e da videira, impulsionou a da cana-de-açúcar e mandou construir engenhos movidos a água.

Estava a colonização iniciada, com bases seguras.

CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

Malgrado a ação enérgica das expedições guarda-costas e apesar das proficuas realizações de Martim Afonso de Sousa, corsários e piratas continuavam traficando com o índio e conduzindo para o Velho Mundo grandes carregamentos de pau-brasil.

O régio erário estava esgotado.

Cresciam as possibilidades de o território ser ocupado pelos franceses.

De outra parte, a coroa portuguesa estava mais interessada em intensificar o comércio com a Índia, por meio do qual alcançava lucros fabulosos.

Esses fatores induziram o monarca português, D. João III, a introduzir no Brasil o processo colonizador das capitânias hereditárias, que tinha dado bons resultados nos Açores e na Madeira.

Nosso território foi dividido em quinze enormes glebas, dadas a fidalgos portugueses, com o encargo de proverem, à própria custa, a colonização e a defesa respectivas.

Ao mesmo tempo, “mandou que se desse preferência ao Brasil para degredo dos que, “segundo as *Ordenações*”, deviam ser desterrados para a Ilha de São Tomé; com a advertência de que não seriam perseguidos, por seus crimes, quantos aqui viessem homiziar-se. (...) O alvará de 31 de maio de 1535 tornou obrigatório (para os casos em que as *Ordenações* falavam da Ilha de São Tomé); e exigiu, o de 6 de maio de 1536, que aos vadios de Lisboa (“que andam na ribeira a furtar bolsas, e fazer outros delitos”) se desse igual destino.

Veremos que o Governador-geral trouxe em 1549 — nada menos de seiscentos, culpados dos mais diferentes malefícios capitulados na Lei. (...) Resíduos de uma sociedade que os rejeitava e expelia, achariam na terra nova a sua oportunidade de trabalho, recuperação e fortuna. Até de resposta — à civilização madrastra!” (Op. ref. em (20), pp. 170 e 172.)

Este conceito de Calmon harmoniza-se com o do Autor Espiritual, como veremos, pouco adiante.

Apenas duas capitânias prosperaram: as de São Vicente e Pernambuco, doadas, respectivamente, a Martim Afonso de Sousa e a Duarte Coelho.

Na de Santos, os acontecimentos mais importantes são os seguintes: a fundação, por Brás Cubas, da Vila de Santos, que conseguiu prosperar. Teve apreciável desenvolvimento a cultura da cana-de-açúcar, do arroz, do trigo e de árvores frutíferas, enquanto vários engenhos foram instalados.

Na de Pernambuco, cumpre destacar: a fundação de Olinda, pelo próprio donatário, Duarte Coelho, que se trasladou para a nova terra com a família, trazendo, também, numerosos colonos. Tanto quanto em São Vicente, foi impulsionada a cultura de cereais e de cana-de-açúcar, que motivou o estabelecimento dos competentes engenhos, os antecessores das modernas usinas de beneficiamento.

O GOVERNO-GERAL

Com a finalidade de auxiliar as capitânicas no desempenho dos encargos que lhes estavam afetos, criou D. João III o Governo-geral, com sede na Bahia. Tomé de Sousa foi o primeiro governador. Chegou à Bahia em 1549, tendo governado até 1553. Com ele, vieram duzentos homens de tropa regular, trezentos colonos e quatrocentos degredados (seiscentos, segundo Pedro Calmon). Vieram, ainda, o padre Manuel da Nóbrega e outros cinco sacerdotes.

De Nóbrega, diz Hélio Vianna (op. ref. Em (20), p. 100):

“Por vinte e um anos seria ele (Manuel da Nóbrega) o Superior, o Provincial, o Reitor, a quem tudo se ficou devendo; o trabalhador incansável das viagens pelo litoral, o arguto conselheiro da fundação do Rio de Janeiro, o fundador dos três colégios que são as mais ricas jóias do verdadeiro tesouro que nos legaram os jesuítas.”

Tomé de Sousa foi sucedido por Duarte da Costa, que governou de 1553 a 1557. Com ele vieram mais jesuítas, dentre os quais, José de Anchieta, que seria cognominado “o apóstolo do Brasil”.

São muitos os historiadores que exaltam a obra dos jesuítas.

Deles afirma João Ribeiro (op. ref. em (24), p. 99):

“Da plêiade dos primeiros padres que aportaram à nova conquista com Tomé de Sousa e Duarte da Costa, entre eles dois principalmente se distinguiram, Nóbrega e Anchieta. Mas é todavia *Anchieta*, o grande apóstolo do Brasil, e nos seus feitos e vida só comparável a S. Francisco Xavier, o apóstolo das índias.”

Confrontemos estas narrativas com as de Humberto de Campos (Espírito), constantes da obra em estudo (p. 42):

“Geralmente, as caravelas lusitanas que demandavam Calicut traziam consigo grande número de exilados e de aventureiros. Muitos deles foram abandonados no extenso litoral do país inexplorado e desconhecido, *ao influxo das inspirações do mundo invisível; essas criaturas vinham como batedores humildes, à frente dos trabalhctdores que, mais tarde, chegariam às terras novas.*

(...) Prepara-se a expedição de Gonçalo Coelho, que, além de alguns cosmógrafos notáveis, levava consigo Américo Vespúcio, famoso na história americana pelas suas cartas acerca do Novo Mundo, nas quais, infelizmente, reside grande percentagem de literatura e de pretensiosa imaginação. Chegando ao litoral baiano, Gonçalo Coelho organiza a Feitoria de Santa Cruz, primeiro núcleo da civilização ocidental nas plagas brasileiras. O nome do país é agora Terra de Santa Cruz, pelo qual se faz conhecido nos documentos da metrópole.

De Portugal, somente aportavam no Brasil, de vez em quando, alguns aventureiros e degredados, *obedecendo a um apelo inexplicável e desconhecido.*”

A seguir (pp. 43, 44 e 45), deparamos com importante revelação, esclarecedora da razão

do espírito de devotamento e de renúncia da grande maioria dos missionários (eram eles espíritos detentores de elevado grau de evolução, que vinham colaborar na obra do Cristo, na “Pátria do Evangelho”):

“Foi, aproximadamente, por essa época, que Ismael reuniu em grande assembléia os seus colaboradores mais devotados, com o objetivo de instituir um programa para as suas atividades espirituais na Terra de Santa Cruz:

— Irmãos — exclamou ele no seio da multidão de companheiros abnegados — plantamos aqui, sob o olhar misericordioso de Jesus, a sua bandeira de paz e de perdão. Todo um campo de trabalhos se desdobra às nossas vistas. Precisamos de colaboradores devotados que não temam a luta e o sacrifício! Voltemo-nos para os centros culturais de Coimbra e de Lisboa, a regenerar as fontes do pensamento, no elevado sentido de ampliarmos a nossa ação espiritual. Alguns de vós ficareis em Portugal, mantendo de pé os elementos protetores dos nossos trabalhos, e a maioria terá de envergar o sambenito humilde dos missionários penitentes, para levar o amor de Deus aos sertões ínvios e carecidos de todo o conforto. Temos de buscar no seio da igreja as roupagens exteriores de nossa ação regeneradora. (...)

Pregareis, em Portugal, a verdade e o desprendimento das riquezas terrestres e trabalhareis, sob a minha direção, nas florestas imensas de Santa Cruz, arrebanhando as almas para o Único Pastor. *O característico de vossa ação, como missionários do Pai Celestial, será um testemunho legítimo de renúncia a todos os bens materiais e uma consoladora pobreza.*”

Informa o autor espiritual que, entre os Espíritos santificados, presentes à reunião, encontravam-se José de Anchieta e Bartolomeu dos Mártires, Manuel da Nóbrega (o mesmo Emmanuel — v. *Proêmio*), Diogo Jácome, Leonardo Nunes e muitos outros.

Enfatiza, em seguimento (pp. 45 e 46):

“Em 1531, após Portugal ter resolvido, sob a direção de D. João III, a primeira tentativa de colonização da Terra de Santa Cruz, alguns dos convocados, participantes daquela augusta assembléia, chegavam ao Brasil com Martim Afonso de Sousa e a sua companhia de trezentos homens, a tomar parte ativamente na fundação de S. Vicente e na de Piratininga.

Nóbrega aportava mais tarde, na Bahia, com Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral da colônia, em 1549, chefiando grande número desses irmãos dos simples e dos infelizes, a fim de estabelecer novos elementos de progresso e dar início à cidade do Salvador.

Anchieta veio depois, em 1553, com Duarte da Costa, e se transformou no desvelado apóstolo do Brasil.”

Examina o autor espiritual alguns pormenores das atividades dos missionários e assim conclui o capítulo em foco (pp. 47 e 48):

“D. João III teve a infelicidade de introduzir em Portugal o organismo sinistro da Inquisição. Com o tribunal da penitência, vieram os Jesuítas.

Não constitui objeto do nosso trabalho o exame dos erros profundos da condenável instituição, que fez da Igreja, por muitos séculos, um centro de perversidade e de sombras compactas, em todas as nações européias, que a abrigaram à sombra da máquina do Estado. O que nos importa é a exaltação daqueles missionários de Deus, que afrontavam a noite das selvas para aclarar as consciências com a lição suave do Mártir do Calvário. *Esses homens abnegados eram, de fato, “o sal da nova terra”.*

Os falsos sacerdotes poderiam continuar massacrando, em nome do Senhor, que é a misericórdia suprema; poderiam prosseguir ostentando as púrpuras luxuosas e todas as demais suntuosidades do reino mentiroso desse mundo, incensando os poderosos da Terra e distanciando-se dos pobres e dos aflitos; mas, os humildes missionários da cruz ouviam a voz de Ismael, no âmago de suas almas; aos seus sagrados apelos, abandonaram todos os bens, para seguir os rastros luminosos daquele que foi e será sempre a luz do mundo. Foram eles os primeiros traços luminosos das falanges imortais do Infinito, corporificadas na terra do Evangelho, e, com a sua divina pobreza, se fizeram *os iniciadores da grande missão apostólica do Brasil no seio do mundo moderno*, inaugurando aqui um caminho resplandecente para todas as almas, transformando a terra do Cruzeiro numa dourada e eterna Porciúncula.”

9 OS ESCRAVOS

O braço cativo foi, incontestavelmente, o elemento propulsor da economia brasileira, como, de resto, da de outros países.

É difícil fixar a data do início do tráfico negreiro para o Brasil.

Quase todos os autores, que abordam o assunto, situam na terceira década do século XVI o começo da introdução de negros africanos no território nacional, na qualidade de escravos, situação que, infelizmente, haveria de perdurar pelo longo período de mais de trezentos anos, ou seja, precisamente, até **13** de maio de **1888**.

Pelo trabalho, pelo que produziam, nada ganhavam os míseros cativos; não tinham ingerência na política, a sociedade não lhes proporcionava acesso, não podiam constituir família. Os senhores dispunham, sobre eles, do direito de vida e de morte, de vez que lhes era permitido vendê-los, como se animais ou mera mercadoria fossem; podiam — e amiúde o faziam, em que pesem honrosas exceções — açoitá-los, impor-lhes castigos cruéis e até sacrificá-los.

A VOZ DOS HISTORIADORES

Calmon (op. ref. em (21), vol. II, p. 348) assim focaliza a questão do número de escravos negros introduzidos no Brasil:

“Ocorre-nos a pergunta. Quantos escravos da África recebeu o Brasil?

William Guthrie calcula em **100** mil por ano, os tirados do habitat: mas há quem lhes

estime a quota em 30 mil para o Brasil, em média, no período trissecular do tráfico.

Ao todo, 9 milhões?

Abatendo-se o período do século XVI, de fraca importação, e as épocas de perturbação marítimo- colonial, chegaremos, com probabilidade de acerto, à cifra de 6 milhões, entre 1550 e 1850.

No século XVII, só de Luanda e Benguela, saíam anualmente 10 mil, dos quais 1.300 crias. Havia, outrossim, o Congo, Guiné, Moçambique... Os números citados padecem, por outro lado, do defeito de serem números fiscais, de “peças” tributadas, contadas na alfândega: e as do contrabando, inverificável e freqüente?”

De outra parte, Hélio Vianna, que considera o trabalho servil (inicialmente os indígenas, depois os negros africanos), uma exigência da colonização, assim conclui o estudo dos fatos (op. ref. em (20), p. 261):

“Influíram, por conseguinte, nos costumes, na alimentação, na medicina, nas artes e na língua, enriquecendo, extraordinariamente, o folclore brasileiro, e marcando, de modo indelével, com sua fortíssima personalidade coletiva, toda a formação social brasileira. Sobretudo, a promiscuidade em que aqui viviam, com brancos e indígenas, numa sociedade sensivelmente isenta de preconceitos raciais, produziu a intensa miscigenação que a caracteriza.

De um modo geral, portanto, o regime de trabalho dos escravos negros ainda produz conseqüências, atualmente, no Brasil, não tendo conseguido suprimi-las, definitivamente, nem a abolição da escravatura, em 1888, nem a vinda de numerosos imigrantes europeus e asiáticos, em número de alguns milhões, por todo o século passado e até hoje. E quanto ao valor da contribuição forçada e abnegadamente por eles oferecida à civilização brasileira, nenhum julgamento nos parece mais justo que o de Calógeras: “Não exagera quem disser que, sob a direção do branco, eles realizaram todo o trabalho material e os esforços precisos para criar e construir o Brasil.”

Assim inicia João Ribeiro (op. ref. em (24), p. 208) a apreciação do estudo subordinado ao título: *A escravidão negra*.

“Força é confessar que de toda essa jornada de horrores a escravidão no Brasil é o epílogo desejado para os escravos. Daqui em diante, a vida dos negros regulariza-se, a saúde refaz-se e com ela a alegria da vida e a gratidão pelos novos senhores, que melhores eram que os da África e os do mar. Sem dúvida alguma, ainda muitos dos horrores e crimes ressurgem no cativeiro novo, e aqui e ali, não falham, entre senhores cruéis, rigores monstruosos.

A escravidão, porém, sempre era corrigida entre nós pela humanidade e pela filantropia.”

A referida apreciação é concluída nos seguintes termos (p. 210):

“Não é nosso intento fazer a apologia da escravidão, cujos horrores principalmente

macularam o homem branco e sobre ele recaíram. Mas a escravidão no Brasil foi para os negros a reabilitação deles próprios e trouxe para a descendência deles uma pátria, a paz e a liberdade e outros bens que pais e filhos jamais lograrão gozar, ou sequer entrever no seio bárbaro da África.”

AS INFORMAÇÕES DE ALÉM-TÚMULO

Confrontemos estes estudos com as informações de Humberto de Campos, na obra em foco (pp. 49 e seguintes):

“Certo dia, preparava-se, numa das esferas superiores do Infinito, o encontro de Ismael com Aquele que será sempre caminho, verdade e vida.

Por toda parte, abriam-se flores evanescentes, oriundas de um solo de radiosas neblinas. Luzes policrômicas enfeitavam todas as paisagens celestes, que se perdiam na incomensurável extensão dos espaços felizes.

Rodeado dos seres santificados e venturosos que constituem a corte luminosa de seus mensageiros abnegados, recebeu o Senhor, com a sua complacência, o emissário dileto do seu amor nas terras do Cruzeiro.

Ismael, porém, não trazia no coração o sinal da alegria. Seus traços fisionômicos deixavam mesmo transparecer angelical amargura.

— Senhor — exclama ele — sinto dificuldades para fazer prevaleçam os vossos designios nos territórios onde pairam as vossas bênçãos dulcificantes. A civilização, que ali se inicia sob os imperativos da vossa vontade compassiva e misericordiosa, acaba de ser contaminada por lamentáveis acontecimentos. Os donatários dos imensos latifúndios de Santa Cruz fizeram-se à vela, escravizando os negros indefesos da Luanda, da Guiné e de Angola. Infezivelmente, os pobres cativos, miseráveis e desditosos, chegam à pátria do vosso Evangelho como se fossem animais bravios e selvagens, sem coração e sem consciência.

O mensageiro, porém, não conseguiu continuar. Soluços divinos lhe rebentaram do peito oprimido, evocando tão amargas lembranças...

O Divino Mestre, porém, cingindo-o ao seu coração augusto e magnânimo, explicou brandamente:

— Ismael, asserena teu mundo íntimo no cumprimento dos sagrados deveres que te foram confiados. Bem sabes que os homens têm a sua responsabilidade pessoal nos feitos que realizam em suas existências isoladas e coletivas. Mas, se não podemos tolher-lhes a liberdade, também não podemos esquecer que existe o instituto imortal da justiça divina, onde cada qual receberá de conformidade com seus atos. Havia eu determinado que a Terra do Cruzeiro se povoasse de raças humildes do planeta, buscando-se a colaboração dos povos sofredores das regiões africanas; todavia, para que essa cooperação fosse efetivada sem o atrito das armas, aproximei Portugal daquelas raças sofredoras, sem violências de qualquer natureza. A colaboração africana deveria, pois, verificar-se sem abalos perniciosos, no

capítulo das minhas amorosas determinações. O homem branco da Europa, entretanto, está prejudicado por uma educação espiritual condenável e deficiente. Desejando entregar-se ao prazer fictício dos sentidos, procura eximir-se aos trabalhos pesados da agricultura, alegando o pretexto dos climas considerados impiedosos. Eles terão a liberdade de humilhar os seus irmãos, em face da grande lei do arbítrio independente, embora limitado, instituído por Deus para reger a vida de todas as criaturas, dentro dos sagrados imperativos da responsabilidade individual; mas, os que praticarem o nefando comércio sofrerão, igualmente, o mesmo martírio, nos dias do futuro, quando forem também vendidos e flagelados em *identidade de circunstâncias*. Na sua, sede nociva de gozo, os homens brancos ainda não perceberam que a evolução se processa pela prática do bem e que todo o determinismo de Nosso Pai deve assinalar-se pelo “amai o próximo como a vós mesmos”. Ignoram voluntariamente que o mal gera outros males com um largo cortejo de sofrimentos. Contudo, através dessas linhas tortuosas, impostas pela vontade livre das criaturas humanas, operarei com a minha misericórdia. Colocarei a minha luz sobre essas sombras, amenizando tão dolorosas crueldades. Prossegue com as tuas renúncias em favor do Evangelho e confia na vitória da Providência Divina.”

Prossegue o diálogo angelical em torno do livre- -arbítrio, misericordiosa outorga do Criador às suas criaturas.

Refere-se o autor espiritual ao desaparecimento, para sempre, da Casa de Avis, para terminar o capítulo como segue (pp. 54 e 55):

“Na formação da Pátria do Evangelho, o homem branco alterara os fatores, com as suas taras estratificadas e com a sua vontade independente; Jesus, no entanto, alterou os acontecimentos com o seu poder magnânimo e misericordioso.

Os filhos da África foram humilhados e abatidos, no solo onde floresciam as suas bênçãos renovadoras e santificantes; o Senhor, porém, lhes sustentou o coração oprimido, iluminando o calvário dos seus indizíveis padecimentos com a lâmpada suave do seu inesgotável amor. Através das linhas tortuosas dos homens, realizou Jesus seus grandes e benditos objetivos, porque os negros das costas africanas foram uma das pedras angulares do monumento evangélico do Coração do Mundo. Sobre os seus ombros flagelados, carregaram-se quase todos os elementos materiais para a organização física do Brasil e, do manancial de humildade de seus corações resignados e tristes, nasceram lições comovedoras, imunizando todos os espíritos contra os excessos do imperialismo e do orgulho injustificáveis das outras nações do planeta, dotando-se a alma brasileira dos mais belos sentimentos de fraternidade, de ternura e de perdão.”

10 OS NEGROS DO BRASIL

Estudiosos e pesquisadores, em seu louvável propósito de descobrir a causa dos longos três séculos do cativo no Brasil, situam-na, predominantemente, no fator econômico.

Seria pueril desconhecer essa realidade.

A ação espiritual, entretanto, até a atualidade, não tem sido levada em conta, nem nesse, nem em qualquer outro episódio histórico.

Inobstante, sem transcender as lindes do livre- -arbitrio, ela está presente no alongamento do período escravagista, entre nós.

Conquanto doloroso capítulo na grandiosa obra de formação da nacionalidade, a escravidão se comportou, através do abençoado instituto da reencarna- ção, rigorosamente dentro da lei de causa e efeito, de ação e reação.

É o que nos informa Humberto de Campos (Espírito), no capítulo cuja denominação copiamos para encimar estas linhas.

Alude à ação da Espanha, ao tempo em que Portugal estava sob seu domínio, e, por via de con- seqüência, também ao nosso Brasil.

Acentua que a situação, no Brasil, sob todos os pontos de vista, era dolorosa e cruel.

Revela que Ismael e seus abnegados colaboradores sofrem intensamente em seus trabalhos árduos e quase improficuos, no sentido de organizar o instituto sagrado da família nas florestas inóspitas, onde os brancos não dispensavam consideração às leis humanas ou divinas.

A VOZ MISERICORDIOSA

Diz textualmente (pp. 67 e seguintes):

“Aos céus ascendem os aflitivos apelos dos obreiros invisíveis.

— Senhor! — exclama Ismael nas suas preocupações — estendei até nós o manto da vossa infinita misericórdia. Enviai-nos o socorro das vossas bênçãos divinas, para que as nossas v.ozes sejam ouvidas pelos espíritos que aqui procuram edificar uma pátria nova. Nosso coração se comove ante os quadros deploráveis que se deparam às nossas vistas. Por toda parte, vêem-se os infortúnios das raças flageladas e sofredoras.

Uma voz suave e meiga lhe responde do Infinito:

— Ismael, nas tuas obrigações e trabalhos, considera que a dor é a eterna lapidária de todos os espíritos e que o Nosso Pai não concede aos filhos fardo superior às suas forças, nas lutas evolutivas. Abriga aí, na sagrada extensão dos territórios do país do Evangelho, todos os infortunados e todos os infelizes. *No meu coração ecoam as súplicas dolorosas de todos os seres sofredores, que se agrupam nas regiões inferiores dos espaços próximos da Terra. Agasalha-os no solo bendito que recebe as irradiações do símbolo estrelado, alimentando-os com o pão substancioso dos sofrimentos depuradores e das lágrimas que lavam todas as manchas da alma.*”

A mesma voz induz Ismael a levar a sua bandeira de paz e de esperança a essas coletividades espirituais, sinceramente arrependidas do seu passado obscuro e delituoso.

QUANDO O AMOR NAO ACOMPANHA A SABEDORIA

Partem Ismael e seus companheiros em busca dos planos da erraticidade mais próximos

da Terra.

Esclarece o autor espiritual:

Aí se encontram antigos batalhadores das cruzadas, senhores feudais da Idade Média, padres e inquisidores, espíritos rebeldes e revoltados, perdidos nos caminhos cheios da treva das suas consciências polutas. O emissário do Senhor desdobra nessas grutas do sofrimento a sua bandeira de luz, como uma es-trela-d'alva, assinalando o fim de profunda noite.

— Irmãos — exorta ele comovido — até ao coração do Divino Mestre chegaram os vossos apelos de socorro espiritual. Da sua esfera de brandos arrebóis cristalinos, ordena a sua misericórdia que as vossas lágrimas sejam enxugadas para sempre. Um ensejo novo de trabalho se apresenta para a redenção das vossas almas, desviadas nos desfiladeiros do remorso e do crime. Há uma terra nova, onde Jesus implantará o seu Evangelho de caridade, de perdão e de amor indefiníveis. Nos séculos futuros, essa pátria generosa será a terra da promessa para todos os infelizes.”

Esclarece Ismael que as lutas serão aspérrimas, oportunizando, todavia, o abmpamento daquelas consciências enegrecidas. Revela, outrossim, o autor espiritual (p. 70):

“Essas entidades evolvidas pela ciência, mas pobres de humildade e de amor, ouviram os apelas de Ismael e vieram construir as bases da terra do Cruzeiro. Foram elas que abriram os caminhos da terra virgem, sustentando nos ombros feridos o peso de todos os trabalhos. Nesse filão de claridades interiores, buscaram as pérolas da humildade e do sentimento com que se apresentaram mais tarde a Jesus, no dia, que lhes raiou, de redenção e de glória.”

A propósito das “entidades evolvidas pela ciência, mas pobres de humildade e de amor”, é oportuno recordar que, em sua “singela cartilha falada”, a que denomina “Pensamento e Vida”²⁶, Emma-nuel nos esclarece:

“Já se disse que duas asas conduzirão o espírito humano à presença de Deus.

Uma chama-se Amor, a outra, Sabedoria.

Através do amor valorizamo-nos pára a vida.

Através da sabedoria somos pela vida valorizados.

Daí o imperativo de marcharem juntas a inteligência e a bondade.”

Como se vê, “sustentando nos ombros feridos o peso de todos os trabalhos”, as referidas entidades vieram alongar, “nos caminhos da terra virgem”, a asa do amor, igualando-a à da sabedoria. Somente após apresentarem desenvolvimento harmônico é que poderiam ditas asas conduzir esses espíritos sofredores à presença de Deus.

Explica, ainda, ter sido essa a razão de se terem incorporado, os negros do Brasil, à raça nova, e faz uma revelação digna de merecer a meditação dos estudiosos (pp. 70 e 71):

“(…) Na Pátria do Evangelho *têm eles sido estadistas, médicos, artistas, poetas e*

²⁶ (26) XAVIER, Francisco Cândido. Emmanuel. Pensamento e Vida. Rio de Janeiro, Federação Espirita Brasileira, 1975, cap. 4, pp. 23 e 24.

escritores²⁷, representando as personalidades mais eminentes. Em nenhuma outra parte do planeta alcançaram, ainda, a elevada e justa posição que lhes compete junto das outras raças do orbe, como acontece no Brasil, onde vivem nos ambientes da mais pura fraternidade. É que o Senhor Ihes assinalou o papel na formação da terra do Evangelho e foi por esse motivo que eles deram, desde o princípio de sua localização no país, os mais extraordinários exemplos de sacrifício à raça branca. Todos os grandes sentimentos que nobilitam as almas humanas eles os demonstraram e foi ainda o coração deles, dedicado ao ideal da solidariedade humana, que ensinou aos europeus a lição do trabalho e da obediência, na comuna fraterna dos Palmares, onde não havia nem ricos nem pobres e onde resistiram com o seu esforço e a sua perseverança, por mais de setenta anos, escrevendo, com a morte pela liberdade, o mais belo poema dos seus martírios nas terras americanas.

Por toda parte, no país, há um ensinamento caricioso do seu resignado heroísmo, e foi por essa razão que a terra brasileira soube reconhecer-lhes as abnegações santificadas, incorporando-os definitivamente à grande família, de cuja direção muitas vezes participam, sem jamais se esquecer o Brasil de que os seus maiores filhos se criaram para a grandeza da pátria, no generoso seio africano.”

DEDUÇÃO

Em face do exposto, depreendemos facilmente que o fator econômico foi efeito e não causa da persistência da escravidão, no Brasil, durante o extenso período de três séculos.

A causa fundamental, extrafísica, encontramos-na na necessidade, que tinham “todos os seres sofredores, que se agrupavam nas regiões inferiores dos espaços próximos da Terra”, de se quitarem com a lei do amor, o que foi possibilitado através do lento processo reencarnatório.

11 A INVASÃO HOLANDESA

Reflexo das boas relações mantidas entre Portugal e Holanda, os navios (urcas) de armadores deste país, em lucrativas atividades comerciais, tocavam, sem qualquer obstáculo, os portos brasileiros.

Consoante a informação de Hélio Vianna (op. ref. em (20), p. 146), o Morro da Urca, no Rio de Janeiro, é uma lembrança das visitas das embarcações flamengas às nossas costas.

Com a morte do cardeal D. Henrique, ascendeu ao trono português o rei da Espanha, D. Filipe II (neto de D. Manuel).

Assim, em 1580, todas as colônias portuguesas, inclusive o Brasil, passaram ao domínio

²⁷ (27) Cumpre ter em mente que, conquanto esses Espíritos tenham aceitado, por abençoada oportunidade de resgate, a reencarnação como negros escravos, e não obstante serem "pobres de humildade e de amor", eram, em verdade, "entidades envolvidas pela ciência".

espanhol.

Acontece que a Espanha estava em luta com os holandeses.

D. Filipe II não apenas fechou os portos brasileiros aos holandeses, como, por várias vezes, confiscou-lhes navios.

Foi então organizada, na Holanda, a *Companhia das Índias Orientais*, destinada a transportar do Oriente q que não mais podia obter de Portugal.

Em face dos resultados altamente compensadores, foi organizada, no mesmo país, algum tempo depois, a *Companhia das Índias Ocidentais*, tendo como objetivos, dentre outros, a conquista de novos mercados, em nosso hemisfério.

Desde os primeiros tempos, dada a quase nenhuma vigilância, nossas costas marítimas eram frequentemente visitadas por contrabandistas, como visto no capítulo 8. Sob o domínio espanhol, o problema permaneceu nos mesmos termos.

Essa situação, a que se somava o monopólio estatal do comércio, contra o qual várias potências européias se rebelavam, levou a *Companhia das Índias Ocidentais* a alongar suas vistas até o Brasil. Atraíam-na o açúcar, aqui fartamente produzido, e o pau-brasil.

A BAHIA, O ALVO

Para levar a cabo seu intento, a Companhia preparou demoradamente uma poderosa expedição.

Dos prolongados preparativos teve conhecimento Diogo de Mendonça Furtado, governador-geral do Brasil, que convocou os lavradores das adjacências de Salvador para a defesa.

O retardo, possivelmente propositado, da chegada da expedição, levou os defensores a se dispersarem.

Entretanto, sob o comando de Johan van Dorth, os holandeses, vencendo a fraca resistência, apossaram-se da cidade, a 9 de maio de 1624.

Não se fez esperar a reação, através das guerrilhas, numa das quais foi abatido o próprio van Dorth.

Entrementes, preparara-se em Madri, comandada por D. Fadrique de Toledo Osório, a expedição denominada *Jornada dos Vassalos*, de constituição luso-espanhola, que cercou a cidade, rendendo-se os holandeses a 30 de abril de 1625. Terminava, assim, o efêmero reinado flamengo de cerca de um ano de duração.

NOVA META: PERNAMBUCO

A pirataria, entretanto, ensejara à Companhia das Índias Ocidentais a posse de avultada fortuna, que lhe possibilitou organizar nova e poderosa expedição, tendo por mira, agora, Pernambuco. Era a *guerra do açúcar*, que se reacendia.

A superioridade bélica dos holandeses abateu a resistência dos comandados de Matias de Albuquerque.

Alargam os flamengos a conquista, estendendo-a ao nordeste, de Alagoas ao Rio Grande do Norte.

O “Arraial do Bom Jesus” reúne os portugueses da resistência, engrossados por índios e negros, sob os comandos, respectivamente, de D. Antônio Filipe Camarão (o índio Poti) e do preto Henrique Dias.

Formaram-se, assim, as companhias de emboscadas, que hostilizavam os invasores, auxiliados estes por “guias” locais. Evidencia-se, nessa ajuda aos holandeses, Domingos Fernandes Calabar, que, preso pelos portugueses, foi garroteado (Calmon, op. cit. em (21), 2.º vol., p. 599), como traidor.

Consolidaram os invasores a conquista, com a retirada de Matias de Albuquerque e sua gente, para Alagoas.

No combate de Mata Redonda, perde a vida o comandante espanhol, D. Luís de Rojas y Borja.

O CONDE DE NASSAU

A 23 de janeiro de 1637 chegou a Pernambuco o novo governador-geral flamengo, conde João Maurício de Nassau-Siegen, com a incumbência de dirigir as terras conquistadas. Era portador das credenciais de habilidade política e capacidade administrativa.

Confirmou Nassau, no Brasil, o renome que o aureolava. Assegurou as propriedades e a liberdade de comércio aos habitantes da região, sem levar em consideração as respectivas nacionalidades; respeitou as convicções religiosas, com a conseqüente liberdade de culto; manteve em seus postos os senhores de engenho e permitiu que os respectivos donos reocupassem suas propriedades abandonadas; concedeu vultosos empréstimos aos donos das lavouras, com o que tinha assegurada a continuidade da produção açucareira; reconstruiu Olinda e embelezou Recife.

Foi notável o cuidado dispensado à cultura, às artes, à poupança e ao bem-estar.

A abastança decorrente do ápice açucareiro, na administração de Nassau, guardadas as devidas proporções, pode ser comparável ao fastígio da borracha, no Amazonas, em 1910 e 1912.

Naquelas épocas de intolerância, de imposição e de arbítrio, a ação de Nassau fê-lo sobremodo estimado e respeitado pelos colonizadores, especialmente pelos nacionais.

A OPINIÃO DE WATJEN

O historiógrafo alemão Hermann Wátjen²⁸, comentando o “Testamento Político” e o

²⁸ (28) WATJEN, Hermann. O Domínio Colonial Holandês no Brasil — Um capítulo da história colonial do século XVII/ Das Holländische Kolonialreich in Brasilien — Em Kapitel aus der Kolonialgeschichte des 17. Jahrhunderts / Trad. CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, pp. 217 e seguintes. A tradução foi “destinada a figurar entre as comemorações de Pernambuco ao tricentenário da

“Relatório” de Nassau, assim se pronuncia (a ortografia foi atualizada, excetuado o trecho inicial, a título de curiosidade histórica):

“Em 6 de Maio de 1644 depoz João Mauricio as redeas do Governo nas mãos do Alto Conselho, entregando-lhe ao mesmo tempo um manuscrito a que se deu o apropriado nome de “Testamento Político” do Conde. Mais uma vez, nesse Documento, expôz elle as suas ideas aos que lhe haviam prestado a sua collaboração. Mostrou-lhes como poderiam melhor administrar aquella terra tão difficil de defender, de base tão insegura e de população tão fortemente mesclada.

Não com dureza ou força bruta deviam proceder, mas com prudente moderação, respeito às peculiaridades e sobretudo com o mais fino tato na aplicação de medidas administrativas em matéria de religião.

João Maurício advertiu ao Alto Conselho contra a inconsiderada arrecadação de atrasados; devia-se ter em mente quanto era difícil no momento para os plantadores levantar dinheiro para o pagamento de dívidas. Advertiu-os igualmente contra a elevação injustificada dos tributos, e recomendou em especial aos seus sucessores cuidarem do pagamento pontual e bom tratamento das tropas bem como da manutenção de uma rígida disciplina das forças de mar e terra. O Statthalter²⁹ concluiu o seu memorial recomendando a maior vigilância sobre o clero católico e pronto cobro às suas conspirações com o da Bahia. De lá é que vinha todo o perigo.

José Higino classificou o testamento político do conde de Nassau como um belo monumento de “cortesia”, “justiça” e “tolerância”.

Logo que os habitantes da Nova Holanda perceberam que João Maurício estava realmente disposto a regressar à pátria, apoderou-se de todas as classes uma verdadeira consternação a que se aliava grande inquietação pelo futuro do Brasil holandês. Petições e apelos foram dirigidos ao príncipe, aos Estados Gerais e aos diretores de Câmaras, para que ficasse de nenhum efeito a fatal resolução.

Já notícias alarmantes haviam chegado do Ceará, que também lá arrebitara a revolução havendo sido assassinado Gideon Morris, juntamente com os seus, em Fortaleza. Mas os diretores tomaram todas as comunicações sobre a situação ameaçadora como exageros propositados e não mudaram de atitude.

No dia 11 de maio de 1644, João Maurício, acompanhado de grande séquito, deixou a Capital e dirigiu-se a cavalo para Olinda. Da colina, coroada de palmeiras, lançou ele o último olhar sobre Fri-burgo e a cidade que ao longe resplendia de sol.

Daí a viagem prosseguiu ao longo da costa em demanda da Paraíba. Foi no verdadeiro sentido da palavra uma marcha triunfal. De toda parte acorriam os moradores para

chegada a Recife do inolvidável administrador e benfeitor, o conde João Mauricio de Nassau-Siegen”.

²⁹ (29) A mais alta autoridade; no caso, o governador.

contemplar ainda uma vez o Príncipe amado. Muitos beijavam a orla do seu manto, derramavam lágrimas e queixavam-se de que o bom pai e fiel protetor dos oprimidos quisesse abandonar os seus filhos. Até o chefe tapuia Jandubi enviou uma embaixada para pedir a João Maurício que ficasse. Sob a salva da artilharia e ao som do cântico “Wilhelmus von Nassauen”, foi o embarque realizado. Onze índios de respeito seguiram para bordo com o Príncipe; assim como muitos comerciantes holandeses abastados que, receando o mal da mudança de situação, queriam pôr a salvo os seus capitais. A frota, num total de 13 navios, fartamente carregados, fez-se ao mar no dia 13 de maio, e depois de uma propícia viagem de dois meses lançou ferros diante de Texel. João Maurício teve na pátria uma recepção condigna. Em princípio de agosto prestou ele as suas contas perante a assembléia dos Altos Poderes, e um mês depois fez entrega de um relatório exaustivo sobre a situação então dominante na Nova Holanda. Pediu encarecidamente aos Estados Gerais que se interessassem pela sorte dos lavradores endividados, dos naturais do país, dos negros escravos. Com franqueza e lealdade, como era de seu feitio, discorreu sobre as suas relações com a W\ I. C. e censurou a Companhia por haver, em vez de depositar confiança em seu Governador, e fortalecer o seu prestígio perante conselheiros, funcionários, portugueses e naturais, tudo feito para solapar-lhe a posição. A comunicações de meros caixeiros comerciais se havia dado mais valor do que à palavra oficial do Statthalter. Por fim até, pusera-se-lhe ao lado um Conselho de Finanças, com poderes quase ilimitados, cuja principal tarefa tinha sido fiscalizar e restringir a ação administrativa do Governador. Opinou, por último, que se os Estados Gerais e Diretores tinham a intenção de conservar o Brasil, de convertê-lo numa verdadeira Nova Holanda, e tomar do inimigo espanhol todas as possessões sul-americanas, a O. I. C. e a W. I. C.³⁰ deveriam fundir-se então numa só e grande Companhia de Comércio.”

A restauração de Portugal, com a aclamação do rei D. João IV, em dezembro de 1640, trouxe o armistício com a Holanda, por 10 anos. «

Nassau, porém, como visto, desgostoso com a Companhia das índias Ocidentais, que lhe criticara a política, retornou à Europa.

Seus sucessores, sem a clarividência que o singularizava, tomaram medidas opressivas, que os antipatizaram ante os nacionais.

Generalizou-se o descontentamento, e a chamada *Campanha de Libertação*, em que se notabilizaram João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, levou de vencida os holandeses, no *Monte das Tabocas*, em 1645, e nas duas batalhas dos *Gua-rarapes*, em 1647 e 1648. Não resistindo aos ataques desfechados em terra e por mar, capitularam os holandeses, em 1654. A Holanda, todavia, só em 1661 reconheceu a perda de suas possessões no Brasil.

³⁰ (30) Companhia das índias Orientais e Companhia das índias Ocidentais.

OS ACONTECIMENTOS SEGUNDO A VERSÃO DO ALÉM-TÚMULO

O autor espiritual faz referência (cap. VIII) às “entradas” pelo sertão, com o fito de escravizar os selvagens indefesos, e às cenas bárbaras que nodoavam a floresta virgem.

Esclarece Ismael aos primeiros missionários desencarnados, ante o pedido que então lhe fizeram, no sentido de que semelhante situação se modifique:

— “Irmãos, não podemos tolher a liberdade dos nossos semelhantes. Não sou indiferente a esses movimentos hediondos, nos quais os índios, simples e bons, são capturados para os duros trabalhos do cativo. Esperemos no Senhor, cujo coração misericordioso e augusto agasalhará todos aqueles que se encontram famintos de justiça. Contudo, poderemos, com os nossos esforços, auxiliar os encarnados na compreensão das leis fraternas, avisando-lhes o coração de modo indireto, quanto aos seus divinos deveres. *Infelizmente, não encontramos, na atualidade do planeta, outro povo que substitua os portugueses na grande obra de edificação 'da Pátria do Evangelho. Todos as demais nações, como o próprio Portugal, se encontrarrt presas da cobiça, da inveja e da ambição. Os vícios de todas as identificam perfeitamente umas com as outras, e no povo lusitano temos de considerar a austera honradez aliada a grandes qualidades de valor e de sentimento, que o habilitam, conforme a vontade do Senhor, a povoar os vastos latifúndios que constituirão mais tarde o pouso abençoado da lição de Jesus. Colonizadores desalmados estão em todos os países dos tempos modernos, que não reconhecem outro direito a não ser o da força desumana e impiedosa. Recorrendo, pois, às possibilidades ao nosso alcance, buscaremos, na Europa, um príncipe liberal, trabalhador e justo, que não esteja subordinado à política romana, a fim de caracterizar a nossa ação indireta. (...) Ele virá na qualidade de invasor, porquanto não encontramos outros recursos para a adoção de providências dessa natureza; mas, a sua permanência no Brasil será curta e eventual, apenas durante os anos necessários a que suas lições sejam prodigalizadas aos administradores da nova terra. Preliminarmente, porém, devemos considerar que os seus companheiros não serão melhores que os portugueses, no sentido da educação espiritual. (...)*

Importa notar que as cenas dolorosas e lastimáveis, decorrentes da invasão, *não foram organizadas pelas abnegadas falanges do mundo invisível. (...)*

Em 1637, entrava em Pernambuco o *general holandês João Maurício, Príncipe de Nassau*. Inumeráveis benefícios e imensos frutos produziu a sua administração no Norte do Brasil, que foi sempre a zona mais sacrificada do país.

O Recife se ostenta diante da Europa, como uma das mais belas cidades da América do Sul. Olinda é reedificada. Uma assembléia de mecânicos, de pintores, de arquitetos e artistas acompanha o Príncipe de Nassau, enchendo a sua cidade de singulares esplendores. Mas, o espírito construtivo do administrador holandês não se cristaliza nas expressões materiais da

sua cidade predileta. O amor e o respeito que vota à liberdade fazem-no venerado de todos os brasileiros e portugueses de Pernambuco, cujas terras, naquela época, desciam até à região do Para-catu, em Minas Gerais. Todos os escravos que procuram abrigo à sombra da sua bandeira de tolerância ele os declara livres para sempre, e os índios encontram, no seu coração, o apoio de um nobre e leal amigo. Maurício de Nassau estabelece a liberdade religiosa e administra Pernambuco, inaugurando aí a primeira liberal-democracia nas terras americanas, tais a justiça e a liberdade com que se houve em seu governo.

A realidade, todavia, é que a lição de Nassau fora preparada no plano invisível, para, que os colonizadores da terra brasileira recebessem um novo clarão no seu caminho rotineiro e obscuro.

Em socorro da nossa afirmativa, podemos invocar o testemunho da própria história, porque, terminado o tempo necessário à sua administração no Brasil, o grande príncipe holandês regressava à pátria, por imposição dos espíritos avarentos, que militavam, nessa época da Companhia das Índias, na política holandesa, sem que encontrassem substituto para a sua obra na América. Apesar de suas frotas extraordinárias e poderosas, a Holanda retirou-se do Brasil sem a intervenção de Portugal, bastando, para isso, o concurso dos habitantes da colônia. Quando a questão ficou definitivamente resolvida na Corte de Haia, em 1661, os holandeses, embora a sua soberania marítima perdurasse até então, em troca dos seus imensos trabalhos no Norte do Brasil e dos milhões de florins aí abandonados, apenas receberam, a título de indenização, a importância de cinco milhões de cruzados.”

12 AS BANDEIRAS

A procura do ouro e de pedras preciosas, e ainda a busca de índios para a escravidão foram os motivos determinantes das primeiras *entradas* no sertão desconhecido.

Notabilizaram-se nesses empreendimentos: Martim Afonso de Sousa e seus quatro companheiros, que percorreram vales e montanhas; Antonio Adorno, que andou por Minas e Bahia; o espanhol Espinosa, em companhia do jesuíta Azpilcueta Navarro, que penetraram, também, os territórios de Minas Gerais e Bahia; Belchior Moreira, pesquisador do sertão, pelo dilatado período de oito anos.

Igualmente movidas por interesses de fundo econômico, as *bandeiras* paulistas desbravaram o sertão, conquistando os territórios de Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte de Minas Gerais.

São comumente citados:

Raposo Tavares, destemido, andou até o Rio Grande do Sul, levando posteriormente ao norte, em 1639, um auxílio contra os holandeses e penetrando por Mato Grosso e Amazonas; Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, acompanhado de um filho, entrou com sua bandeira pelo sertão goiano; Fernão Dias Pais (1674), o “caçador de esmeraldas”, conquanto idoso, permaneceu sete anos na busca das pedras verdes, não encontrando senão

pedras sem valor e enfrentando indisciplina, em cuja repressão teve de mandar enforcar o próprio filho; Borba Gato, o descobridor das jazidas de Sabará; Antonio Rodrigues de Aragão, Moreira Cabral, e outros.

O autor espiritual dá especial ênfase a essas jornadas grandiosas de nossa expansão geográfica e da fixação de nossas fronteiras, que se desenvolveram pelo largo período de cerca de duzentos anos.

Relata que Ismael, o protetor do “País do Cruzeiro”, na época em que chegavam aos espaços os Espíritos que haviam mantido o primeiro contacto com a vida de Piratininga, reuniu-os em grandes círculos, de onde lhe ouviram a palavra amiga e esclarecedora (p. 90):

— “Meus irmãos — disse ele — regressareis dentro de breves dias aos núcleos de trabalho estabelecidos no planalto piratiningano. (...) Penetrareis o coração da terra do Cruzeiro, rasgando as sombras de suas florestas imensuráveis. Com a vossa dedicação, novas atividades serão descobertas e novas possibilidades hão de felicitar a existência dos colonizadores do país, onde nos desvelaremos pela conservação da bandeira de Jesus, desfraldada lá sobre todas as frentes e sobre todos os corações. (...) Muitos de vós conhecereis a penúria e o sofrimento; sacrificareis a fortuna –e os afetos mais santos da família, para construirdes a base do porvir com as lágrimas abençoadas dos vossos martírios e das vossas renúncias exemplares. Vossa tarefa será rasgar as selvas remotas, patenteando o ouro depositado no seio da terra generosa.

Houve um interregno na sua alocução.

Ali se encontravam as entidades que seriam, mais tarde, entre muitos outros, Antônio Rodrigues Arzão, Marcos de Azeredo, Bartolomeu Bueno e Fernão Dias Pais. Este último, quebrando o silêncio da grande assembléia, exclamou, provocando geral interesse:

— Anjo bom, que faremos com o ouro da terra, se no mundo ele é a causa sinistra de todas as lutas e o demônio de todas as ambições? Aqui, na vida espiritual, compreendemos semelhantes realidades; mas, no orbe das sombras, a nossa consciência mergulha nas mais aflitivas perturbações e bem sabeis que a água mais pura, misturando-se com a terra, se reduz quase sempre a um punhado de lama.”

Ismael asserena o espírito do valoroso obreiro e, dirigindo-se-lhe de modo mais particular, sentenciou:

— “Serás o chefe da expedição mais difícil de todas; porém, da tua coragem há de surgir um caminho novo para todos os espíritos. Muitas vezes serás compelido a exercer a mais rigorosa justiça, despendendo todas as tuas reservas de energia (...).

O grande bandeirante recebeu submisso a determinação do divino emissário. Daí a alguns anos, nos dois últimos quartéis do século XVII, as bandeiras paulistas se espalharam por todas as regiões da terra virgem. (...) Em 1672, Fernão Dias Pais organiza, com todos os elementos de sua fortuna, a mais célebre das expedições saídas de São Paulo. (...)

Rebeliões e discórdias são dominadas pela sua energia constante e severa. Para fortalecer a disciplina, o bandeirante audacioso manda enforcar o próprio filho, que participara da rebeldia geral, como escarmento aos companheiros, próximo à povoação do Sumidouro. As jóias da mulher e das filhas são empregadas no seu arrojado empreendimento, arruinando-se a família inteira. (...) Próximo do local onde mandara enforcar o filho, nas margens do Rio das Velhas, o seu espírito de lutador se desprende igualmente do corpo exausto, e quando, no íntimo do seu coração, implorava a misericórdia do Altíssimo para o delito, com que exorbitara de suas funções na Terra, a voz de Ismael falou-lhe do Infinito. (...) A essas mesmas paragens, onde turvaste a consciência por um instante, levado pelos rigores da disciplina, voltarás com teu filho, sob as asas cariciosas da fraternidade e do amor, a fim de reparares o passado cheio de tribulações e lutas incontáveis, porque, no coração misericordioso de Deus, repousam, eternamente, as luminosas esmeraldas da esperança e da amor, que procuraste a vida inteira.

Femão Dias Pais abre os olhos materiais, pela última vez. Uma lágrima pesada e branca lhe corre pelas faces emagrecidas; mas, sobre o seu coração paira a bênção cariciosa da terra dourada das minas, e, sentindo-se na posse das verdadeiras esmeraldas do seu grande sonho, o ínclito batalhador regressa de novo à vida do Infinito.”

13 OS MOVIMENTOS NATIVISTAS

Cedo se revelou o sentimento de amor à terra entre os nascidos no país do Cruzeiro. As primeiras manifestações positivas temo-las na guerra contra os holandeses.

A arrogância dos conquistadores gerava no coração dos brasileiros uma instintiva repulsa, que, por sua vez, fazia brotar, espontâneo, um laço de solidariedade entre os negros, os brancos descendentes dos europeus, os mestiços e os índios aldeados.

A breve tempo, o sentimento latente explodia em ostensiva rivalidade entre os nativistas e os reinóis.

Na balança da consciência nativista também muito pesou a constante remessa de bens e valores amoedados para a metrópole.³¹

A animosidade generalizada evoluiu rapidamente para a revolta. Sucederam-se, num crescendo, os movimentos hostis.

BECKMAN

O monopólio assegurado às companhias de comércio foi a causa principal da revolta que estalou em São Luís, Maranhão, a 24 de fevereiro de 1684, chefiada por Manuel

³¹ (31) Pedro Calmon (op. ref. em (21), vol. m, p. 1.028) nos informa que “anda estimada a produção aurífera (1700–1801) em 65 mil arrobas”, sabendo-se, por outro lado, que à Coroa competia 1/5 da produção

Beckman, muito influente na população, senhor de engenho e detentor de elevadas posses.

Ao triunfo inicial, fácil, sucedeu a reação da metrópole, que enviou uma expedição contra os revoltosos, comandada pelo novo governador, Gomes Freire de Andrada.

Vitoriosa a reação, foi decretado o perdão de todos, excetuados, dentre outros, Manuel Beckman e Jorge Sampaio, que foram enforcados.

EMBOABAS E MASCATES

Dois movimentos tiveram caráter francamente nativista, as guerras dos emboabas e dos mascates, ocorridas no período compreendido entre 1701 e 1750.

A fácil conquista de riquezas foi a miragem que provocou fortes movimentos migratórios para Minas Gerais. Era a precipitada busca do ouro e das pedras preciosas.

Os *vicentinos* guardavam ciosamente a tradição de desbravadores do vasto interior. *Emboabas*, ou forasteiros, eram todos os que, não sendo vicentinos, se aventuravam na desabalada corrida, com a mesma finalidade.

Não tardaram os conflitos entre uns e outros.

Manuel Nunes Viana, escolhido pelos emboabas, era o “governador” das minas, sendo os vicentinos chefiados por Domingos da Silva Monteiro.

Desenvolveram-se as lutas, sangrentas, durante aproximadamente dois anos (1708 e 1709), saindo vitoriosos os emboabas.

Setúbal assim encerra um capítulo de seu excelente “El-Dorado”, em que comenta estas lutas³²:

“Foram esses homens ricos, mas insaciáveis, paulistas aqui, emboabas acolá, que se atiraram uns contra outros, sangrentamente, como bandos de queixadas. E por quê? Por causa daquele mesmo ouro. Por causa daquele ouro fatídico que aflorava às arrobas do chão deslumbrador das Gerais. Oh, celerada fome de ouro, gritava, com razão, há quase dois mil anos o épico latino — oh, celerada fome de ouro,, a que desgraças não impeles os peitos mortais!

— *Auri sacra fames quid non pectora mortalia cogis?*”

Em Pernambuco, a rivalidade entre Recife e Olinda deu origem à guerra dos *mascates*, assim por motejo alcunhados os que viviam naquela cidade.

Após a ocorrência, em 1710, de vários incidentes violentos, desencadeou-se abertamente a luta.

Os olindenses (brasileiros) tomaram a ofensiva contra os portugueses, de Recife, fugindo para a Bahia o governador Sebastião de Castro e Caldas. Assumiu a governança o bispo Manuel Álvares da Costa, que não conseguiu impedir o ressurgimento das desordens.

A tranqüilidade só pôde ser restabelecida em 1711, com a chegada do novo governador, conservando Recife, que assim se sagrava vitoriosa, o ambicionado título de vila.

³² (32) SETÚBAL, Paulo. El-Dorado. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934, pp. 266 e 267.

Verifica-se, ainda, em Minas, a revolta chefiada por Filipe dos Santos Freire, motivada pelos abusos do fisco e pelos preços gananciosos dos gêneros alimentícios e dos artigos de vestuário.

Ludibriados os rebeldes, muitos deles foram presos, sendo Filipe dos Santos, após julgamento sumário, levado à forca, a 16 de julho de 1720.

Acompanhemos, a seguir, uma súmula do relato de Humberto de Campos (Espírito), extraída do capítulo XI de “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”:

(...) “Muitos lustros decorreram sem que nada mais se observasse, senão os movimentos espantosos das correntes migratórias através dos sertões, procurando o ouro da terra desconhecida e encontrando, muitas vezes, nos seus caminhos a aflição, a angústia e a morte. (...) Os índios experimentam, amarguradamente, a atuação dessas forças contrárias à sua paz, que se concentravam à procura das riquezas da terra, e é com inauditos esforços de perseverança e de paciência que os caridosos jesuítas juntam suas aldeias ao Norte, com doçura fraterna, conquistando todo o Amazonas para a comunidade dos portugueses.

A esse tempo, no extremo norte convulsiona-se o Maranhão, sob os ímpetos revolucionários de Manuel Beckman, contra a Companhia de Comércio, que monopolizara os negócios da importação e exportação da capitania, e contra os jesuítas, cujo espírito de fraternidade se interpunha entre os colonizadores e os índios, no sentido de se manterem estes últimos dentro da liberdade que lhes competia. (...) A expedição que deverá restaurar a lei na capitania não se faz esperar e a Gomes Freire de Andrada, estadista notável pelo seu talento militar e político, cabe a direção do movimento restaurador. As providências da contra-revolução no extremo norte são adotadas sem dificuldade. Gomes Freire procede com magnanimidade para com os revoltosos, sem, contudo, poder agir com a mesma liberalidade para com Manuel Beckman, que foi preso e sentenciado à morte. Sua fortuna teve-a ele confiscada, mas o grande *oficial que comandara a expedição, dentro das tradições da generosidade portuguesa*, arrematou todos os bens do infeliz, em hasta pública, e os doou à viúva e aos órfãos do revolucionário.

Em 1683, a Bahia se conflagra, depois de assasinar o alcaide-mor da colônia, Francisco Teles de Menezes, que excitara as antipatias dos habitantes do Salvador. E os derradeiros anos do século XVII testemunham as atividades da colônia, nesse período de transição dos movimentos nativistas. A sede do ouro penetra o século seguinte, que, mais intensamente, ia acender a febre da ambição em todas as cidades. Em 1710, as lutas se fixam na capitania de Pernambuco, que fazia questão de cultivar o sentimento de sua autonomia, desde os tempos da ocupação holandesa, com a qual fizera novas aquisições no que se referia aos patrimônios de sua independência. Os brasileiros de Olinda abrem luta com os portugueses de Recife, em razão das rivalidades entre as duas grandes cidades pernambucanas, que não se toleravam politicamente. As *emboscadas ocasionam ali dolorosas cenas de sangue*. Um ano inteiro de choques e sobressaltos assinala o período da *guerra dos mascates*. Antes,

porém, desses movimentos revolucionários em Pernambuco, os *paulistas* e os em- *boabas* lutavam na região aurífera dos sertões de Minas Gerais, disputando-se a posse do ouro, que abrasava a imaginação do país inteiro. A felonía e a traição constituem o código dessas criaturas insuladas nas matas desconhecidas e inóspitas.

Enquanto se desenrolavam os últimos acontecimentos, governava em Portugal D. João V, o Magnânimo, em cujo reinado *ia o Brasil espalhar pela Europa os seus fabulosos tesouros*. (...) A fortuna amontoada pela ambição e pela cobiça *ia ser espalhada pelas mãos insensatas do rei*, imprevidente e incapaz da autoridade de um trono. Dentro do luxo assombroso da sua corte, o Convento de Mafra se ergue ao preço de cento e vinte milhões de cruzados. Mais de duzentos milhões seguiriam para as arcas do Vaticano, *dados pelo monarca egoísta, que desejava forçar as portas do céu com o ouro iníquo da terra*. Em vez de auxiliar a evolução da indústria e da agricultura de sua terra, D. João V levanta igrejas e mosteiros, com extrema prodigalidade (...), pelo Brasil todo se alastravam movimentos nativistas, exaltando os sentimentos generosos da liberdade e preparando, assim, sob a inspiração de Ismael e de suas falanges devotadas, o futuro glorioso dos seus filhos.”

14 A INCONFIDÊNCIA MINEIRA

As notícias das lutas que redundaram na independência da América do Norte; as exportações em ritmo crescente; o sensível enriquecimento das colônias, a população já ultrapassando a da metrópole; as idéias liberais veiculadas através de livros que aqui chegavam, burlando a severa vigilância estabelecida; a estada de estudantes brasileiros na Europa, notadamente na França e em Portugal, os quais, formados, regressavam à terra nativa, com o cérebro repleto de idéias renovadoras e o coração cheio de esperanças; os ânimos em si, exacerbados, já, com a notícia da “derrama”, ou seja, a cobrança do imposto do quinto do ouro, atrasado (posteriormente suspensa pelo governador de Minas, visconde de Bar- bacena), tais as principais causas da conjura mineira.

A IDÉIA DA SEPARAÇÃO POLÍTICA

Minas Gerais prosperava. Cidades surgiam. Não obstante os pesados tributos que incidiam sobre o produto da mineração, avultadas fortunas se constituíam.

A cultura teve progressos notáveis, especialmente em Vila Rica, a sede da capitania.

Pensadores, militares, sacerdotes e poetas, tendo à frente o desembargador Tomás Antônio Gonzaga e o advogado Cláudio Manuel da Costa, constituíram diminuta mas operante comunidade intelectual, de larga influência na população.

Considerando que o povo extravasava descontentamento contra a ação governamental, o grupo pensante idealizou organizar um movimento de separação política.

O movimento, que tanto possuía de nobre ideal, quanto de completa ausência de precauções, foi facilmente enredado nas malhas policiais, passando à posteridade com o

nome de “ Inconfidência Mineira”.

Invigilante companheiro, ignorante dos sofrimentos inenarráveis que aguardam o espírito do delator, foi o responsável pelo malogro do movimento.

O DESFECHO

A decisão condenatória proferiu-a a Alçada, presidida pelo vice-rei Luís de Vasconcelos, em sua última sessão, relacionada com a conjura, realizada a **18** de abril de **1792**. Onze “implicados” foram considerados os maiores responsáveis e, como tais, condenados à morte. Os demais, em número de sete, foram condenados ao desterro para a África. Mas, no dia **20**, excetuado o Tiradentes, outra sentença comutava em degredo a pena de morte imposta aos inconfidentes.

Calmon (op. ref. em **(21)**, vol. IV, p. **1.334**) classifica o estranho procedimento de “ sinistra comédia”.³³

“(…) A última sessão da Alçada, sob a presidência do vice-rei, foi em **18** de abril. Proferiu — aparentemente implacável — o acórdão final que condenava à morte na forca nada menos de onze inconfidentes (Francisco de Paula, Maciel, Alvarenga, Abreu Vieira, Lopes, Luís de Toledo, Amaral Gurgel, José da Costa Resende, pai e filho, Domingos Vidal e Tiradentes). Seriam desterrados para a África Tomás Antônio Gonzaga, José Aires, Vicente Vieira da Mota, João da Costa Rodrigues, Vitoriano Gonçalves Veloso, João Dias da Mota, Fernando José Ribeiro. Foi a sentença intimada aos presos na casa do Oratório da Cadeia. Mas... O propósito era aterrorizá-los, espalhando pela cidade a notícia tremenda de que pagariam no patíbulo, todos eles, a culpa enorme! Os desembargadores escondiam a indulgente carta régia de **15** de outubro (que era nesse aparato teatral o belo imprevisto...) exatamente no sentido contrário. Autorizava-os a comutar a pena máxima, salvo se as “agravantes circunstâncias” o impedissem — em degredo perpétuo para a África, ameaçados de morte os que de lá voltassem para o Brasil. Dava-lhes o arbítrio de salvar ou executar. O segredo da sinistra comédia (aliás evidente na proximidade das datas, **18** e **20** de abril) no-lo revela um contemporâneo, enfronhado como ninguém na tradição forense do Rio de Janeiro, o Desembargador Paulo Fernandes Viana, Chefe de Polícia de D. João VI. (...) depois de passarem por todos os sustos do aparato judicial, munida a Alçada de decretos ou cartas régias ocultas que só devem aparecer em tempo próprio (...).”

Cláudio Manuel da Gosta, apavorado, não teve a serenidade precisa para aguardar a decisão governamental e suicidou-se na prisão; o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, expiou na forca infamante, a **21** de abril de **1792**, no Campo da Lampadosa, no Rio de Janeiro, o “delito” de seu longamente acalentado sonho de liberdade, enquanto Tomás Antônio Gonzaga, Inácio José de Alvarenga Peixoto, o coronel Freire de Andrada, o padre Carlos Correia de Toledo e outros inconfidentes foram desterrados em possessões portuguesas da África.

Réprobos aos olhos dos governantes da época, mas reabilitados pelo Tribunal da História,

³³ **(33)** O trecho (op. cit. p. **1.334**) dedicado ao fato está assim redigido:

eis como são os inconfidentes apreciados em “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”:

“Por esse tempo, o Brasil sofria o máximo de vexames, no que se referia ao problema da sua liberdade. A capitania de Minas Gerais, que se criara e desenvolvera sob a carinhosa atenção dos paulistas, era então o maior centro de riquezas da colônia, com as suas minas inesgotáveis de ouro e diamantes. A sede de tesouros edificara Vila Rica nos cumes enevoados e frios das montanhas, reunindo-se ali uma plêiade de poetas e escritores que sentiriam, de mais perto, as humilhações infligidas pela metrópole portuguesa à pátria que nascia. A verdade é que em Minas se sentia, mais que em toda parte, o despotismo e a tirania. *O clero, a magistratura e o fisco*, juntos aos ambiciosos que aí se estabeleceram, apossavam-se de todas as possibilidades econômicas, presas de criminosa ânsia de fortuna. Os padres queriam todo o ouro das minas, para a edificação das suas igrejas suntuosas; os membros da magistratura consideravam de necessidade enriquecer-se, antes de regressarem a Portugal, com opulentas aquisições; os agentes do fisco executavam as determinações da corte de Lisboa, árvore farta e maravilhosa, onde todos os parasitas da nobreza iam sugar a seiva de pensões extraordinárias e fabulosas.

Eram então numerosos na Europa os estudantes brasileiros, os quais de lá *voltavam ao país saturados dos princípios filosóficos de Rousseau e dos enciclopedistas*. (...) Por toda a capitania mais rica da colônia, desdobram-se quadros dolorosos da miséria do povo, esmagado pelos impostos de toda natureza. As coletividades de trabalhadores, conduzidas à ruína pelo malogro das minerações, não conseguiriam suportar por mais tempo semelhantes vexames. Em Minas, porém, uma elite de brasileiros considera a gravidade da situação. *Intelectuais distintos* se sentem compenetrados da maioria da pátria, que, ao seu ver, poderia *tomar as rédeas dos seus próprios destinos*.

Iniciam-se os esboços da conspiração. Depois de algumas conversações em Vila Rica, das quais, entre muitos outros, participaram Inácio de Alvarenga, Joaquim José da Silva Xavier, Cláudio Manuel da Costa e Tomás Gonzaga, conversações em que foram adotadas as primeiras providências, a infiltração das idéias libertárias começou a fazer-se através de todos os elementos da capitania, no que ela possuía de mais representativo.

(...) porém, no momento psicológico da ação, os delatores, a cuja frente se encontrava a personalidade de Silvério dos Reis, português de Leiria, levaram todo o plano ao Visconde de Barbacena, então Governador de Minas Gerais. O governador age com prudência, a fim de sufocar a rebelião nas suas origens, e, expedindo informes para que o Vice-Rei Luís de Vasconcelos efetuasse a prisão do Tiradentes no Rio de Janeiro, prende todos os elementos da conspiração em Vila Rica, depois de avisar secretamente aos seus amigos do peito, simpatizantes da conjuração, quanto à adoção de tais providências, para que não fossem igualmente implicados.

Aberta a devassa e terminado o vagaroso processo, são condenados à morte todos os

chefes já presos.

(...) mas, no dia seguinte, a dura sentença era modificada. D. Maria I havia comutado anteriormente as penas de morte em perpétuo degredo nas desoladas regiões africanas, com exceção do Tiradentes, que teria de morrer na forca, conservando-se o cadáver insepulto e esquartejado, para escarmento de quantos urdissem novas traições à coroa portuguesa.

O mártir da inconfidência, depois de haver apreciado, angustiadamente, a defecção dos companheiros, *reveste-se de supremo heroísmo*. Seu coração sente uma alegria sincera pela expiação cruel que somente a ele fora reservada, já que seus irmãos de ideal continuariam na posse do sagrado tesouro da vida. As falanges de Ismael lhe cercam a alma leal e forte, inundando-a de santas consolações.

Tiradentes entrega o espírito a Deus, nos suplícios da forca, a 21 de abril de 1792. Um arrepio de aflitiva ansiedade percorre a multidão, no instante em que o seu corpo balança, pendente das traves do cadafalso, no Campo da Lampadosa.

Mas, nesse momento, Ismael recebia em seus braços carinhosos e fraternais a alma edificada do mártir.

— Irmão querido — exclama ele — *resgatas hoje os delitos cruéis que cometeste quando te ocupavas do nefando mister de inquisidor*, nos tempos passados. Redimiste o pretérito obscuro e criminoso, com as lágrimas do teu sacrifício em favor da Pátria do Evangelho de Jesus. Passarás a ser um símbolo para a posteridade, com o teu heroísmo resignado nos sofrimentos purificadores. Qual novo gênio surges, para espargir bênçãos sobre a terra do Cruzeiro, em todos os séculos do seu futuro. (...)

Um sulco luminoso desenhou-se nos espaços, à passagem das gloriosas entidades que vieram acompanhar o espírito iluminado do mártir, *que não chegou a contemplar o hediondo espetáculo do es- q liar te jumento*.

Daí a alguns dias, a piedosa rainha portuguesa enlouquecia, ferida de morte na sua consciência pelos remorsos pungentes que a dilaceravam e, *consoante as profecias de Ismael*, daí a alguns anos era o próprio Portugal que vinha trazer, com D. João VI, a *independência do Brasil*, sem o êxito incerto das revoluções fratricidas, cujos resultados invariáveis são sempre a multiplicação dos sofrimentos das criaturas, dilaceradas pelas provações e pelas dores, entre as pesadas sombras da vida terrestre.”

15 D. JOÃO VI NO BRASIL

ANTECEDENTES

O reinado anômalo de Luís XV, acobertando os inenarráveis abusos do clero e da nobreza (os nobres e os padres estavam isentos do pagamento dos asfixiantes impostos que aniquilavam os centros de produção), bem como o luxo sem peias, que mais humilhava a população sofredora, e ainda a independência americana (1776) geraram, no ânimo dos

franceses, a fagueira esperança de uma mudança social.

Por outro lado, já no ocaso do reinado do infeliz Luís XVI, a reunião, em Paris, dos Estados Gerais (maio de 1789), seguida de sua transformação em Assembléia Constituinte, compõe o início da revolução, instigada pelo verbo inflamado de Mirabeau.

À queda da Bastilha (14 de julho de 1789), seguem-se a tenebrosa ascensão de Robespierre e Marat e o período do terror* ameaçando a França de desmembramento e de invasão.

Nesse estado de coisas, personificando a salvação nacional, Napoleão Bonaparte, filho de obscura família corsa, é guindado às culminâncias do poder. Deveria o humilde soldado da Córsega desempenhar importante tarefa social no velho mundo. Às fáceis vitórias iniciais, entretanto, despertaram em sua alma a vaidade e a ambição.

Dominada a Europa, só a Inglaterra resistia, favorecida por sua situação privilegiada. Na ânsia de vencê-la, determinou Napoleão às demais nações que fechassem seus portos à Rainha do Mar (Bloqueio Continental).

Portugal, aliado da Inglaterra, tergiversava. Era regente o príncipe D. João, no impedimento da rainha, D. Maria I, que, como visto no capítulo anterior, enlouquecera. Irritado, Napoleão³⁴ determinou a ocupação de Portugal, por um exército, sob o comando de Junot. Essa situação ocasionou a precipitada mudança da corte para o Brasil.

ABERTURA DOS PORTOS

A esquadra, constituída de catorze navios, que transportava D. João e seus cerca de quinze mil acompanhantes (ministros, fidalgos, criados, tropas), ao cabo de alguns dias de viagem, enfrentou violento temporal, que a dispersou. Dirigiram-se alguns navios diretamente ao Rio de Janeiro, enquanto que outros, num dos quais estava D. João, tocaram a Bahia, a 22 de janeiro de 1808.

O príncipe regente, acolhendo conselho de José da Silva Lisboa (que seria, mais tarde, o visconde de Cairu), assinou, a 28 do mesmo mês, a carta régia que abria os portos do Brasil às nações amigas, pondo fim, desse modo, ao monopólio do comércio, atribuído à metrópole.

Calmon (op. ref. em (21), vol. IV, p. 1.370), à narrativa do fato, aduz os seguintes comentários:

“(. . .) Mas o príncipe deixou longe a expectativa dos ingleses, que era a franquia dos

³⁴ (34) Emmanuel (op. ref. em (1), p. 193) assim conclui suas judiciosas apreciações sobre a personalidade de Bonaparte:

“Sua frente de soldado pode ficar laureada, para o mundo, de tradições gloriosas, e verdade é que ele foi um missionário do Alto, embora traído em suas próprias forças; mas, no Além, seu coração sentiu melhor a amplitude das suas obras, considerando providencial a pouca piedade da Inglaterra que o exilou em Sta. Helena após o seu pedido de amparo e proteção. Santa Helena representou para o seu espírito o prólogo das mais dolorosas e mais tristes meditações, na vida do Infinito.” (O grifo é nosso.)

portos à Inglaterra. Abriu-os ao mundo! Satisfez o comércio e pagou — com este repentino benefício — as graças da hospitalidade. “A vinda de D. João à Bahia — conclui Silva Lisboa — marca uma grande era nos anais da civilização, pela suspensão do sistema colonial.”

No mês seguinte, D. João e sua corte trasladaram-se para o Rio de Janeiro, onde ficou estabelecida a sede do governo.

PROGRESSO

Em que pesem situações desagradáveis, como o famoso P. R. (Príncipe Regente), aposto nas portas das casas que deveriam ser desocupadas em favor dos fidalgos, e que o povo passou a traduzir jocosamente por “ponha-se na rua”, foi-nos grandemente benéfica a vinda de D. João e sua corte para o Brasil.

A abertura dos portos ao livre comércio foi o primeiro elo de uma cadeia de fecundas realizações, conquanto adstritas, predominantemente, a concepções e técnicas da época colonial, conforme o relata Almeida Prado ³⁵ nos trechos a seguir com a devida licença transcritos:

“Tornava-se estranho o aspecto daqueles renques de curiosos alpendres nas fachadas aos olhos de viajantes. Quem estivesse desprevenido quanto às disposições urbanísticas contrárias aos antigos gradeados destinados a arejar as habitações e antigamente utilizados pelas mulheres portuguesas para espreitar sem ser vistas o movimento das ruas, não compreendia a razão de tantos espaços vazios. (...)

Entretanto, predominava nas construções comuns o tijolo de argila “cota”, graças ao progresso das olarias. Eram reunidos nos muros por argamassa chamada reboco e revestidos por outra mais cuidada, ou “stucco” à italiana, espalhado nas paredes com espátula de pedreiro, existindo outros ainda mais finos para formar tetos, processo novo no Rio, preconizado pelos artistas da missão francesa e mais estrangeiros, como Johnson ou Bouch. Chegados a este ponto, temos de distinguir três categorias principais de edificações, a saber: casas térreas e sobradinhos de habitação, às vezes com loja à frente; sobrados maiores em ruas centrais — Direita, Ouvidor, Ourives, etc. — cujo rés-do-chão era sempre destinado ao comércio, a não ser alguma construção mais luxuosa ocupada por figurões como Targini, Núncio Apostólico ou Conde de Amadia; e finalmente monumentos civis, eclesiásticos, militares ou de uso da casa real. Naturalmente o estilo, proporções, materiais diferiam, uma coisa a provocar outra, se bem a invasão francesa e conseqüente encarecimento de todas as coisas impedissem o processo por muitos anos vigente no regime colonial, que era importar fachadas inteiras de pedra ou mármore de Liós, de Portugal, preparadas de modo a favorecer a montagem onde fossem projetadas. (...)

Outro elemento primordial na construção, consistia na madeira, largamente usada quando

³⁵ (35) PRADO, J. F. de Almeida. D. João VI e o início da classe dirigente do Brasil, 1815-1889. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968, capítulo “A Arquitetura no Rio de Janeiro”, pp. 290 a 295.

ainda era fácil consegui-la ao sul da capitania e região vizinha. (...)

A mão de obra (...) compunha-se de pretos forros e escravos cedidos pelo Arsenal de Marinha para o trabalho de particulares. (...)

Tijolos e telhas também se ressentiam na época de graves imperfeições. Nem sempre procediam de boa dosagem de seus ingredientes. (...)

Alguns ficaram célebres pelo vulto da obra que dirigiam. O Brigadeiro Pinto Alpoim construiu armazéns no largo do paço, onde se acha o Arco do Teles, assim como o primeiro chafariz do lugar, os conventos da Ajuda e dos capuchinhos, e, acima de tudo, o monumental aqueduto da Carioca, o maior empreendimento do Brasil-colônia, gigantesca mole de pedras, digna de romanos antigos, glória da cantaria portuguesa, que por longos anos caracterizava a paisagem do Rio, como a cúpula de São Pedro em Roma ou as torres das catedrais da região do Reno.” Faremos, a seguir, sucinto inventário das instituições implantadas sob a administração de Dom João VI: as secretarias de Estado; o Tribunal de Comércio; os cursos de medicina e cirurgia, no Rio de Janeiro e na Bahia; a Biblioteca Pública; a Academia Militar; o Erário; a Provedoria-Mor de Saúde; o Supremo Conselho Militar e de Justiça; o Jardim Botânico; a Imprensa Régia; a Fábrica de Pólvora; o Hospital Militar; o Banco do Brasil; tribunais superiores; o ensino de artes; o desenvolvimento de colônias agrícolas, etc.

No interior, sulcaram-se estradas, desenvolveu-se a mineração, impulsionou-se a produção de ferro e instituiu-se a liberdade de manufaturas e fábricas.

Inobstante a série de melhoramentos, ou talvez precisamente por essa razão, nas províncias crescia a ânsia de liberdade.

Fizera-se vitoriosa, em Portugal, a revolução, obrigando o retorno da soberano a Lisboa. Antes de partir, porém, D. João VI declarou o Brasil Reino Unido ao de Portugal e Algarves (1815).

Estabeleçamos, agora, o cotejo com a narrativa de Humberto de Campos (Espírito):

Refere-se o autor ao trabalho desenvolvido pelos Espíritos, “a fim de inspirar o primeiro soberano do Velho Mundo que pisava as terras americanas”, acrescentando que aos “agrupamentos do mundo invisível, aliava-se agora a personalidade do Tiradentes, que se transformara em gênio inspirador de todos os brasileiros”.

Prossegue:

“Aquela caravana de abnegados espalha-se então, por todos os recantos da pátria, distribuindo com os seus esforços fraternais as sementes de uma vida nova.

A 22 de janeiro de 1808, aporta na Bahia a maior parte das embarcações que constituíam a frota real. O povo baiano recebe o príncipe-regente e sua comitiva com as mais carinhosas demonstrações de amizade. Clarins e bandeiras anunciam, sob um sol quente e amigo, a presença da família real nas terras do Cruzeiro. (...)

Ainda na Bahia, graças às suas relações com o Conde de Aguiar, ministro de D. João VI,

José da Silva Lisboa, mais tarde Visconde de Cairu, *consegue do soberano a abertura de todos os portos da colônia ao comércio universal.* (...) um dos pontos essenciais que deveriam ser observados, em troca da proteção de Jorge III à Casa de Bragança, no sentido de sua fuga para a colônia distante, *era o da abertura dos portos do Brasil à livre concorrência da Inglaterra*, reservando-se tal direito somente aos interesses britânicos. O soberano e seus ministros conheciam essas estipulações, através de Lorde Strangford; *mas, com o auxílio das influências salutaras do plano invisível, reconsideraram a tempo o absurdo de semelhantes exigências e cuidaram de realizar as primeiras aspirações dos patriotas brasileiros.*

As caravanas do infinito não descansaram junto das autoridades supremas da política administrativa. Todas as possibilidades foram aproveitadas pela sua operosidade infatigável. *A 1º de abril de 1808, levantava-se a proibição que incidia sobre as indústrias nacionais, que foram declaradas livres*, o que facilitou a colaboração dos estrangeiros estabelecidos nas costas marítimas da Pátria do Cruzeiro, surgindo um novo período de trabalho construtivo do país, prestes a celebrar suas núpcias com a liberdade.

○ Rio de Janeiro, sob a direção do bondoso príncipe que, *debaixo das influências poderosas do Alto, adotara um regime muito mais liberal do que as formas de governo existentes em Lisboa*, enche-se de obras notáveis. Grandes instituições se fundam na cidade da mais maravilhosa baía do mundo. Surgem a *Escola de Medicina*, o *Real Teatro São João*, o *Banco do Brasil*; organizam-se os primórdios da *Escola de Belas-Artes*, cria-se a *Academia de Marinha*, o *Conselho Militar*, a *Biblioteca Real*; desenha-se o *Jardim Botânico*, como novo encanto da cidade, e, sobretudo, inicia-se, com a *Imprensa Régia*, a vida do jornalismo na Terra de Santa Cruz.

Entidades benevolentes e sábias, sob a direção de Ismael, espalham claridades novas em todos os espíritos e, *sob os seus generosos e imponderáveis impulsos*, as grandes realizações do progresso brasileiro se avolumam por toda parte, nas mais elevadas demonstrações evolutivas.

(...) Bastava que qualquer fidalgo desejasse este ou aquele prédio, para que o Juiz Aposentador efetuasse a necessária intimação, a fim de que fosse imediatamente desocupado. Ao oficial de justiça, incumbido desse trabalho, bastava escrever na porta de entrada as letras *"P. R."*, que se subentendiam por *"Príncipe Regente"*, inscrição que a malícia carioca traduzia como significando — *"Ponha-se na rua"*.

Todavia, a despeito de todos os absurdos e de todos os dispêndios, que seriam de muito excedidos nos odiosos processos revolucionários, caso o país fosse obrigado a exigir pelas *armas a sua emancipação*, a corte de D. João VI ia prestar ao Brasil os mais inestimáveis serviços, no capítulo de sua autonomia e de sua liberdade, sem os abusos criminosos das lutas fratricidas."

16 A INDEPENDÊNCIA

O anelo nativista não se extinguiu com os insucessos de Beckman, dos emboabas e dos mascates (cap. 13). Ao contrário, mais se acendrava nos corações dos patriotas.

Ao sentimento, que se revelava constantemente renovado, por sucessivas e numerosas adesões, qual vegetação que reverdece com a ocorrência de chuva benfeitora — ao anseio nativista aliar-se-iam a falta de recursos do erário, a débil situação financeira e a crise do comércio, agravada por numerosas falências.

Essa a situação com que se defrontava o governo do príncipe D. Pedro, em 1821.

IDÉIAS AMADURECIDAS

Quais estruturas a sustentar o edifício, vêm argamassar a irreversível separação:

— A eleição de deputados às cortes, animados do firme propósito de obter condições de igualdade política e administrativa;

— a rejeição, pelos deputados portugueses, da pretensão dos brasileiros e a simultânea tentativa de recolonizar o Brasil, ocasionando a fuga de vários parlamentares, dentre eles: Feijó, Antônio Carlos, Lino Coutinho, Barata e Agostinho Gomes (os mais impulsivos), que se recusaram a assinar a constituição portuguesa;

— a supressão dos tribunais e repartições criados por D. João;

— as ordens das cortes de Lisboa, determinando o imediato regresso do príncipe regente, a que correspondeu o empolgante movimento gerador do “Fico” (9 de janeiro de 1822), por muitos considerado como a verdadeira proclamação da Independência, opinião de que participa Humberto de Campos (Espírito), como veremos pouco adiante;

— a inquebrantável ação de José Bonifácio de Andrada e Silva, apoiado pela princesa D. Leopoldina;

— a obrigatoriedade, instituída por D. Pedro através de decreto, do “cumpra-se”, para que fossem executadas no Brasil as leis das cortes;

— o início do estabelecimento de relações diplomáticas com nações estrangeiras.

Revela o estado de ânimo dos patriotas brasileiros, a passagem a seguir transcrita da “História Geral da Civilização Brasileira”:³⁶

“Favorável às ordens de Lisboa, no Rio, só mesmo a tropa lusitana ainda poderosa — mas que vai ser desafiada por soldados brasileiros e pelo povo, sem distinção de raça ou origem, armado de cacete, facão e carabina. Por outro lado, também estão presentes São Paulo e Minas, por meio de vigorosas mensagens, além de um emissário do Rio Grande de São Pedro.”

³⁶ (36) HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacir e outros. História Geral da Civilização Brasileira,

SEPARAÇÃO VIRTUAL

Da mesma fonte, com a devida permissão, em face da sólida argumentação desenvolvida, o tópico *Independência de fato* (pp. 172 e 173), comprobatório de que a separação política já estava feita, antes do grito convencional.

“À separação fora adiada, mas a Independência tornara-se gritante. Aos gestos de rebelião, quando a autoridade portuguesa ainda era obliquamente reconhecida, sucedem-se atos de soberania. Da primeira espécie era, por exemplo, a ordem que o regente expediu a 4 de maio para que os decretos de Lisboa não fossem obedecidos no Brasil sem o seu *cumpra-se*; tratava-se, aliás, de advertência às províncias do norte; no Sul nem teria mais sentido. De natureza mais específica, própria de um Estado soberano, a nomeação por José Bonifácio de um cônsul em tomo II — O Brasil Monárquico, 1^o vol. — O Processo de Emancipação. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, 3.^a edição, p. 163.

Buenos Aires, ainda em maio. Desde antes mantinha na Inglaterra um emissário oficioso porém de alta categoria, Caldeira Brant, o futuro Barbacena, que sugere assiduamente ao ministro tudo o que possa interessar à independência. Em agosto, Brant é confirmado em Londres e outros são nomeados para Washington e Paris; pensa-se no reconhecimento do Estado. No plano interno, e ainda em junho, o príncipe estimula fortemente os baianos; no fim do mês estala a sublevação contra Madeira. No Rio, em julho, ao passo que José Bonifácio coloca na pasta da Fazenda o austero Martim Francisco, cria-se o Ministério da Justiça; embora autorizado formalmente por um decreto das cortes, trata-se de aparelhar um governo autônomo. O caso, aliás, nem mais reponta depois que se anunciou um legislativo próprio; o mesmo se dirá da nacionalidade brasileira outorgada aos residentes na Cisplatina. Já no Brasil ainda menos se estranharia assumirem orgulhosamente essa nacionalidade os que no ano anterior eram súditos orgulhosos do “Luso Estado”. A expressão encontra-se num caderno de poesias do jovem Evaristo da Veiga, ótimo exemplo do afloramento de uma consciência nacional — que nesse caso, aliás, coincide com melhoria de qualidade literária. O rapaz que em 1821 entoara loas ingênuas ao Soberano Congresso, em maio de 22 vibrava em tom maior pela Santa Liberdade Brasileira, isto é, pela convocação da Constituinte (“eia acabem / Da triste escravidão os grandes anos”. ..) e em agosto iria lançar o árdego “Brava Gente Brasileira” — cantado logo em toda parte com acompanhamento musical de D. Pedro e durante muito tempo atribuído integralmente ao imperador.”

○ BRADO LIBERTADOR

Exasperadas com a insubmissão de D. Pedro, as Cortes de Lisboa adotam medidas extremas, reveladoras do exaltadíssimo estado de ânimo do plenário: *é declarada a nulidade da convocação da Assembléia Brasileira, sendo nomeada nova regência e intimado D. Pedro a regressar a Portugal, de imediato, sob pena de perda dos competentes direitos.*

Estava-se, inequivocamente, em face do “Alea jacta est” brasileiro. Tropas armadas lá e cá as havia. E o Rubicon histórico, nas livres terras de Pindo-rama, chamar-se-ia Ipiranga.

O atrabiliário comportamento da lusa corte constituiu a “gota de água” que fez extravasar a ânfora da tolerância de D. Pedro. Epistolarmente assessorado por José Bonifácio de Andrada e Silva, o patriarca de nossa emancipação, e pela própria esposa, a princesa D. Leopoldina, D. Pedro solenizou a Independência, a 7 de setembro de 1822, com o grito lançado às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo.

O relato do autor de “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” nos esclarece a respeito do importantíssimo papel desempenhado pelas falanges de Ismael no processo emancipacionista, conforme passaremos a ler:

“Conhecendo as ordens rigorosas das Cortes de Lisboa, que determinavam o imediato regresso de D. Pedro a Portugal, reúnem-se os cariocas para tomarem as providências de possível execução e uma representação com mais de oito mil assinaturas é levada ao príncipe regente, pelo Senado da Câmara, acompanhado de numerosa multidão, a 9 de janeiro de 1822. D. Pedro, diante da massa de povo, *sente a assistência espiritual dos companheiros de Ismael*, que o incitam a completar a obra da emancipação política da Pátria do Evangelho, recordando-lhe, simultaneamente, as palavras do pai no instante das despedidas³⁷. (...) Em face da realidade positiva, após alguns minutos de angustiosa expectativa, o povo carioca recebia, por intermédio de José Clemente Pereira, a promessa formal do príncipe de que ficaria no Brasil, contra todas as determinações das Cortes de Lisboa, para o bem da coletividade e para a felicidade geral da nação. *Estava, assim, proclamada a independência do Brasil, com a sua audaciosa desobediência às determinações da metrópole portuguesa.*”

Focaliza o autor espiritual a ação de Ismael, junto a Jorge de Avilez (o comandante que pretendia bombardear o povo), dissuadindo-o dos sinistros propósitos.

Exalta a figura singular de José Bonifácio, bem como as de Gonçalves Ledo, Frei Sampaio e José Clemente Pereira.

Ao fim de solene conclave espiritual, realizado no Colégio de Piratininga, dirige-se Ismael ao Tira-dentes (Espírito), que participava da reunião:

— “O nosso irmão, martirizado há alguns anos pela grande causa, acompanhará D. Pedro em seu regresso ao Rio e, *ainda na terra generosa de São Paulo, auxiliará o seu coração no grito supremo da liberdade*. Uniremos assim, mais uma vez, as duas grandes oficinas do progresso da pátria, para que sejam as registradoras do inesquecível acontecimento nos fastos da história. O grito da emancipação partiu das montanhas³⁸ e

³⁷ (37) “Pedro, se o Brasil se separar de Portugal, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros.” (Op. ref. em (21), vol. IV, p. 1.465.)

³⁸³⁸ (38) Alusão à Inconfidência Mineira (v. capítulo 14).

deverá encontrar aqui o seu eco realizador. Agora, todos nós que aqui nos reunimos, no sagrado Colégio de Piratininga, elevemos a Deus o nosso coração em prece, pelo bem do Brasil.

Dali, do âmbito silencioso daquelas paredes respeitáveis, saiu uma vibração nova de fraternidade e de amor.

Tiradentes acompanhou o príncipe nos seus dias faustosos, de volta ao Rio de Janeiro. Um correio providencial leva ao conhecimento de D. Pedro as novas imposições das Cortes de Lisboa e ali mesmo, nas margens do Ipiranga, quando ninguém contava com essa última declaração sua, *ele deixa escapar o grito de “Independência ou Morte!”³⁹, sem suspeitar de que era dócil instrumento de um emissário invisível³⁹, que velava pela grandeza da pátria.*

Eis por que o 7 de Setembro, com escassos comentários da história oficial que considerava a independência já realizada nas proclamações de 1.º de agosto de 1822, passou à memória da nacionalidade inteira como o Dia da Pátria e data *inolvidável* da sua liberdade.

Esse fato, despercebido da maioria dos estudiosos, representa a adesão *intuitiva do povo*⁴⁰ aos elevados designios do *murído espiritual*.**

17 D. PEDRO II

Proclamada a Independência, D. Pedro I, coroado e sagrado imperador, enfrentou sérias dificuldades para governar. Sobrevieram: a questão da constituinte dissolvida; a outorga da magna carta; a desanexação da Cisplatina e uma série de lutas políticas, cumulando com a abdicação, a 7 de abril de 1831, em favor de seu filho, que contava apenas cinco anos de idade.

A MAIORIDADE

Sucederam-se, conseqüentemente, as regências, trina e una, que também facearam grandes dificuldades políticas. Por fim, precedida de intensa campanha, a Assembléia proclamou, a 23 de julho de 1840, em ato solene, a maioria do príncipe herdeiro, que ascendeu ao trono.

D. Pedro II defrontar-se-ia, igualmente, com insurreições. Perduravam, no Maranhão, a *Balaiada* e, no Rio Grande do Sul, a *Guerra dos Farrapos*.

Ocorreriam, a seguir, a *Revolução Liberal de 1842* e a *Praieira*. No sul, chegou a ser proclamada a *República de Piratini*, sendo eleito seu presidente Bento Gonçalves da Silva. A pacificação geral conseguiu-a o general Luís Alves de Lima e Silva, que teve acesso ao posto

³⁹ (39) O Tiradentes (Espírito).

⁴⁰ (40) Essa a razão de, sistematicamente, no 7 de Setembro, o povo comparecer em massa aos atos públicos comemorativos de nossa emancipação política

de marechal, sendo agraciado com o título de conde.

NO PRATA

Nas dissensões, no Uruguai, entre *colorados*, que estavam no poder, e os *blancos*, sob a chefia de Manuel Oribe, o ditador da Argentina, Juan Manuel Rosas, interveio a favor de Oribe. O governo imperial, considerando que a luta impedia nosso acesso a Mato Grosso pela bacia platina, resolveu, por seu turno, intervir no conflito, verificando-se a rendição do caudilho blanco e á derrota de Rosas (1852). X Na presidência do Uruguai, Atanásio Aguirre, blanco, passou a perseguir brasileiros partidários de Venâncio Flores, colorado. Resolveu o governo imperial, por via diplomática, tentar acordo entre os contendores, ao mesmo tempo que guarnecia a fronteira por forças sob o comando do general Mena Barreto e mandava às águas de Montevidéu algumas belonaves, comandadas pelo almirante Tamandaré. Frustrada a tentativa de acordo, recorreu nosso governo às armas, bloqueando Tamandaré o porto de Montevidéu. Ante a ameaça de bombardeio, Aguirre transmitiu o governo ao presidente do Senado, Villalba, rendendo-se este às nossas forças.

BELIGERÂNCIA

Governava o Paraguai, nessa época, Francisco Solano López, que ambicionava formar um grande império, com as terras circunvizinhas. Serviu-se do pretexto de não ter sido aceita sua proposta de mediação na atitude que o Brasil tomara contra Aguirre e iniciou atos de beligerância, sem prévia declaração. Reagiu o governo imperial, desenvolvendo-se, em consequência, por cerca de cinco espichados anos, a guerra contra o Paraguai, sustentada pela Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai). Avulta nessa luta o famoso episódio da Retirada da Laguna, imortalizado pela pena inconfundível de Taunay.⁴¹

Manuel Luís Osório, cognominado “O Centauro dos Pampas”, com sua cavalaria, escreve páginas imorredouras; Francisco Manuel Barroso da Silva é o artífice da destruição do poderio naval do ditador paraguaio, e Luís Alves de Lima e Silva, que seria o Duque de Caxias, com seu gênio militar, conduz nossas tropas à entrada em Assunção, a 5 de janeiro de 1869.

O fim da guerra, entretanto, só foi atingido com o príncipe Gastão de Orléans, conde d’Eu (genro do imperador), no comando das forças em operações, a 1.º de março de 1870, em Cerro Corá, onde tombou López.

PROGRESSO

O reinado de D. Pedro II foi assinalado por excepcional surto de progresso.

A agricultura cresceu em quantidade e qualidade: café, cana-de-açúcar, cereais, cacau,

⁴¹ (41) TAUNAY, Alfredo d’Escragno. A Retirada da Laguna — Episódio da Guerra do Paraguai. Trad. (da 5.ª edição francesa) TAUNAY, Affoiso d’Escragno. São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1935, décima edição brasileira ilustrada e acrescida de avultada documentação.

algodão, fumo, borracha; a colonização estrangeira teve grande impulso.

A indústria e o comércio, emancipados da tutela estrangeira, cresceram geometricamente, sob os auspícios de Irineu Evangelista de Sousa, o visconde de Mauá.

Os transportes, até então feitos empiricamente sobre o dorso de muares, foram ultrapassados por ferrovias, rodovias e aquavias planejadas, unindo as fontes de produção aos centros consumidores.

A capital do império e progressivamente as outras grandes cidades substituíram o vetusto lampião a óleo de peixe ou a querosene, pela iluminação a gás; os esgotos e a água encanada nos domicílios ensaiaram os primeiros passos.

Simultaneamente, com a paz que se irradiava do soberano bondoso e liberal, muito foi feito no setor da cultura. Excetuado o deficiente ensino de primeiro grau, responsável pelo elevado índice de analfabetismo, as ciências, as letras, as artes e bem assim os institutos de ensino superior apresentavam notáveis realizações: Museu Nacional; Instituto Histórico e Geográfico; missões científicas estrangeiras; por fim, escritores (Joaquim Manuel de Macedo, Bernardo Guimarães, Alfredo d'Escagnolle Taunay, José de Alencar e o inconfundível Machado de Assis), poetas (Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Gonçalves de Magalhães, Laurindo Rabelo, Casimiro de Abreu, Fagundes Varela e Castro Alves), oradores (Joaquim Nabuco, Rio Branco, José Bonifácio e Francisco de Mont'Alverne), pintores (Pedro Américo, Almeida Júnior e Vítor Meireles), músicos (Francisco Manuel da Silva e Antônio Carlos Gomes) e comediógrafos (João Caetano dos Santos, França Júnior e Martins Pena) formavam, dentre outros, o vértice de majestosa pirâmide intelectual.

O RETRATO DO IMPERADOR

João Camilo de Oliveira Torres, em sua excelente "A Democracia Coroada"⁴², no capítulo O retrato do Imperador, traça bela síntese biográfica de D. Pedro II, que, com a devida permissão, para aqui trasladamos, com a finalidade de enriquecer nossos despreziosos comentários:

"D. Pedro II não era homem de qualidades excepcionais: mas foi um grande Imperador. Pessoalmente amava as letras e era de probidade inexcusável. (...)

D. Pedro II, porém, foi o Grande Imperador. A história e as leis lhe deram um papel e ele o representou rigorosamente. (...)

Tendo em vista os ideais políticos do tempo e principalmente os ideais políticos dominantes no Brasil, o Imperador soube encarnar de maneira total os valores próprios do rei constitucional, mas de um rei constitucional que, de fato, reinasse e não fosse, apenas,

⁴² (42) TÔRRES, João Camilo de Oliveira. A Democracia Coroada (Teoria Política do Império do Brasil) — Prêmio "Cidade de Belo Horizonte" relativo ao ano de 1952. Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1957, pp. 525 a 527.

uma *fictio legis*.

Poucos soberanos no século XIX souberam “ser” o rei constitucional tão bem como D. Pedro II e poucos cumpriram o seu dever com tamanha consciência e com igual estilo. (...)

Coube-lhe ser o mais característico e o mais típico de todos os reis constitucionais que exercessem efetivamente a realeza. (...)

Não nos esqueçamos de um fato importante: durante os quarenta anos de seu reinado efetivo, ninguém foi deportado, ninguém foi processado por motivos políticos, nenhuma restrição se impôs à liberdade de pensamento. As nações e as épocas que, em outras partes, conseguiram *record* igual em matéria de garantias aos direitos individuais, são apontadas como modelos.

De um modo geral, D. Pedro II foi fiel a uns tantos princípios durante todo o seu reinado. E cousa alguma colocou acima deles. Senso de moralidade, respeito à opinião pública, amor às cousas do espírito, fidelidade ao princípio constitucional e respeito à lei. Errou muitas vezes, o que não é extraordinário. Mas, foi, durante o seu longo reinado, o primeiro a madruguar no cumprimento do dever e no respeito à lei. E mais não se lhe poderia exigir.

○ Império não suspendeu a vigência do Pecado Original e D. Pedro II pagou o seu tributo como filho de Adão, mas soube realizar, como nenhum outro, os ideais do chefe de Estado conforme as intenções do século XIX.”

Revistos, em largos traços, os acontecimentos mais marcantes do segundo reinado, examinemos um resumo da narrativa de Humberto de Campos (Espírito), extraído dos capítulos XX, XXIV e XXV da obra em foco:

LONGINUS

“Definitivamente proclamada a independência do Brasil, Ismael leva ao Divino Mestre o relato de todas as conquistas verificadas, solicitando o amparo do seu coração compassivo e misericordioso para a organização política e social da Pátria do Evangelho.

Recebendo as confidências de Ismael, que apelava para a sua misericórdia infinita, considerou o Senhor a necessidade de polarizar as atividades do Brasil num centro de exemplos e de virtudes, para modelo geral de todos. Chamando Longinus à sua presença, falou com bondade:

— Longinus, entre as nações do orbe terrestre, organizei o Brasil como o coração do mundo. Minha assistência misericordiosa tem velado constantemente pelos seus destinos e, inspirando a Ismael e seus companheiros do Infinito, consegui evitar que a pilhagem das nações ricas e poderosas fragmentasse o seu vasto território, cuja configuração geográfica representa o órgão do sentimento no planeta, como um coração que deverá pulsar pela paz indestrutível e pela solidariedade coletiva e cuja evolução terá de dispensar, logicamente, a presença contínua dos meus emissários para a solução dos seus problemas de ordem geral. Bem sabes que os povos têm a sua maioria, como os indivíduos, e se bem não os percam de vista os gênios tutelares do mundo espiritual, faz-se mister se lhes outorgue toda a liber-

dade de ação, a fim de aferirmos o aproveitamento das lições que lhes foram prodigalizadas.

“Sente-se o teu coração com a necessária fortaleza para *cumprir uma grande missão*⁴³ *na Pátria do Evangelho?*”

— Senhor — respondeu Longinus, num misto de expectativa angustiosa e de refletida esperança — bem conheceis o meu elevado propósito de aprender as vossas lições divinas e de servir à causa das vossas verdades sublimes, na face triste da Terra. Muitas existências de dor tenho voluntariamente experimentado, para gravar no íntimo do meu espírito a *compreensão do vosso amor infinito, que não pude entender ao pé da cruz dos vossos martírios no Calvário*, em razão dos espinhos da vaidade e da impenitência, que sufocavam, naquele tempo, a minha alma. Assim, é com indizível alegria, Senhor, que receberei vossa incumbência para trabalhar na terra generosa, onde se encontra a árvore magnânima da vossa inesgotável misericórdia. Seja qual for o gênero de serviços que me forem confiados, acolherei as vossas determinações como um sagrado ministério.

— Pois bem — redargüiu Jesus com grande piedade — essa missão, se for bem cumprida por ti, constituirá a tua última romagem pelo planeta escuro da dor e do esquecimento. A tua tarefa será daquelas que requerem o máximo de renúncias e devotamentos. Serás imperador do Brasil, até que ele atinja a sua perfeita maioridade, como nação. Concentrarás o poder e a autoridade para beneficiar a todos os seus filhos. (...) Tuas lides terminarão ao fim deste século, e não debes esperar a gratidão dos teus contemporâneos; ao fim delas, serás alijado da tua posição por aqueles mesmos a quem proporcionares os elementos de cultura e liberdade. As mãos adadoras, que buscarem a proteção das tuas, voltarão aos teus palácios transitórios, para assinar o decreto da tua expulsão do solo abençoado, onde semearás o respeito e a honra, o amor e o dever, com as lágrimas redentoras dos teus sacrifícios. Contudo, amparar-te-ei o coração nos angustiosos transe do teu último resgate, no planeta das sombras. Nos dias da amargura final, minha luz descerá sobre os teus cabelos brancos, santificando a tua morte. (...)

(...) Foi assim que Longinus preparou a sua volta à Terra, depois de outras existências tecidas de abnegações edificantes em favor da humanidade, e, no dia 2 de dezembro de 1825, no Rio de Janeiro, *nascia* de D. Leopoldina, a virtuosa esposa de Dom Pedro, *aquele*

⁴³ (43) O Livro dos Espíritos, questão 576. “Foram predestinados a isso, antes de nascerem, os homens que trazem uma importante missão e dela têm conhecimento?”

“Algumas vezes, assim é. Quase sempre, porém, o ignoram. Baixando à Terra, colimam um vago objetivo. Depois do nascimento e de acordo com as circunstâncias é que suas missões se lhes desenham às vistas. Deus os impele para a senda onde devam executar-lhe os desígnios.”

Cf. O Céu e o Inferno, primeira parte, cap. III. “13. — As atribuições dos Espíritos são proporcionadas ao seu progresso, às luzes que possuem, às suas capacidades, experiência e grau de confiança inspirada ao Senhor soberano. (...) As missões mais importantes são confiadas somente àqueles que Deus julga capazes de as cumprir e incapazes de desfalecimento ou comprometimento.” (Grifamos.)

que seria no Brasil o grande imperador e que, na expressão dos seus próprios adversários, seria o maior de todos os republicanos de sua pátria.”

A REGÊNCIA E O SEGUNDO REINADO

“Ninguém, no Brasil, poderia supor que Dom Pedro I abandonasse o país precipitadamente, como fez a 7 de abril de 1831. (...)

Alguns políticos, no entanto, obedecendo a feliz inspiração do mundo invisível, organizaram uma regência que se incumbiu de manter a intangibilidade da ordem e das instituições.

(...) O partidarismo envenenava todos os ambientes com a vaza de suas paixões desenfreadas e, não fossem os mananciais do pensamento e da economia, fixados por Ismael nas regiões do Rio de Janeiro, de São Paulo e Minas, que asseguraram a própria estabilidade nacional, talvez não pudesse o Brasil resistir ao elemento embrutecedor, que suprimiria para sempre a sua unidade territorial.

(...) Em 1835 rebentava o movimento republicano do Rio Grande do Sul, chefiado por Bento Gonçalves, que se propunha organizar, naquela província, uma república separada do país. Esse movimento separatista iria consumir grande coeficiente das energias nacionais, porquanto só terminaria mais tarde sob a ação pacificadora do segundo reinado.

Percebendo, contudo, a exaltação dos espíritos em geral, os liberais solicitaram, em 1840, a *declaração* da maioria do Imperador, *que*, na época, contava quinze anos incompletos. *Semelhante acontecimento representava* um golpe nos dispositivos constitucionais; *mas*, todos os políticos reconheciam no jovem imperante a mais elevada maturidade de raciocínio e as qualidades que lhe exornavam o caráter. *Uma comissão de homens influentes procura-o no paço imperial*, obtendo o seu imediato assentimento. *Dentro de poucos dias*, foi D. Pedro II declarado maior, *por entre as mais sãs esperanças do país e sob a confiança dos mentores do Alto*, os quais seguiriam de perto a sua trajetória no trono.

No ano de 1841, foi coroado o jovem imperador.

Não obstante a sua condição de adolescente, D. Pedro II, *assistido pelas numerosas legiões do bem*, que o rodeavam no plano invisível, tomava o cetro e a coroa consciente da responsabilidade gravíssima que lhe pesava sobre os ombros.

A sua primeira preocupação administrativa foi pacificar o ambiente intoxicado de sedições e rebeldias. Prestigiando Caxias, consegue levantar a bandeira branca da paz nas Províncias de São Paulo e Minas, após os desfechos de Venda Grande e de Santa Luzia. Daí a algum tempo, com a sua política de moderação e tolerância, consegue estabelecer a tranquilidade geral em todo o Rio Grande do Sul, com a anistia plena e com o respeito às honras militares de todos os chefes da insurreição.

Depois dos esgotamentos a que o país inteiro fora conduzido pela ação corrosiva dos processos revolucionários, o *Brasil ia regenerar suas forças orgânicas dentro de um largo*

período de paz, no qual as falanges esclarecidas de Ismael, inspirando a generosa autoridade do Imperador, argamassariam as bases do pensamento republicano, sobre as idéias de fraternidade e liberdade, a caminho das grandes realizações do porvir

A GUERRA DO PARAGUAI

“O segundo reinado, depois das angustiosas expectativas do período revolucionário, atravessava uma época de paz, em que se consolidavam as suas conquistas no terreno da ordem e da liberdade.

(...) Em 1850 iniciava-se a plena supressão do tráfico negro, realizando-se a abolição, por etapas altamente significativas. Em 1843, D. Pedro II desposara D. Teresa Cristina Maria, princesa das Duas Sicílias, que viria partilhar com ele, no sagrado instituto da família, da mesma abnegação e amor pelo bem do Brasil.

No mundo invisível, as falanges de Ismael não se descuravam da Pátria do Evangelho (..).

De 1849 a 1852, o Brasil interferiu nas questões da Argentina e do Uruguai, contra a influência de Rosas e Oribe. (...)

Após uma das festas que comemoravam os acontecimentos, *D. Pedro II se retira silenciosamente para o recanto do seu oratório particular*. Com o espírito em prece, contempla o Crucificado, cuja imagem parece fitá-lo cheia de piedade e doçura. *Nas asas brandas do sono, o grande imperador é então conduzido a uma esfera de beleza esplêndida e inenarrável*. Parece-lhe conhecer as disposições particulares daquele sitio de doces encantamentos. Aos seus olhos atônitos surge, então, o Divino Mestre, que lhe fala como nos maravilhosos dias da ressurreição, após os martírios indizíveis do Calvário, assinalando as suas palavras com sublime brandura.

— Pedro, guarda a tua espada na bainha, pois quem com ferro fere com ferro será ferido. A tua indecisão e a tua incerteza lançaram a Pátria do Evangelho numa sinistra aventura. (...)

D. Pedro II, depois daquele sono curto, na intimidade do oratório, sono preparado pelas forças invisíveis que o rodeavam, recolheu-se ao leito, cheio de angústia e de ansiosa expectativa.

Os anos não tardaram a confirmar as advertências do Senhor, que é a luz misericordiosa do mundo. *Em 1865, quando o Brasil procurava interferir novamente nos negócios do Uruguai*, impondo a sua vontade em Montevidéu, o Paraguai se sentiu ameaçado na sua segurança e *se declarou contra o Brasil*, ferindo-se então a guerra que durou cinco longos anos de martírios e derrames de sangue fraterno.

Aliando-se aos seus amigos da Argentina e do Uruguai, o Brasil afirmou, com a vitória, a sua soberania. O próprio imperador visitou o campo de operações bélicas em Uruguaiana, onde assistiu à rendição de seis mil inimigos. Os militares brasileiros ilustram o nome da sua terra

em gloriosos feitos, que ficaram inesquecíveis. Mas, o país do Evangelho sempre foi infenso às glórias sanguinolentas. Estero Belaco, Curupaiti, Lomas Valentinas, Tuiuti, Curuzu, Itororó, Riachuelo e tantos outros teatros de luta e de triunfo, em verdade não passaram de etapas dolorosas de uma *provação coletiva, que o povo brasileiro jamais poderá esquecer*.

A realidade, entretanto, é que o Brasil retirou desse patrimônio de experiências os mais altos benefícios para a sua política externa e para a sua vida organizada, sem exigir um vintém dos proventos de suas vitórias. A diplomacia brasileira encarou de mais perto o arbítrio inviolável dos países vizinhos e uma nova tradição de respeito consolidou-se na administração da terra do Cruzeiro. Nunca mais o Brasil praticou uma intervenção indevida, trazendo em testemunho da nossa afirmativa a primorosa organização da nacionalidade argentina que, apesar da inferioridade da sua posição territorial, comparada com a extensão do Brasil, é hoje um dos países mais prósperos e um dos núcleos mais importantes da civilização americana em face do mundo.”

18 O MOVIMENTO ABOLICIONISTA

A escravidão já havia sido abolida em todas as outras nações do continente. Éramos os derradeiros remanescentes.

D. Pedro simpatizava com a idéia da extinção gradual do cativo.

Precedido de intensa campanha popular, tivemos, a 28 de setembro de 1871, o primeiro ato concreto para a gradual extinção da escravatura: a *Lei do Ventre Livre* e, exatamente catorze anos depois, a 28 de setembro de 1885, a *Lei dos Sexagenários*, que declarava livres os escravos maiores de 65 anos.

Precipitam-se os acontecimentos. Intensifica-se a já inflamada propaganda, sagrando-se campeões do abolicionismo jornalistas e tribunos de prol, dentre eles: José Bonifácio (o moço), Luís Gama, Joaquim Nabuco, Antônio Bento, Castro Alves (o poeta da raça oprimida) e José do Patrocínio.

Menos de três anos depois, a 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, na regência do império, sanciona a *Lei Áurea*, curta na extensão do texto, mas longa, extremamente longa no significado social e político: *“É declarada extinta, desde a data desta lei, a escravidão no Brasil”*

Apanhemos, ao acaso, as opiniões de alguns historiadores sobre o marcante evento.

João Ribeiro (op. ref. em (24), p. 408): “Entretanto, essa lei, mais que toda humana e cristã, ameaçava o trabalho e feria gravemente os interesses dos agricultores.”

Hélio Vianna (op. ref. em (20), p. 215): “Ao contrário do que pensavam os pessimistas, não se verificou nas zonas agrícolas do país, onde era maior o número de escravos, o abandono, em massa, dos trabalhadores. A maioria continuou a residir nas fazendas, passando a receber pagamento regular pelos serviços prestados.”

Pedro Calmon (op. ref. em (21), vol. V, p. 1.810):

“A cerimônia da assinatura, no Paço da Cidade, foi indescritível nos seus tons emocionantes, o povo a vitoriar a “Redentora”, oradores deslumbrados, pelas ruas uma onda sonora, de festa desfeita. Embriaguez de regozijo; a Confederação Abolicionista dirigindo tudo; Patrocínio, de joelhos, a querer beijar os pés da regente, e retórico, transfigurado: “Minha alma sobe de joelhos nestes Paços!”

A VERSÃO DO PLANO EXTRAFFSICO

Eis, resumidamente, o relato de Humberto de Campos (Espírito):

“Haviam terminado os movimentos bélicos da guerra com o Paraguai e o país voltava a respirar os ares da esperança. Então, nessa época e nos anos posteriores, *todos os espíritos cultos da pátria se levantaram com desassombro, para amparar o movimento abolicionista.*

Os gênios tutelares do mundo espiritual inspiravam a todos os políticos e escritores e, se havia fazendeiros constituindo o mais sério sustentáculo da escravidão, dentro das classes conservadoras, inúmeros outros elementos existiam, como no Amazonas e no Ceará, que alforriavam os seus servidores, nos mais belos gestos de filantropia.

As falanges de Ismael contavam colaboradores decididos no movimento libertador, quais Castro Alves, Luís Gama, Rio Branco e Patrocínio. A própria Princesa Isabel, cujas tradições de nobreza e bondade jamais serão esquecidas no coração do Brasil, *viera ao mundo com a sua tarefa definida no trabalho abençoado da abolição. (...)*

D. Pedro se reconfortava com essas doutrinações das massas, no seu liberalismo e na sua bondade de filósofo. (...) Foi, pois, com especial agrado, que acompanhou a deliberação de sua filha, de sancionar, a 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre que garantia no Brasil a extinção gradual do cativo, mediante processos pacíficos. Seu grande coração, no âmbito das suas impressões divinatorias, sentia que a abolição se faria nos derradeiros anos do seu governo. (...)

Nos espaços, Ismael e suas falanges procuravam orientar os movimentos republicanos e abolicionistas, com alta serenidade e esclarecida prudência, no propósito de evitar os abomináveis derramamentos de sangue por desvarios fratricidas.

À esse tempo, já Ismael possuía a sua célula construtiva da obra do Evangelho no Brasil, célula que hoje projeta a sua luz de dentro da Federação Espírita Brasileira, e de onde, espiritualmente, junto dos seus companheiros desvelados, procurava unir os homens na grandiosa tarefa da evangelização. (...)

Ismael trazia então a sua atenção carinhosa voltada para a solução do problema abolicionista, que deveria resolver-se dentro da harmonia de todos os interesses e estreme do sangue das guerras civis. Confiando ao Senhor as suas expectativas, falou-lhe o Mestre:

— Ismael, o sonho da liberdade de todos os cativos deverá concretizar-se agora, sem perda de tempo. Prepararás todos os corações, a fim de que as nuvens sanguinolentas não manchem o solo abençoado da região do Cruzeiro. Todos os emissários celestes deverão

conjugar esforços nesse propósito e, em breve, teremos a emancipação de todos os que sofrem os duros trabalhos do cativo na terra bendita do Brasil.

O grande enviado redobrou suas atividades nos bastidores da política administrativa.

(...) Ismael articula do Alto os elementos necessários à grande vitória. O generoso imperador é afastado do trono, nos primeiros meses de 1888, *sob a influência dos mentores invisíveis da pátria*, voltando a Regência à Princesa Isabel, que já havia sancionado a lei benéfica de 1871. *Sob a inspiração do grande mensageiro do Divino Mestre*, a princesa imperial encarrega o Senador João Alfredo de organizar novo ministério, que veio a compor-se de espíritos nobilíssimos do tempo. Os abolicionistas compreendem que lhes chegara a possibilidade maravilhosa e a 13 de maio de 1888 é apresentada à regente a proposta de lei para imediata extinção do cativo, lei que D. Isabel, *cercada de entidades angélicas e misericordiosas*, sanciona sem hesitar, com a nobre serenidade do seu coração de mulher.

(...) Patrocínio, intuitivamente, no arrebatamento do seu júbilo, se arrastou de joelhos até aos pés da princesa piedosa e cristã. Por toda parte, espalharam-se alegrias contagiosas e comunicativas esperanças. O marco divino da liberdade dos cativos erguia-se na estrada da civilização brasileira, sem a maré incendiária da metralha e do sangue.

(...) Nessa noite, enquanto se entoavam hosanas de amor no Grupo Ismael e a princesa imperial sentia, na sua grande alma, as comoções mais ternas e mais doces, os pobres e os sofredores, recebendo a generosa dádiva do céu, iam reunir-se, nas asas carícias do sono, aos seus companheiros da imensidade, levando às Alturas o preito do seu reconhecimento a Jesus que, com a sua misericórdia infinita, lhes outorgara a carta de alforria, incorporando-se, para sempre, ao organismo social da pátria generosa dos seus sublimes ensinamentos.”

DEPOIMENTO

Pela acentuada conexão com o regime escravagista e, sobretudo, pelos valiosos ensinamentos contidos, merece resumida e inserta nestes ensaios a mensagem⁴⁴ de J. P., recebida psicofonicamente, na noite de 13 de maio de 1954, pelo médium Francisco Cândido Xavier.

O Espírito comunicante visitara anteriormente o grupo mediúnico, sendo socorrido pela doutrinação evangélica.

Fora candidato ao renascimento que não chegou a positivar-se.

Esclarece que viveu em Vassouras, “a fidalga Vassouras do Segundo Império”.

Em uma reunião da Câmara de Vereadores, de que participara, dirigiu, colérico, o grupo contrário às propostas abolicionistas, que foram rejeitadas.

⁴⁴ (44) XAVIER, Francisco Cândido. Espíritos diversos. Organizador: ROCHA, Arnaldo. Instruções Psicofônicas. Rio de Janeiro, Federação Espirita Brasileira, 3.^a ed. 1974, p. 53.

De volta ao lar, soube que o inspirador da providência fora seu escravo Ricardo, quinhoado por inteligência invulgar, que traduzia o francês com facilidade, e que, muitas vezes, fora seu orientador nos problemas graves e irmão nas horas difíceis.

Decidiu puni-lo severamente.

Amarrado ao tronco, o cativo respondeu serenamente às inquirições, atitude que atizou a ira de J. P.

“Reuni minha gente e as pancadas — triste é recordá-las! — dilaceraram-lhe o dorso nu, sob meus olhos impassíveis.”

O sacrifício prosseguiu com o *esmagamento dos pés e das mãos*.

Desatados os grilhões, “aquele homem (...) inclinou-se à maneira de um cão agonizante e beijou-me os pés...”

Passaram-se os anos e J. P. também largou o corpo carnal.

Os sofrimentos que lhe advieram doíam-lhe muito mais, no imo do ser, que os açoites, no dorso desnudo de Ricardo.

Em dado momento, ouviu-lhe a voz:

— “Meu filho!... meu filho!...”

Com emoção indizível, vi-me de novo nos braços de Ricardo, nele identificando meu próprio pai. . . meru próprio pai que eu algemara cruelmente ao poste de martírio e a cuja flagelação eu assistira, insensível, até ao fim... (...) desprendi-me dos braços carinhosos que me enlaçavam e busquei a sombra (...), a fim de chorar o remorso que meu pai, meu amigo, meu escravo e minha vítima não poderia compreender. . .

(...) após tantos anos de inquietação, reconheci, assombrado, que meus pés e minhas mãos estavam retorcidos... (...) comecei a ouvir palavras diferentes, ensinamentos diversos, explanações renovadoras.

Queria renascer, projetando-me em vosso ambiente . . . Para isso, busquei-vos como o sedento anseia pela fonte. . . E tudo fiz para exteriorizar-me; entretanto, eu não possuía forças para mentalizar as mãos e os pés!... ⁴⁵

Nesse ínterim, contudo, os instrutores de vossa casa me socorreram. . .

Amigos, eis que nos achamos em 13 de maio de 1954! *1#

Para minha alma, depois de 66 anos, raia um novo dia.;..

Para mim, a luz não tarda!... a luz de renascer! E assim me expressei, porque somente na esfera de luta em que vos encontrais como privilegiados •tarefeiros, por bondade de Nosso Senhor Jesus-Cristo, é que poderei encontrar o sol da redenção.” (São nossos os grifos.)

Em absoluto, não é nossa intenção esvurmar os desacertos de quem quer que seja, pelo prazer de difamar. Pretendemos, isto sim, em harmonia com a orientação de São Luís, em “O

⁴⁵ (45) Explicação para certas deformidades de nascença (congenitas).

Evangelho segundo o Espiritismo”⁴⁶, colher ensinamentos de experiências alheias, para nos prevenirmos contra as tentações da cólera, da violência da impulsividade.

Por outro lado, não basta diagnosticar a enfermidade: cumpre prescrever ao paciente a medicação indicada para lhe debelar o mal e restituir-lhe a saúde.

Ei-la:

Estrela oculta⁴⁷

“Quando a tempestade da cólera explode no ambiente, despedindo granizos dilacerantes, vemo-la por antena de amor, isolando-lhe os raios, e se o temporal da revolta encharca os que tombam na estrada sob o visco da lama, ei-la que surge igualmente por força neutralizante, subtraindo o lodo e aclarando o caminho. . .

Remédio nas feridas profundas que se escondem na alma, ante os golpes da injúria, é bálsamo invisível, lenindo toda chaga.

Socorro nobre e justo, é a luz doce da ausência, ajudando e servindo onde a leviandade arroja fogo e fel.

Filha da compaixão, auxilia sem paga impedindo a extensão da maldade infeliz. . .

Ante a sua presença, a queixa descabida inter-rompe-se e pára, e o verbo contundente empalidece e morre.

Onde vibra, amparando, todo ódio contém-se, e o incêndio da impiedade apaga-se de chofre. . .

Acessível a todos, vemo-la em toda parte, onde o homem cultive a caridade simples, debruçando-se, pura, à maneira de aroma envolvente e sublime, anulando o veneno em que a treva se nutre. . .

Guardemo-la conosco, onde formos chamados, sempre que o mal reponte, delinquente e sombrio, porque essa estrela oculta, ao alcance de todos, é a prece do silêncio em clima de perdão.

Emmanuel”

19 A REPÚBLICA

A abolição e a república mantêm íntima correlação, podendo, mesmo, dizer-se que seus ascendentes se interpenetram.

Cessada, em 1870, a guerra do Paraguai — que o fora mais contra Solano López que propriamente contra o povo guarani — fundara-se o Partido Republicano.

⁴⁶ (46) Op. cit. em (19), cap. X, n? 19. “(...) que ninguém tem o direito de repreender o seu próximo? (...) deves fazê-lo com moderação, para um fim útil, e não, como as mais das vezes, pelo prazer de denegrir. (...) no primeiro, é um dever que a caridade manda seja cumprido com todo o cuidado possível.”

⁴⁷ (47) XAVIER, Francisco Cândido. Espíritos diversos. Paz e Renovação. Uberaba, MG, Comunhão Espírita Cristã, 1972, 3.® edição, p. 63.

Ambas as campanhas — a abolicionista e a republicana —, em estreita conexão, inflamavam a alma popular.

A supressão do trabalho escravo, em que se esteava a economia do império, marcou a definitiva entrada em órbita do processo republicanizante.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães e Floriano Peixoto são os chefes que galvanizam a simpatia do Exército. O marechal Manuel Deodoro da Fonseca aderiu, sem mais delongas, à dupla memorável e, a 15 de novembro de 1889, à frente da tropa, no Rio de Janeiro, proclamou a República, dando apenas forma exterior ao sentimento íntimo do povo.

D. Pedro II, o imperador magnânimo, que foi grande na ascensão, tornou-se maior na queda, pois que preferiu a renúncia ao poder temporal, sem lutas, a permanecer apegado à instituição monárquica, mediante derramamento de sangue.

Em seu próprio dizer, sereno e resignado, a deposição era-lhe a carta de alforria.

Deliciemo-nos, a seguir, com as narrações do além-túmulo.

“No mundo invisível, reúne o Senhor as falanges benditas de Ismael e dos seus dedicados colaboradores e, enquanto as luzes tênues douravam o éter da imensidade, que se enfeitava de luminosas flores dos jardins do Infinito, falou a sua voz, como no crepúsculo admirável do Sermão da Montanha.

— “Irmãos, a Pátria do Evangelho atinge agora a sua maioria coletiva. Profundas transições assinalarão a sua existência social e política, (...) Necessário é separemos agora o organismo político do Brasil dos alvitres permanentes e constantes do mundo espiritual, para que todos os seus empreendimentos sejam devidamente valorizados. (...) Acompanharemos, indiretamente, o Brasil, onde as sementes do Evangelho foram joradas a mancheias, a fim de que o seu povo, generoso e fraternal, possa inscrever mais tarde a sua gloriosa missão espiritual nas mais belas páginas da civilização, em o livro de ouro dos progressos do mundo. (...) urge reformemos também as nossas atividades, concentrando-as na obra espiritual da evangelização de todos os espíritos localizados na região do Cruzeiro.

“Consolidareis o *templo de Ismael*, para que do seu núcleo possam expandir-se, por toda a extensão territorial da pátria brasileira, as claridades consoladoras da minha doutrina de redenção, de piedade e de misericórdia. (...) Abrireis para a caravana do Evangelho, que marcha ao longo dos caminhos da sombra, a *estrada da revolução interior*, cujo objetivo único | a reforma de cada um, sob o fardo das provas, sem o recurso à indisciplina perante as leis estatuídas no mundo e *sem o auxílio das armas homicidas*.

“A Nova Revelação não é dada para que se opere a conversão compulsória de César às coisas de Deus, mas para que César esclareça o seu próprio coração, edificando-se no exemplo dos seus subordinados e tornando divina a sua imperfeita obra terrestre. (...)

“A proclamação da República Brasileira, como índice da maioria coletiva da nação do

Evangelho, há de fazer-se sem derramamento de sangue (. . .). Doravante, o Brasil político será entregue à sua responsabilidade própria. As transições se realizarão acima de todos os cultos religiosos, para que todas as conquistas se verifiquem fora de qualquer eiva de sectarismo. Os discípulos do Evangelho sofrerão, certamente, os efeitos dolorosos da borrasca em perspectiva; *estaremos, porém, a postos, sustentando* o Brasil espiritual, que, de ora em diante, passará a ser o nosso precioso patrimônio. Articularemos todas as possibilidades e energias em favor do Evangelho, no país inteiro, e a obra de Ismael derramará as bênçãos fulgurantes do céu sobre todos os corações, na estrada de todos os felizes e de todos os tristes da Terra.

“Acordemos a alma brasileira para a luminosa alvorada desse novo dia!

“ Bem-aventurados todos os trabalhadores da seara divina da verdade e do amor, pois deles é o reino imortal da suprema ventura!”

As falanges do Infinito, sob as bondosas determinações do Divino Mestre preparam, então, o último acontecimento político, que se verificaria com o seu amparo direto e que constituiria a proclamação da República.

Todas as grandes cidades do país, com o Rio de Janeiro na vanguarda, se entregam à propaganda aberta das idéias republicanas. (. . .) Entre os seus organizadores, preponderam os elementos positivistas, para que as novas instituições não pecassem pelos excessos da paixão sanguinolenta dos sectarismos religiosos, e, a 15 de Novembro de 1889, com a bandeira do novo regime nas mãos de Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Lopes Trovão, Serzedelo Corrêa, Rui Barbosa e toda uma plêiade de inteligências cultas e vigorosas, o Marechal Deodoro da Fonseca proclama, inopinadamente, no Rio de Janeiro, a República dos Estados Unidos do Brasil.

O grande imperador recebe a notícia com amarga surpresa. (. . .)

Os instantes de surpresa, contudo, foram rápidos.

O nobre monarca repeliu todas as sugestões que lhe eram oferecidas pelos espíritos apaixonados da Coroa, no sentido da reação.

Confortado pelas luzes do Alto, que o não abandonaram em toda a vida, D. Pedro II não permitiu que se derramasse uma gota de sangue brasileiro (. . .) e, com lágrimas nos olhos, rejeita as elevadas somas de dinheiro que o Tesouro Nacional lhe oferece, *para aceitar somente um travesseiro* de terra do Brasil, a fim de que o amor da Pátria do Cruzeiro lhe santificasse a morte, no seu exílio de saudade e pranto.

Visitado pelo Visconde de Ouro Preto, no mesmo dia em que este chegava à capital portuguesa, o imperador lhe declara com serena humildade:

— *Em suma, estou satisfeito. . .*

E, referindo-se à sua deposição, acrescenta:

— *É a minha carta de alforria. Agora posso ir aonde quiser.”*

Do outro lado da vida, desligado da evidência terrena, o nobre monarca, assinando-se

simplesmente Pedro de Alcântara, nos brindá, pela mediunidade de Francisco Cândido Xavier, com este belo decassílabo:

[Página de gratidão](#)⁴⁸

Tangendo as cordas da harpa da saudade,

Venho ao Brasil buscar a essência pura

Do amor da pátria minha, da doçura

Da flor cheia do aroma da amizade?^

Prende-me o coração a suavidade

Desse arroubo de afeto e de ternura

Dalma do povo meu, que de ventura

E de alegria o espírito me invade.

Do misterioso aquém da morte, eu vejo,

Sentindo, essa onda intensa e luminosa

Da afeição, que idealiza o meu desejo:

E tendo a gratidão por companheira,

Volvo ao pátrio torrão de alma saudosa,

Amando mais a Terra Brasileira.

SOB NOVO PRISMA

Diversas personalidades que desempenharam preeminente papel na propaganda e na consolidação da república, transmitiram, do além-túmulo, seus depoimentos, pelo médium Xavier.

Permitimo-nos extrair, de “Falando à Terra”⁴⁹, duas das numerosas pérolas engastadas nesse fulgurante colar:

[Impressões](#)

Deodoro da Fonseca

“Muitos espíritos comodistas enxergaram em nós somente o pupilo ingrato do grande Imperador e nos cumularam de sarcasmo e sofrimento que nos seguiram até à morte do corpo; mas outros, tanto quanto nós mesmos, conseguiram reconhecer no homem pequenino, que as circunstâncias arrebatavam ao anonimato, o simples instrumento do progresso renovador.

Não comparecemos, pois, a tribuna que o Espiritismo nos oferece, para lamentar o passado ou repisar mágoas que a memória humana ainda não esqueceu. Nosso intuito, em rememorando a consagração definitiva dos nossos ideais republicanos, é o de alongar os olhos mais ao centro de nossas realidades essenciais.

⁴⁸ (48) Op. ref. em (13), p. 454.

⁴⁹ (49) XAVIER, Francisco Cândido. Espíritos diversos. Falando à Terra. Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira, 1974, pp. 33 a 37.

Indubitavelmente, na hora de emancipação do poder, não seria lícito buscar outros padrões para a constituição orgânica da comunidade nacional senão naquelas fontes visceralmente democráticas que os povos avançados nos ofereciam; e a nata intelectual, como também o escol político, se debruçaram sobre os princípios de Auguste Comte e devoraram as tradições inglesas e norte-americanas, com a volúpia do artista de imaginação superexcitada que descobrisse no vasto território brasileiro uma nova Hélade, brilhante e gloriosa, perfeitamente habilitada à assimilação de princípios sublimes e soberanos, sem qualquer serviço preparatório do entendimento popular.

Cabe-nos confessar hoje, honestamente, que ignorávamos a nossa condição de povo juvenil, com idiosincrasias que não pudéramos perceber; em vão tentamos o transplante das árvores ideológicas da Inglaterra, da França e da Suíça para a nossa gleba político-administrativa, de vez que o conceito de Estado não passava de idéia pragmática em nossa mente coletiva, ainda incapaz de vivê-la no trabalho e na responsabilidade, no pensamento e na emoção dos povos que se ergueram para tomar as rédeas dos próprios destinos.

A República foi *descerrada ao espírito brasileiro* na hora certa; e se é verdade que pecamos por incapacidade de supervisão das nossas exigências objetivas, não é menos certo que cada coletividade, quanto cada individuo, desfruta o direito de evoluir e, conseqüentemente, a prerrogativa de experimentar e de errar, no sentido construtivo, pavimentando o próprio caminho de acesso aos mais altos valores da Civilização.

Apasionados, presentemente, pela obra de educação e assistência, antes de quaisquer conquistas novas em matéria de liberdades públicas, *aguardamos, com alegria, a vocação ao retomo à lide carnal para melhor servir à Pátria*, credora do nosso mais alto espírito de renúnciação.

Efetivamente, não dispomos ainda do equipamento industrial, dos recursos técnicos, da disciplina e das virtudes públicas que caracterizam as comunidades anglo-saxônicas; mas a grande balança do mundo, todavia, acusa, em nosso favor, uma civilização respeitável ao calor dos trópicos (...); o desprendimento da posse material e, sobretudo, a devoção sublime à Humanidade que converteu os nossos oito milhões e meio de quilômetros quadrados em Novo Lar do Evangelho redivivo para o mundo faminto de verdadeira regeneração.

Exalçando, assim, o Brasil, berço de nossas melhores aspirações, saudamos o nosso glorioso futuro, rogando a Deus que tenhamos a coragem de sermos *nós mesmos*, unidos na execução do novo mandamento, que para os jovens da Nação pode ser resumido numa simples palavra: — *trabalhar*." (À exceção dos dois últimos, são nossos os grifos.)

“Brasil! Quando os povos cultos e poderosos exibem o verbo da força pela boca dos canhões, revivendo milenários estigmas da destruição e da morte, nós, os teus tutelados felizes, podemos exaltar-te o heroísmo silencioso. Adotaste-me por filho afortunado, quando te bati à porta acolhedora, fugindo ao céu borrascoso e sombrio do Velho Mundo. (...)

Possa continuar ecoando em teus santuários e parlamentos, cidades e vilarejos, vales e montanhas, florestas e caminhos, a palavra imortal do Mestre da Galiléia! Conserva a tua vocação de fraternidade, para que os mananciais da bênção divina jorrem luz e paz sobre a tua frente dignificada pelo esforço cristão na concórdia e na atividade fecunda. Guarda o teu augusto patrimônio de liberdade a distância de todos os gigantes do terror, dos deuses da carniça e dos gênios da brutalidade, que tentam ressuscitar os fósseis da tirania. Elege o trabalho por bússola do *progresso e da ordem*, porque de tuas arcas dadivosas manará novo alimento para o mundo irredimido. Templo de solidariedade humana, teu ministério de pacificação e redenção apenas começa... Novo hino será desferido por tua voz no coro das nações. Nem Atenas adornada de filósofos, nem Esparta pejada de guerreiros. Nem estátuas impassíveis, nem espadas contundentes. Nem Roma, nem Cartago. Nem senhores, nem escravos. *Desdobrem-se, isto sim, em teu solo amoroso os ramos viridentes da Árvore do Evangelho*, a cuja sombra inviolável se mitigue a sede multimilenar do homem fatigado e deprimido! (...)

Grande Brasil! Berço de triunfos esplêndidos, aberto à glorificação do Cristo, seja Ele a tua inspiração redentora, o teu apoio infalível, a trave-mestra de tua segurança; e, enaltecendo o messianismo do teu povo fraterno, em cujo seio generoso se extinguem todos os ódios de raça e se expungem todas as fronteiras do separatismo destruidor, que o Mestre encontre no âmago de teu coração o sagrado poiso das Boas-Novas de Salvação, descendo, enfim, da cruz de nossa impenitência multissecular para conviver com a Humanidade terrestre, para sempre.” (Os grifos são nossos.)

20 ALLAN KARDEC

Feitas referências a alguns dos mais importantes acontecimentos de nossa história, detenhamos nossa observação no surgimento do Espiritismo, na sua consolidação e no cumprimento que vem sendo dado à missão, que lhe é específica, de restaurar o Cristianismo, em toda pureza e simplicidade, dos tempos de Jesus.

⁵⁰ (50) Op. ref. em (49), pp. 11 a 16.

NAPOLEAO BONAPARTE

Lemos em “A Caminho da Luz” (História da Civilização à Luz do Espiritismo)⁵¹, de Emma- nuel:

“O humilde soldado corso, destinado a uma grande tarefa na organização social do século XIX, *não soube compreender as finalidades da sua grandiosa missão*. Bastaram as vitórias de Árcole e de Rívoli, com a paz de Campoformio, em 1797, para que a vaidade e a ambição lhe ensombrassem o pensamento.

Sua fronte de soldado pode ficar laureada, para o mundo, de tradições gloriosas, e verdade é que ele foi um missionário do Alto, embora traído em suas próprias forças; mas, no Além, seu coração sentiu melhor a amplitude das suas obras, considerando providencial a pouca piedade da Inglaterra que o exilou em Sta. Helena após o seu pedido de amparo e proteção. Santa Helena representou para o seu espírito o prólogo das mais dolorosas e mais tristes meditações, na vida do Infinito.” (Os grifos são nossos.)

O MISSIONÁRIO

“A ação de Bonaparte, invadindo as searas alheias com o seu movimento de transformação e conquistas, fugindo à finalidade de missionário da reorganização do povo francês, compeliu o mundo espiritual a tomar enérgicas providências contra o seu despotismo e vaidade orgulhosa. Aproximavam-se os tempos em que Jesus deveria enviar ao mundo o Consolador, de acordo com as suas auspiciosas promessas.

Apelos ardentes são dirigidos ao Divino Mestre, pelos gênios tutelares dos povos terrestres. Assembléias numerosas se reúnem e confraternizam nos espaços, nas esferas mais próximas da Terra. Um dos mais lúcidos discípulos do Cristo baixa ao planeta, compenetrado de sua missão consoladora, e, dois meses antes de Napoleão Bonaparte sagrar-se imperador, obrigando o papa Pio VII a coroá-lo na igreja de Notre-Dame, em Paris, nascia Allan Kardec, aos 3 de outubro de 1804, com a sagrada missão de abrir caminho ao Espiritismo, a grande voz do Consolador prometido ao mundo pela misericórdia de Jesus-Cris- to.” (Os grifos são nossos.)

QUEM FOI ALLAN KARDEC

Nada melhor que a erudita síntese de J. Herculano Pires⁵² para enriquecer nossos pobres comentários:

“ALLAN KARDEC nasceu a 18 de abril de 1857, em Paris. Sua certidão de nascimento não foi passada em cartório, mas impressa nas oficinas do editor Didier e exposta ao público

⁵¹ (51) Op. ref. em (1), pp. 192 a 194.

⁵² (52) PIRES, J. Herculano. Quem foi Allan Kardec. In: MORE3L, André. Vida e Obra de Allan Kardec / La Vie et l'Oeuvre d'Allan Kardec, Editions Sperar — Paris, 1961 / Trad. MAILLET, Miguel. São Paulo, EDICEL, 1965, p. 7.

na sua livraria. Cada cidadão que adquiria um volume da nova obra tomava conhecimento da existência de um novo escritor, que surgia do longínquo passado gaulês: o sacerdote druida Allan Kardec, então reintegrado na vida moderna da antiga e misteriosa pátria. Mas, reintegrado como, de que maneira? Através da re- encarnação, na pessoa do prof. Denizard Hippolyte

Léon Rivail⁵³ que, por sua vez, nascera em Lyon, às 19 horas do dia 3 de outubro de 1804, à rua Sala, 76, filho de Jean Baptiste-Antoine Rivail, juiz, e sua esposa Jeanne Duhamel.

Entre o nascimento de Denizard e o de Allan Kardec há meio século de distância. Não obstante, são ambos o mesmo espírito, a mesma criatura de Deus, a serviço dos homens na Terra. Duas pessoas distintas, num único espírito verdadeiro. Semelhante ao mistério da Trindade, mas explicável pela re- encarnação e democratizado pelo Espiritismo. Hoje sabemos, graças ao conhecimento da lei das vidas sucessivas, que um mesmo espírito desempenha o papel de várias pessoas, no plano existencial, no processo natural do seu desenvolvimento, da sua evolução. Kardec é a primeira prova e a primeira confissão pública, universal, dessa verdade tantas vezes revelada e tantas vezes negligenciada pela Humanidade.

O fenômeno Allan Kardec assustou o mundo, em meados do século XIX. Um druida redivivo, mas na carne e no espírito de um francês, voltava a ensinar os segredos do *Círculo de Abred*. A França, e particularmente Paris, capital cultural do mundo, estremeciam e faziam estremecer a Europa e os demais continentes. Dez anos antes, ocorrera nos Estados Unidos o episódio mediúnico das irmãs Fox. A América mandara sua mensagem à Europa, através das mesas girantes. Mas a Europa rira da ingenuidade americana e transformara as famosas mesinhas em passatempo das altas rodas. Agora, o pensamento francês se apossava do segredo das mesas girantes e decifrava a mensagem secreta. Fora necessária a re- encarnação de um druida, para que a orgulhosa Europa pudesse compreender a mensagem da América nascente.

O susto de 1857 provocou reações em todo o mundo. Mas Allan Kardec assumira a direção do movimento espírita. A velha Europa sancionava a revelação da jovem América. As profecias ingênuas de Andrew Jackson Davis adquiriam foros de ciência, no pensamento e nas experiências de Kardec.

E dali a pouco os cientistas, os conspícuos cientistas europeus, a começar dos ingleses, com William Crookes à frente, e a desembocar novamente na França, com Charles Richet e sua ciência metapsíquica, agitariam sobre o mundo em pânico a prova dos seus fantasmas. Não fosse a serenidade druídica de Kardec, apoiada na maturidade cultural de Denizard

⁵³ (52-A) O nome correto e por extenso, do Codificador, escreve-se Hippolyte Léon Denizard Rivail (cf. Reformador de abril de 1963, p. 95, "Kardec e seu nome civil". Na obra Allan Kardec, de Zêus Wantuil e Francisco Thiesen, o assunto é amplamente examinado. Nota da Editora (FEB).

Rivail, e as mesas girantes não sairiam do plano da frivolidade. O mundo continuaria na sua doce rotina, e os homens dormiriam por mais alguns séculos na embriaguez da carne, tentando negar, com o bisturi e o telescópio, a sua natureza espiritual e a existência de Deus.

Ainda hoje, o mundo assustado continua a rejeitar os fantasmas de Crookes e Richet. Incômodos, importunos fantasmas, que tiram o sono, ao mesmo tempo, a teólogos e cientistas. Para afugentá-los, todas as artimanhas foram utilizadas. Os teólogos se apegaram ao Diabo, e os homens de ciência inventaram farsas e truques inomináveis. Transformaram os seus mais eminentes colegas em velhos gagás, iludidos por trapaceiros incultos, como o cocheiro de Argel, no caso das materializações de Vila Carmen. Na Espanha, velha e incorrigível inquisidora, as obras de Kardec foram queimadas em praça pública. Surgiram as novas Cruzadas: os cavaleiros feudais do materialismo e do religiosismo dogmático lançaram-se contra o druida reencarnado. Mas Kardec enfrentou a luta e mostrou-se inacessível como o Santo Sepulcro.

Cem anos depois, quando se comemorava o I Centenário do Espiritismo, os cruzados do estranho conúbio ainda não haviam deposto as suas armas. Continuavam a esgrimir contra os fantasmas do Espiritismo, mas a distância. E enquanto isso, novos cientistas, a partir novamente da América, voltavam a insistir nos caminhos de Crookes e Richet. A Europa endossava outra vez a mensagem americana, instalando cadeiras e laboratórios de Parapsicologia em suas Universidades. Em Londres e em Cambridge, velhos centros mundiais de pesquisas metafísicas, ressurgiam as superstições anticientíficas, dentro da própria ciência. E a ciência orgulhosa era de novo manchada pelas teorias da sobrevivência espiritual do homem, como a de Soai na Universidade de Londres e a de Whatelly Carington na Universidade de Cambridge. Terrível avanço da História, que nada pode deter! Os fantasmas estão agora pairando sobre o genocídio dos cogumelos atômicos. E ameaçam, na Terra e no Espaço, o prestígio moderno dos astronautas.

Sabemos, assim, quem foi Allan Kardec. O progresso humano | realizado pelos homens, como querem os energúmenos do materialismo científico. Mas os homens não estão limitados à condição efêmera e a perpétua frustração do existencialismo sar- treano. Pelo contrário, perfeitamente integrados no processo cósmico, sujeitos às mesmas leis que estruturam e desenvolvem o Universo, os homens são as almas druidicas, que sobem incessantemente do abismo de *Anunf* ao círculo luminoso de *Gwynfyd*, a morada de Deus. Os homens não são apenas corpos materiais. São a alma viajora de Plotino, que mergulha nas *hipóstases* inferiores para subir depois às superiores. A história é feita pelos homens-espíritos e não pelos homens-corpos. E Allan Kardec é um desses estranhos viajores, que voltou de *Gioynfyd* ao abismo de *Anunf*, através do *Círculo de Abred* da Reencarnação, para impulsionar a História Palinge- nésica da Terra.”

21 VANGUARDA

Zêus Wantuil, em seu “Grandes Espíritas do Brasil”⁵⁴, ao biografar o vulto inolvidável de Luís Olímpio Teles de Menezes, brindou os estudiosos da Terceira Revelação com uma excelente colaboração para a *Pré-história do Espiritismo no Brasil*.

Informa o ilustre biógrafo:

“Foi em meados de 1853 que as primeiras manifestações espíriticas, através das chamadas “mesas girantes e falantes”, entraram no Brasil⁵⁵. Os singulares fenômenos, que então empolgavam a América do Norte, a Europa e parte da Ásia, eclodiram, quase que simultaneamente, na Corte do Rio de Janeiro, no Ceará, em Pernambuco e na Bahia. Figuras ilustres de nossa Pátria, como o Marquês de Olinda, os Viscondes de Uberaba e de Monte Alegre,

o Barão de Cairu (Bento da Silva Lisboa), o Conselheiro Barreto Pedroso, o monsenhor Joaquim Pinto de Campos, o magistrado Dr. Henrique Veloso de Oliveira, o historiador Alexandre José de Melo Moraes, o Dr. Sabino Olegário Ludgero Pinho, o Professor Dr. José Maurício Nunes Garcia, os Generais José Inácio de Abreu e Lima e Pedro Pinto, etc., foram alguns dos homens notáveis da época interessados na observação e no estudo dos incipientes fenômenos espíritas, então complementados por assombrosos diagnósticos e curas de doenças que se obtinham por intermédio de sonâmbulos, e de cuja veracidade deram testemunho inúmeros outros políticos, médicos e pessoas gradas da sociedade, conforme o noticiário publicado nos jornais daqueles tempos.

Foram, todavia, as “mesas girantes” o fenômeno que mais impressionara a letrados e iletrados.”

Poucos anos depois, o Brasil recebia os primeiros livros da Codificação, em francês.

A primeira obra espírita impressa no Brasil (e possivelmente na América do Sul) foi “Les temps sont arrivés” (Os tempos são chegados), ainda em francês.

Em seguimento, traduzido para o português, tivemos o opúsculo “O Espiritismo na sua mais simples expressão”. A tradução é devida a Alexandre Canu.

As primeiras atividades espíritas passaram a ser desenvolvidas em *grupos familiares*, constituídos de reduzido número de pessoas.

BERÇO DO ESPIRITISMO

Releva notar que a Bahia, com um pugilo de idealistas, tendo à frente *Luís Olímpio Teles de Menezes*, é considerada o berço do Espiritismo organizado, no Brasil.

É, em verdade, na “Leal e Valorosa Cidade do Salvador”, que se desdobra, em proficuas

⁵⁴ (53) WANTUIL, Zêus. *Grandes Espíritas do Brasil*. Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira, 1969, pp. 563 a 590.

⁵⁵ (54) Quatro anos, portanto, antes da publicação de *O Livro dos Espíritos*.

atividades, aquele vulto, duplamente precursor do Espiritismo, na Pátria do Evangelho.

É ele que “organiza uma sociedade nos moldes desejáveis, regida por Estatutos que facultavam o ingresso de quaisquer estudiosos e instituíam o trabalho assistencial nos meios espíritas”.

“Fundou-se assim, a 17 de setembro de 1865, o “GRUPO FAMILIAR DO ESPIRITISMO”, o primeiro e legítimo agrupamento de espíritas no Brasil, destinado igualmente a orientar a propaganda e a incentivar a criação de outras sociedades semelhantes pelo resto do País.”

E, ainda, “o dinamismo e o amor à Causa revelados por Olímpio Teles conseguiram vencer todos os obstáculos. Em julho de 1869, três meses após a desencarnação de Allan Kardec, o primeiro periódico espírita finalmente aparecia no Brasil: “O Eco d’Além-Túmulo”, com o subtítulo — *Monitor do Espiritismo no Brasil*, de publicação bimestral.

Luís Olímpio sempre enfrentou, desassombradamente, os ataques dirigidos contra a doutrina nascente. O episódio, a seguir descrito, é característico.

O “Diário da Bahia”, dos dias 26 e 27 de setembro de 1865, transcreveu, em tradução, o trabalho do Dr. Déchambre, publicado, havia seis anos, na “Gazette Médicale”, de Paris.

Teles de Menezes, José Álvares do Amaral e o Dr. Joaquim Carneiro de Campos subscreveram e publicaram, no mesmo jornal, no dia 28 do referido mês de setembro de 1865, artigo refutando o trabalho do citado Dr. Déchambre.

REPERCUSSÃO

O artigo chegou ao conhecimento do próprio Allan Kardec, que fez publicar, na “Revista Espírita”⁵⁶, o seguinte tópico:

“O Espiritismo no Brasil (Extraído do “Diário da Bahia”)

Sob o título de *A Doutrina Espírita*, o “Diário da Bahia” de 26 e 27 de setembro de 1865 contém dois artigos, que são a tradução em português dos que foram publicados há seis anos pelo Dr. Déchambre na “Gazette Médicale” de Paris. (...)

Tendo sido esse artigo pura e simplesmente reproduzido sem comentários, nada prova, da parte do jornal brasileiro, uma hostilidade sistemática contra a doutrina. (...) O que provaria é seu afã em inserir, no número seguinte, de 28 de setembro, a refutação que os espíritas da Bahia lhe dirigiam, e que está assim concebida:

“Senhor redator,

Como sois de boa-fé, no que concerne à doutrina do Espiritismo, rogamos a bondade de publicar no “Diário” uma passagem do “Livro dos Espíritos”, pelo Sr. Allan Kardec, já na décima terceira edição, a fim de que vossos leitores possam apreciar, em seu justo valor, a reprodução que fizestes de um artigo da “Gazette Médicale” de Paris, escrito há mais de seis

⁵⁶ (55) KARDEC, Allan. Revista Espírita, Jornal de Estudos Psicológicos / Revue Spirite, Journal d’Études Psychologiques. / Trad. ABREU FILHO, Julio. São Paulo, Editora Cultural Espírita Ltda. (EDICEL), 1966. oitavo ano — 1865, p. 323.

anos, pelo Dr. Déchambre, contra essa mesma doutrina, e no qual se reconhece que o dito doutor não é fiel nas citações, que faz, do “Livro dos Espi- ritos”, visando depreciar essa doutrina.

Somos, senhor redator, vossos amigos obrigados, (aa) Luís Olímpio Telles de Menezes, José Alves do Amaral e Joaquim Carneiro de Campos.”

Da Bahia, transferiu-se Teles de Menezes para o Rio de Janeiro, onde se desprende do veículo denso, em 1893, com 68 anos de idade.

DO ALÉM-TÚMULO

Decorrido mais de meio século de desencarnação, Teles de Menezes nos enviou, pelo lápis supersensível de Chico Xavier, a mensagem *Avançando*⁵⁷, plena de ensinamentos, pelo que, valendo como entrevista com o querido confrade duplamente pioneiro (“Grupo Familiar do Espiritismo” e “Eco d’Além-Túmulo”), para aqui trasladamos parcialmente.

“Entre aqueles que desfrutaram a felicidade de trabalhar, quando o terreno se obstruía de pedrouços e espinheirais sem conto, volto a contemplar a construção da fé nova, rejubilando-me ante as realizações que o Espiritismo está consolidando em benefício das criaturas.

(...) Grande exército de trabalhadores de boa-vontade marcha impávido e um novo entendimento se espalha, iluminando consciências e corações, em todas as linhas da fé redentora que o Espi- ritismo acende nas almas.

Pouco a pouco, as responsabilidades se descentralizam. Os médiuns já não se afiguram pajés de tribo, senão que, nos quadros da fraternidade e da cooperação, todos os consideram companheiros da boa luta, com difíceis obrigações a desempenhar, dignos, portanto, do carinho e do acatamento geral.

O conceito da Doutrina Consoladora, como serviço do individuo à coletividade, vai-se ampliando para benefício desta; os antigos espectadores frios do fenômeno se incorporam ao trabalho ativo, permanecendo no esforço edificante que as bênçãos do Alto e as necessidades do mundo nos conferem.

A obra de esclarecimento tem sido árdua. Combate incruento, no seio de todos os povos, tem reclamado a abnegação de muitos.

Julgou-se a princípio que os mensageiros da Espiritualidade pretendessem arrebatam o homem para o Céu, e vários servidores da primeira hora se embriagaram na perspectiva de ingresso definitivo nos mundos felizes, com absoluto esquecimento do trabalho que os retinha na carne. Esses companheiros desprevenidos, de braços cruzados e cabeça inquieta, sondavam outros lares do sistema e exigiam notícias da imensidade de Júpiter e de Saturno,

⁵⁷ (56) Op. ref. em (49), pp. 123 a 127.

inconformados com o nosso domicílio singelo na Corte Solar.

Gradativamente estamos aprendendo, na tarefa de redenção e de aprendizado que fazemos, todos juntos, que o Espiritismo é claridade no indivíduo, a expandir-se deste para que as sombras da ignorância e do sofrimento sejam expulsas da Terra. Fazer algo pelo bem na extinção do mal é obrigação de todos, no apostolado comum.

Onde houver um raio de certeza na sobrevivência da alma, aí deve aparecer mais justiça e mais alegria de ser útil.

A vida não cessa. O burilamento continua além da morte. E os objetivos últimos do Universo, por enquanto, transcendem às nossas possibilidades de compreensão.

Se o Espiritismo aboliu o Inferno de tormentos inextinguíveis, modificou profundamente a paisagem do Céu.

Sabemos hoje que o homem é um anjo nascente e que séculos correrão sobre séculos antes de finda a empresa de seu apuro.

Graças a Deus, estamos avançando.

Convertamos, assim, a contemplação em atividade benfeitora, a fé em serviço ativo, e, como células harmoniosas do divino organismo do mundo, transitaremos entre a existência e a morte, do berço ao túmulo e da espiritualidade ao renascimento, como filhos conscientes da Eterna Sabedoria, crescendo, felizes, para a vida imortal.”

AS INFORMAÇÕES DO PLANO EXTRAFÍSICO

O grande movimento preparatório do Espiritismo em todo o mundo tinha, no Brasil, a sua repercussão, como era natural.

Por volta de 1840, ao influxo das falanges de Ismael, chegavam dois médicos humanitários ao Brasil. Eram Bento Mure e Vicente Martins, que faziam da medicina homeopática verdadeiro apostolado. Muito antes da codificação kardequiana, conheciam ambos os transes mediúnicos e o elevado alcance da aplicação do magnetismo espiritual. Introduziram vários serviços de beneficência no Brasil e traziam por lema, dentro da sua maravilhosa intuição, a mesma inscrição divina da bandeira de Ismael — “Deus, Cristo e Caridade”. Indescritível foi o devotamento de ambos à coletividade brasileira, à qual se haviam incorporado, sob os altos desígnios do mundo espiritual.

Nas suas luminosas pegadas, seguiram, mais tarde, outros pioneiros da homeopatia e do Espiritismo, na Pátria do Evangelho. Foram eles, os médicos homeopatas, que iniciaram aqui os passes magnéticos, como imediato auxílio das curas. Hahnemann conhecia a fonte infinita de recursos do magnetismo espiritual e recomendava esses processos psicoterápicos aos seus seguidores.

Os primeiros fenômenos de Hydesville, na América do Norte, em 1848, não passaram despercebidos à corte do segundo reinado. A febre de experimentações que se lhes seguiu, nas grandes cidades européias, incendiou, igualmente, no Rio de Janeiro, alguns cérebros

mais destacados no meio social. Em 1853, a cidade já possuía um pequeno grupo de estudiosos, entre os quais se podia notar a presença do Marquês de Olinda e do Visconde de Uberaba. Em Salvador, esses núcleos de experimentação também existiam, em idênticas circunstâncias. Em 1860 surgem as primeiras publicações espíritistas. Em 1865, o Dr. Luís Olímpio Teles de Menezes, com alguns colegas, replicava pelo “Diário da Bahia” a um artigo algo irônico de um cientista francês, desfavorável ao Espiritismo, publicado na “Gazette Médicale” e transcrito no jornal referido. As publicações brasileiras não passaram despercebidas ao próprio Allan Kardec, que delas teve conhecimento, com a mais justa satisfação íntima.

A doutrina seguia marcha vitoriosa, através de todos os ambientes cultos da Europa e da América, quando o grande codificador se desprende dos laços que o retinham à vida material, em 1869. Justamente nesse ano surgira o primeiro periódico espírita brasileiro — “O Eco d’Além-Túmulo”.

22 BEZERRA DE MENEZES

Os que tomaram conhecimento, em Riacho do Sangue, no Ceará, a 29 de agosto de 1831, do nascimento de um menino, filho de Antônio Bezerra de Menezes e de sua esposa Fabiana de Jesus Maria Bezerra, possivelmente não suspeitaram que ali se estava corporificando um espírito de elevada jerarquia, incumbido de “cumprir no Brasil uma elevada missão”.

Era Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti (na madureza simplesmente Adolfo Bezerra de Menezes) que descia ao plano das formas tangíveis.

Cedo revelou privilegiada inteligência, tanto que, consoante informa o Dr. Canuto Abreu, “aos 13 anos foi professor de latim na própria escola em que fazia seus preparatórios”⁵⁸.

Registra a mesma fonte que em 5 de fevereiro de 1851 embarcou com destino à Corte, “para matricular-se na Escola de Medicina, chegando ao Rio sozinho, com vinte anos, no bolso trinta e oito mil réis e no espírito uma esperança imensa”.

Não dispunha de recurso financeiro, pois que era pobre; nessas condições, para sustentar-se, teve que trabalhar.

A escassez foi-lhe companheira inseparável, não apenas na fase estudantil, mas em todo o decurso da laboriosa e missionária experiência terrena.

Todavia, se a pobreza material lhe assinalou os passos na superfície rugosa do planeta, o amor aos pobres e desvalidos, ao lado de um caráter impoluto e de uma sincera humildade, nimbou-lhe o espírito imortal no País da Verdade.

⁵⁸ (57) ABREU, Canuto. Adolfo Bezerra de Menezes. São Paulo, Livraria Allan Kardec Editora (LAKE), 1950, p. 7.

Em 1856, aos vinte e cinco anos, terminou o curso médico, obtendo sistematicamente, nos exames anuais, a primeira nota da Faculdade: “Óptima cum laude”.

O MÉDICO DOS POBRES

No ano seguinte, foi eleito e empossado no cargo de membro titular da Academia Imperial de Medicina.

Conquista, a seguir (1858), a vaga de lente substituto da Seção de Cirurgia na Faculdade de Medicina. No mesmo ano, sendo cirurgião-mor do Exército, o Dr. Manoel Feliciano obteve a nomeação de Bezerra para seu substituto, no posto de cirurgião-tenente.

Ainda em 1858, a 6 de novembro, casou-se com D. Maria Cândida de Lacerda que, após dar-lhe dois filhos, veio a falecer em 1863.

Casou-se Bezerra, em segundas núpcias, a 21 de janeiro de 1865, com D. Cândida Augusta de Lacerda Machado (irmã da primeira esposa), de cujo consórcio nasceram sete filhos.

Canuto Abreu (op. ref. em (57), p. 14) informa:

“Não se negava a ver um doente, onde quer que ele se achasse, nos morros, nas praias, quer chovesse, quer fosse a desoras. Ele mesmo se definiu: O médico verdadeiro é isto: não tem o direito de acabar a refeição, de escolher a hora, de inquirir se é longe ou perto... O que não acode por estar com visitas, por ter trabalhado muito e achar-se fatigado, ou por ser alta noite, mau o caminho ou o tempo, ficar longe, ou no morro; o que sobretudo pede um carro a quem não tem com que pagar a receita, ou diz a quem lhe chora à porta que procure outro — esse não é médico, é negociante da medicina, que trabalha para recolher capital e juros dos gastos da formatura. Esse é um desgraçado, que manda para outro o anjo da caridade, que lhe veio fazer uma visita e lhe trazia a única espórtula que podia saciar a sede de riqueza do seu espírito, a única que jamais se perderá nos vaivéns da vida.”

A popularidade de Bezerra fê-lo alvo cobiçado pela política. Mais que as solicitações de amigos e doentes pobres, pesou o pedido da esposa: Bezerra anuiu em candidatar-se à vereança da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (então “Município Neutro”). Eleito, teve o desprazer, por ser militar, de ver-se impugnado pelo colega Roberto Jorge Haddock Lobo, o que o levou a exonerar-se do Corpo de Saúde do Exército. Suas atitudes desassombradas conduziram-no facilmente a várias reeleições.

Chegou a ocupar a presidência da Câmara, primeiro interinamente e por fim em caráter efetivo. Comenta Zêus Wantuil⁵⁹:

“Bezerra de Menezes jamais obteve favores do governo para as suas candidaturas. O povo do Município Neutro é quem o honrava sempre como seu representante na Câmara. Num discurso pronunciado na sessão de 15 de maio de 1880, na Câmara dos Deputados,

⁵⁹ (58) Op. ref. em (53), p. 228.

Bezerra disse que, à exceção de dois amigos, não tivera a gratidão dos homens eminentes do seu Partido, mas, para alegria sua, recebera sempre, nos seus vinte anos de político, “a manifestação de apreço do povo donde vim e onde espero acabar a minha carreira.”

Prosseguiu Bezerra na ascensão política, sendo eleito deputado por várias legislaturas, só vindo a encerrar semelhantes atividades em - 1885.

Seu dinamismo era multiforme: exerceu atividades empresariais, sem, todavia, prender-se a resultados amedados.

Zêus Wantuil (op. ref. em (53), p. 229) relaciona honrarias concedidas a Bezerra:

“Membro honorário da Seção Cirúrgica da Academia Nacional de Medicina, honorário do Instituto Farmacêutico, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, membro do Conselho do Liceu de Artes e Ofícios, membro da Sociedade Geográfica de Lisboa, sócio da Sociedade Físico-Química, em cuja revista colaborou (1857), presidente da Sociedade Beneficência Cearense, etc.”

J. F. Velho Sobrinho, citado pelo referido Zêus Wantuil, alinha extensa bibliografia de Adolfo Bezerra de Menezes, relacionando para mais de quarenta obras e escritos dados a público.

O ESPIRITA

Refere Brito Soares⁶⁰ o seguinte significativo episódio, ocorrido em 1875:

“Um colega, porém, tendo traduzido “O Livro dos Espíritos”, de Allan Kardec, fez-me presente de um exemplar, que aceitei, por cortesia.

Deu-me na cidade, e eu morava na Tijuca, a uma hora de viagem de bonde.

Embarquei com o livro, e, não tendo distração para a longa e fastidiosa viagem, disse comigo:

ora, adeus! não hei de ir para o inferno por ler isto; e, depois, é ridículo confessar-me ignorante de uma filosofia, quando tenho estudado todas as escolas filosóficas.

Pensando assim, abri o livro e preendi-me a ele, como acontecera com a Bíblia.

Lia, mas não encontrava nada que fosse novo para o meu espírito, e entretanto tudo aquilo era novo para mim!

Dava-se em mim o que acontece muitas vezes a quem muito lê, e que um dia encontra uma obra onde se lhe deparam idéias, que já leu, mas que não sabe em que autor.

Eu já tinha lido e ouvido tudo o que se acha em “O Livro dos Espíritos”, mas eu tinha a certeza de nunca haver lido obra alguma espírita, e, portanto, me era impossível descobrir onde e quando me fora dado o conhecimento de semelhantes idéias!

Preocupei-me seriamente com este fato que me era maravilhoso e a mim mesmo dizia: parece que eu era espírita inconsciente, ou, como se diz vulgarmente, de nascença, e que

⁶⁰ (59) SOARES, Sylvio Brito. Vida • Obra de Bezerra de Menezes. Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira, 3.^a edição, 1978, pp. 58 e 59.

todas essas vacilações que meu espírito sentia eram marchas e contramarchas que ele fazia, por descobrir o que lhe era conhecido e, porventura, obrigado a isto.

Eis o que fui e em que crença vivi, até que me tomei espírita.”

Foi somente a 16 de agosto de 1886, todavia, que Bezerra proclamou solenemente a sua adesão ao Espiritismo, no salão da “Guarda Velha”, localizado na rua do mesmo nome, atual Av. 13 de Maio.

Escreveu: “A Casa Assombrada”, “A Loucura sob Novo Prisma”, “A Doutrina Espírita como Filosofia Teogônica” (reeditado com o título — “Uma Carta de Bezerra de Menezes”), “Casamento e Mortalha”, “Pérola Negra”, “Lázaro — o leproso”, “História de um sonho”, “Evangelho do futuro” e outros.

A Federação Espírita Brasileira, que fora fundada a 2 de janeiro de 1884, passava por séria crise interna.

Bezerra vinha fazendo, pessoalmente, desde 1889, o estudo metódico de “O Livro dos Espíritos”, em sessões públicas semanais, ao mesmo tempo que ocupava o cargo de presidente e depois o de vice- presidente.

A dissensão lavrou internamente até 1895.

Bezerra afastou-se das contendas, só comparecendo com assiduidade ao “Grupo Ismael”.

Apelos angustiosos são dirigidos ao venerando seareiro para empunhar as rédeas da direção. Embora relutando, aquiesceu às rogativas e aceitou o espinhoso cargo de presidente, para o qual veio a ser eleito a 3 de agosto daquele ano, restabelecendo a paz no conturbado rebanho e imprimindo orientação fundamentalmente evangélica a todas as atividades da “Casa de Ismael”.

Bezerra desprende-se do veículo somático a 11 de abril de 1900, às Hh30m, no Rio de Janeiro.

Para encerrar esta singela síntese do que foi a última experiência terrena do “Kardec Brasileiro”, permitimo-nos transcrever, de F. Acquarone⁶¹,

“POST FINIS

“Tu duca, tu signore, tu maestro.”

Na “Divina Comédia”, no momento de empreender sua descida aos infernos, Dante toma Virgílio por guia e lhe dirige estas palavras já famosas.

À família espírita brasileira devia elevar esse verso do genial poeta florentino às culminâncias de um verdadeiro voto espiritual, para todos aqueles que quisessem ingressar em suas hostes.

Diante do retrato de Bezerra de Menezes, erguendo o pensamento bem alto até onde pudesse alcançar-lhe o espírito, recordando-lhe a ação benemérita, redoirada por

⁶¹ (60) ACQUARONE, F. Bezerra de Menezes, “O Médico do Pobre”. Rio de Janeiro, editor não identificado, 1941, p. 173.

sentimentos acrisolados de bondade e de resignação, o neófito seria obrigado a repetir convictamente: “Tu duca, tu signore, tu maestro.”

És meu guia, meu senhor, meu mestre.

E, ao invés de baixar aos infernos, o novo confrade se elevaria ao mundo espiritual...”

O prof. Ramiro Gama⁶² enfeixou em um volume o relato de numerosas provas da ajuda de Bezerra aos companheiros da Terra.

Compelidos pelo impositivo de não alongar estes despretensiosos ensaios, transcreveremos, a seguir, tão-somente dois “lindos casos” referidos pelo professor Gama:

Dava e que possuía

“De uma feita, um Pai de Família pede-lhe, chorando, um óbolo, uma ajuda em dinheiro para enterrar o corpo de sua esposa, cujo espírito desencarnara, deixando-lhe os filhos menores doentes e famintos.

Bezerra procura algo nos bolsos e nada encontra.

Comove-se!

E sua comoção era uma prece!

E, por intuição, desapegado das coisas materiais, tira do dedo o anel simbólico de médico e o entrega ao irmão necessitado, dizendo-lhe com carinho e humildade:

— Venda-o e, com o dinheiro apurado, enterre o corpo de sua mulher e, depois, compre o de que precisa.

Que Maria Santíssima o ajude e abençoe!”

Um abraço, em nome da virgem, faz maravilhas!

“Bezerra de Menezes acabara de presidir a uma das sessões públicas da Casa de Ismael, na Avenida Passos.

Era uma noite de terça-feira do mês de junho de 1894. (...)

No supedâneo da escada, localizou um irmão, de seus 45 anos, cabelos em desalinho, com a roupa suja e amarrotada. (...)

E levou o desconhecido para um canto e lhe ouviu, com atenção, o desabafo, o pedido:

— Dr. Bezerra, estou sem emprego, com a mulher e dois" filhos doentes e famintos. . . E eu mesmo, como vê, estou sem alimento e febril.

Bezerra, apiedado, verificou se ainda tinha algum dinheiro. Nada encontrou nos bolsos. Apenas a passagem do bonde. . .

Tornou-se mais apiedado e apreensivo.

Levantou os olhos já molhados de pranto para o alto e, numa prece muda, pediu inspiração a Maria Santíssima, seu Anjo Tutelar e solucionador de seus problemas. Depois,

⁶² (61) GAMA, Ramiro. Lindos Casos d* Bezerra da Meneias. São Paulo, livraria Allan Kardec Editora (LAKE), 1959.

virando-se para o irmão:

— Meu filho, você tem fé em Nossa Senhora? A Mãe do Divino Mestre, a nossa Mãe Querida?!

— Tenho e muita, Dr. Bezerra!

— Pois, então, em Seu Santíssimo Nome, receba este abraço.

E abraçou o desesperado irmão, envolvente e demoradamente. (...)

Uma semana passara-se.

Bezerra não se recordava mais do sucedido. (...)

— Venho agradecer-lhe, Dr. Bezerra, o abraço milagroso que me deu na semana passada, neste local e nesta mesma hora. Daqui saí logo sentindo-me melhor. Em casa, cumpri seu pedido e abracei minha mulher e meus filhos. Na linguagem do coração, oramos todos à Mãe do Céu. Na água que bebemos e demos aos familiares, parece, continha alimento. Pois dormimos todos bem. No dia seguinte, estávamos sem febre e como que alimentados. .. E veio-me uma inspiração, guiando-me a uma porta, que se abriu e alguém por ela saiu, ouviu meu problema, condeu-se de mim e me deu um emprego, no qual estou até hoje. E venho agradecer-lhe a grande dádiva que o senhor me deu, arrancada de si mesmo, maior e melhor do que dinheiro!

O ambiente era tocante! (...)

Louvado seja o nome de Maria Santíssima!

E abençoado seja o nome de quem, em Seu Nome, num abraço, fez maravilhas, a verdadeira Caridade Desconhecida!”

DO ALÉM-TÚMULO

Pelos múltiplos contactos que temos mantido com irmãos dos mais longínquos lugarejos de nosso imenso Brasil, deduzimos que não há agrupamento espírita do País do Cruzeiro, por mais modestas sejam suas instalações, que não tenha recebido, em suas reuniões ordinárias, a palavra paternal de Bezerra, aconselhando, esclarecendo, animando, ajudando ... seja para lenir dores ou para atenuar aflições.

O referido livro do prof. Gama relata uma infinidade de “lindos casos” de Bezerra (Espírito).

Em “Instruções Psicofônicas”⁶³, livro recebido pelo médium Francisco Cândido Xavier, etí- contramos, naquela linguagem isenta de formalismos, mas plena do amor paternal de nosso Bezerra, a mensagem *Renúncia*, da qual, com imenso prazer, transcrevemos alguns trechos:

“Aprendamos a ceder, recolhendo com Jesus a lição da renúncia, como ciência divina da paz.

⁶³ (62) Op. ref. em (44), pp. 19 a 22.

Como exercício incessante de autoburilamento, é imperioso ceder diariamente de nossas opiniões, de nossos pontos de vista, de nossos preconceitos e de nossos hábitos, se pretendemos realmente assimilar com Jesus a nossa reforma no Evangelho.

Toda a Natureza é escola nesse sentido.

Cedendo de si própria, converte-se a madeira bruta em móvel de alto preço.

Abdicando os prazeres da mocidade, o homem e a mulher alcançam do Senhor a graça do lar, em favor dos filhinhos que lhes conduzirão a mensagem de amor e confiança ao futuro.

Consumindo as próprias forças, o Sol mantém a Terra e nos sustenta a vida com seus raios.

Atentos ao culto do sacrifício pessoal sob as normas do Cristo, peçamos a Ele coragem de usar o silêncio e a bondade, a paciência e o perdão incondicional, no trabalho regenerador de nós mesmos, de vez que não podemos dispensar a energia e a firmeza para nos afeiçoarmos a semelhantes virtudes que, em tantas ocasiões, repontam entusiásticas de nossa boca, quando o nosso coração se encontra longe delas.

Imitemos a semente humilde a desfazer-se no solo, aparentemente desamparada, aprendendo com ela a desintegrar as teias pesadas e escuras que nos constringem a individualidade eterna, a fim de que o nosso espírito desabroche no chão sagrado da vida, em novas expressões de entendimento e trabalho.

Para isso, não desdenhemos ceder.

E supliquemos ao Eterno Benfeitor nos ajude a plasmar-lhe a Doutrina de Luz em nossas próprias vidas, para que a nossa presença, onde quer que estejamos, seja sempre uma fonte de reconforto e esperança, serviço e benevolência, exaltando para aqueles que nos rodeiam o abençoado nome de Nosso Senhor Jesus-Cristo.”

O livro “Bezerra, Chico e Você”⁶⁴ é um resumo de inúmeras comunicações do “Médico dos Pobres”, recebidas em diversas oportunidades.

Informa-nos o bondoso Batuira, no prefácio, a que denominou *Ponto de Encontro*.

“Prezado leitor. (...)

Esse companheiro dispensa adjetivos.

Bezerra de Menezes é o apóstolo e mentor que todos nos habituamos a respeitar na Seara do Cristianismo Redivivo.

Estruturado com instruções e respostas do venerável orientador evangélico, pelo veículo mediúni- co, em ocasiões diversas, este volume foi organizado pelo próprio autor, na feição com que se define.

Bezerra destacou trechos e notas de seus próprios comunicados — verdadeiras aulas de

⁶⁴ (63) XAVIER, Francisco Cândido. Bezerra de Menezes (Espírito). Bezerra, Chico e Você. São Paulo, Grupo Espirita Emmanuel S/C Editora, 1973, p. 14.

elevação e burilamento íntimo, através do tempo — e formou o livro que passamos às suas mãos, sem o critério de cronologia, quanto às páginas que o integram, pautando-se pela ordem dos assuntos ante a conveniência da construção espiritual.”

Instruamo-nos com algumas das incontáveis gotas de amor ministradas pelo livro:

Pedras da vida

“(. . .) há situações que constituem a nossa prova aflitiva e áspera, mas redentora e santificante.

Perdoemos as pedras da vida pelo ouro da experiência e de luz que nos oferecem.

E, sobretudo, armemo-nos de coragem para o trabalho, porque é na dor do presente que corrigimos as lutas de ontem, acendendo abençoada luz para o nosso grande porvir.” (P. 39)

Degraus acima

“(. . .) as dificuldades são os degraus de ascensão.

Cultivemos serenidade e confiança.” (P. 40)

Prosseguindo

“(. . .) oremos pelos que nos perseguem e caluniam e continuemos fiéis ao trabalho que nos foi confiado.” (P. 40)

Clara verdade

“(. . .) recordemos: as árvores secas não são apedrejadas e as fontes poluídas são relegadas ao abandono.” (P. 40)

Em marcha

“(. . .) o caminho de ascensão espiritual é a trilha pedregosa do sacrifício, a que, muitas vezes, se misturam ansiedade e solidão.

Prossigamos com a firmeza de todos os dias, fazendo o melhor e esquecendo agressões e pedradas, à maneira do sementeiro que remove, em silêncio, os detritos da gleba, a fim de ambientar a boa semente.” (P.41)

Mesmo com lágrimas

“(. . .) quanto mais dolorosa a marcha, maior o auxílio do Senhor para os que edificam o Bem.

Ainda mesmo com lágrimas saibamos sorrir, à luz da esperança, conscientes de que Jesus permanece velando.” (P. 41)

Marcos da estrada

“(. . .) trabalho, solidão, renúncia ao conforto pessoal, firmeza na fé e serenidade na construção do bem foram igualmente os marcos do caminho do Mestre Divino.” (P. 42)

Entendimento

(. . .) não convém avançar excessivamente, sem consolidação de bases.

(. . .) trabalhemos, ofertando, alma e coração, ao serviço.

(. . .) compreendemos as dificuldades com que sois defrontados de «piando em «piando, entretanto, a perseverança é a condição fundamental para que a vitória nos concretize as aspirações.

(...) não nos faltará o Socorro Divino. (...) confiemos.

(...) em todas as lutas, estaremos juntos na prece.

Nesse refúgio, conversaremos, de coração para coração.” (P. 42)

Em horas difíceis

“ (...) quando Tempestades se desencadearem, recordemos a palavra do Evangelho:

Se Jesus é por nós, «piem será contra nós?» (P. 43)

Sempre luz

“ (...) espinhoso é o caminho dos semeadores da verdade, entretanto, reconforta-nos saber que Jesus amou e serviu, devotou-se e imolou-se para «pie o bem fulgisse na Terra, sem prejuízo da verdade que é luz, sempre luz para os eternos caminhos.” (P.44)

Idéias novas

“ (...) o serviço se amplia qual ocorre à luz quando se destina ao benefício geral.

Por isso mesmo, não recuseis as idéias novas que vão surgindo. Elas fazem parte do programa a exprimir-se no domínio das realizações concretas.

O próprio serviço falará conosco, sem palavras, acerca de qualquer alteração que se faça precisa, enquanto que a oração nos será sempre o fio de luz para qualquer comunicado, no trato da inspiração constante que nos reúne.” (P. 44)

UMA FESTA NA ESPIRITUALIDADE

Queremos fechar este capítulo com chave de ouro. Volvamos ao várias vezes mencionado livro do prof. Gama (op. ref. em (61), p. 115) e leiamos, na íntegra, o comovente episódio ali relatado:

“li de abril de 1950.

Os espiritistas do Além se reúnem para homenagear os cinqüenta anos da desencarnação do Doutor Bezerra de Menezes!

O Chico Xavier, embora nada nos dissesse, por modéstia, foi um dos convidados.

E assistiu, emocionado, à homenagem gratulatória de uma grande assembléia de desencarnados ao caridoso Apóstolo, fazendo coro com outra assembléia de encarnados que, na Terra, realizava idêntica homenagem.

Bezerra de Menezes achava-se naquele ambiente de luz e emoção, sinceridade e gratidão, acanhado e vivendo uma grande comoção, tanto mais quanto seus irmãos recordavam-lhe seus 69 anos vividos na Terra e lhe realçavam os exemplos dignificantes que dera como espírita, como médico dos pobres, como irmão de todos os sofredores, como discípulo humilde e sincero de Jesus.

De repente, sob a surpresa dos que compunham a grande Assembléia, de mais Alto, uma estrela luminescente dá presença.

É Celina, a enviada da Virgem Santíssima, que lê uma mensagem da Rainha dos Anjos promovendo Bezerra de Menezes, seu querido servidor, a uma tarefa maior e numa esfera

mais alta.

O Evangelizador Espírita chora emocionadíssimo.

Depois, ajoelha-se e, agradecendo, entre lágrimas, à Mãe das Mães a graça recebida, suplica-lhe, por intermédio de sua enviada sublime, para ficar no seu humilde posto, junto à Terra, a fim de continuar a atender aos pedidos de seus irmãos terrestres, que tantas provas lhe dão, continuamente, de estima e gratidão.

O espírito luminoso de Celina nada pode resolver e sobe às esferas elevadas donde veio e se dirige aos pés da Mãe Celestial e submete à sua apreciação o pedido de seu servo agradecido.

Daí a instantes, volta e traz a resposta de Nossa Senhora:

Sim, que Bezerra ficasse no seu posto o tempo que quisesse e sempre sob suas bênçãos!

E da Terra e do Além partem vozes em prece! E das esferas longínquas vêm as bênçãos de luz do coração da Flor de Jerico, vestindo tudo e todos de emoção e ternura, de alegria e de luz!” Edifiquemo-nos com as narrações de Irmão X: “ (...) quando prestes a findar o primeiro reinado, Ismael reúne no espaço seus dedicados companheiros de luta e, organizada a venerável assembléia, o grande mensageiro do Senhor esclarece a todos sobre os seus elevados objetivos.

Depois, encaminhando-se para um dos dedicados e fiéis discípulos, falou-lhe assim:

— Descerás às lutas terrestres com o objetivo de concentrar as nossas energias no país do Cruzeiro, dirigindo-as para o alvo sagrado dos nossos esforços. Arregimentarás todos os elementos dispersos, com as dedicações do teu espírito, a fim de que possamos criar o nosso núcleo de atividades espirituais, dentro dos elevados propósitos de reforma e regeneração. Não precisamos encarecer aos teus olhos a delicadeza dessa missão; mas, com a plena observância do código de Jesus e com a nossa assistência espiritual, pulverizarás todos os obstáculos, à força de perseverança e de humildade, consolidando os primórdios de nossa obra, que é a de Jesus, no seio da pátria do seu Evangelho. Se a luta vai ser grande, considera que não será menor a compensação do Senhor, que é o caminho, a verdade e a vida.

Daí a algum tempo, no dia 29 de agosto de 1831, em Riacho do Sangue, no Estado do Ceará, nascia Adolfo Bezerra de Menezes, o grande discípulo de Ismael, que vinha cumprir no Brasil uma elevada missão.”

Do capítulo XXIII (p. 186), extraímos: (...) Elias da Silva e seus companheiros notam, entretanto, que a situação se ia tornando difícil com as polêmicas esterilizadoras. A esse tempo, os emissários do Alto prescrevem categoricamente aos seus camaradas do mundo tangível.

— *Chamem agora Bezerra de Menezes ao seu apostolado!*

Elias bate, então, à porta generosa do mestre venerável, o que não era preciso, porque seu grande coração já se encontrava a postos, no sagrado serviço da Seara de Jesus, na face da Terra.

Bezerra de Menezes traz consigo a palma da harmonia, serenando todos os conflitos. Estabelece a prudência e a discricção entre os temperamentos mais veementes e combativos.”

Pouco adiante (p. 218):

“Bezerra de Menezes, que já militava ativamente nos labores doutrinários, recebeu a palavra do Alto com a alma fremente de júbilo e de esperança, e considerou, no campo de suas meditações e de suas preces, a necessidade de se reunir a família espiritista brasileira sob o lábaro bendito de Ismael, a fim de que o mundo conhecesse o Cristianismo restaurado. Existiam, no Rio, sociedades prestigiosas, mas cada qual com o seu programa particular, descentralizando a ação renovadora que as instruções do plano invisível traziam, logicamente, a todos os corações que militavam no sagrado labor da doutrina.

A Federação Espírita Brasileira, fundada desde o Ano-Bom de 1884, por Elias da Silva, Manuel Fernandes Figueira, Pinheiro Guedes e outros companheiros do ideal espiritualista, no Rio de Janeiro, esperava, sob a proteção de Ismael, a época propícia para desempenhar a sua elevada tarefa junto de todos os grupos do país, no sentido de federá-los, coordenando-lhes as atividades dentro das mais sadias expressões da doutrina. Bezerra de Menezes, desde 1887, iniciara uma série de trabalhos magistras pelas colunas de “O Paiz”, oferecendo a todos as mais belas e produtivas sementes do Cristianismo. A palavra de Max, pseudônimo que ele havia adotado, inundava de esperança e de fé o coração dos seus leitores, iniciando-se, desse modo, uma das mais prodigiosas sementeiras do Espiritismo no Brasil. Desde 1885, igualmente funcionava o Grupo Ismael, com Sayão e Bittencourt Sampaio, célula de evangelização, cujas claridades divinas tocariam todos os corações. Em breve, os mensageiros do Senhor conseguiram agremiar a caravana dispersa. No templo de Ismael iam reunir-se, enfim, os operários da grande oficina do Evangelho: — Bezerra, Sayão, Bittencourt, Frederico, Filgueiras, Richard, Albano do Couto, Zeferino Campos e outros elementos da vanguarda cristã.”

Á seguir (p. 221):

“As energias dissolventes das trevas do mundo invisível lutaram contra ele e contra o Evangelho. Forças terríveis de separatividade pesaram sobre os seus esforços no ano de 1893, quando o próprio Bezerra, incansável e abnegado missionário, foi obrigado a paralisar os seus escritos nas páginas de “O Paiz”, depois de quase sete anos de doutrinação ininterrupta e brilhante, num apelo a Jesus, com as mais comovedoras lágrimas da sua crença e do seu sacrifício.

(...) Com essas providências, levadas a efeito numa das noites memoráveis de julho de 1895, Bezerra de Menezes assumia a sua posição de diretor de todos os trabalhos de Ismael no Brasil, coordenando os elementos para a evangelização e deixando a Federação como o porto luminoso de todas as esperanças, entre o Grupo Ismael, que constitui o seu santuário de ligação com os trabalhadores do Infinito, e a Assistência aos Necessitados, que a vincula, na Terra, a todos os corações infortunados e sofredores e representa, de fato, até hoje, a sua

âncora de conservação no mesmo programa evangélico, no seio das ideologias novas e das perigosas ilusões do campo social e político.

Bezerra despreendeu-se do orbe, tendo consolidado a sua missão para que a obra de Ismael pudesse ser livremente cultivada no século XX.”

23 A OBRA DE ISMAEL

No Brasil já se falava na Homeopatia desde 1818. Afirmam-no, dentre outros, o Dr. Nilo Cairo⁶⁵ e o Dr. Galhardo, citado pelo Dr. Canuto Abreu⁶⁶. Afirma, outrossim, o Dr. Abreu — e o faz em primeira mão — que o preparo do terreno, onde mais tarde seria lançada a semente do Espiritismo, foi feito pelo “círculo homeopático”, núcleo neo-espírita, formado de elementos cultos e de responsabilidade, que irradiava por todo o país, por toda a América do Sul e até pela Europa as ondas de seu saber. José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, correspondia-se com Hahnemann.

Informa, de outra parte, o Dr. Abreu, que a história só registra o nome dos adeptos a partir de 1840, quando chegaram ao Brasil dois abnegados médicos, o Dr. Bento Mure, francês, e o Dr. João Vicente Martins, português, que depois se tornou brasileiro. O Dr. Cairo cita como os primeiros convertidos à nova doutrina, pela ordem: Dr. J. Souto do Amaral, Dr. Tomás da Silveira, Dr. Vicente Lisboa e Dr. José da Gama e Castro.

PIONEIROS

O Dr. Abreu assim se refere a Mure e Martins — os dois pioneiros:

“A ação desses dois super-homens não pode ser contada aqui. Basta dizer: tudo quanto é raiz, tudo quanto é tronco, tudo quanto é galho na frondosa árvore homeopática brasileira, tudo se deve aos dois pioneiros. Outros gozaram as flores, os frutos, o perfume. Outros plantaram em campos novos as sementes colhidas.

Bento Mure e Martins eram profundamente neo-espíritas. Ambos possuíam o dom da mediunidade. Mure, clarividente, Martins, psicógrafo. Não se conheciam, então, as leis metapsíquicas⁶⁷. Reinava o empirismo nos trabalhos de inspiração. Mas quem ler Mure (“Filosofia Absoluta”), verificará que, antes de chegar a nós a doutrina dos espíritos, ele se dava a transe mediúnicos. *Foi devido a uma assistência invisível constante* (grifamos) que puderam os dois, numa terra estranha e ingrata, que tanto amaram, amargar um apostolado inesquecível, recebendo em paga do bem que faziam o prêmio reservado aos renovadores: a perseguição, os ataques traiçoeiros, as ofensas morais e o encurtamento da própria vida. Foram os maiores médicos dos pobres que o Brasil já conheceu. (...) Ambos tinham, como divisa, Deus, Cristo e Caridade. Em 1848, Mure deixou o Brasil para não mais voltar. Martins assumiu sozinho a direção da propaganda, atraindo grande número de adeptos para a Homeopatia. Entre estes lembramos dois nomes, que se tornaram notáveis também,

⁶⁵ (64) CAIRO, Nilo (Dr.). “A Homeopatia no Brasil”, in Guia de Medicina Homeopática. São Paulo, Livraria Teixeira — Ferreira Girão & Cia. Ltda., 1954, p. 56.

⁶⁶ (65) Op. ref. em (57), p. 19.

⁶⁷ (66) A Doutrina Espírita somente surgiria vários anos mais tarde, em Paris (v. cap. 20)

como pioneiros no Espiritismo: Melo Morais e Castro Lopes.”

Comenta o Dr. Nilo Cairo (op. ref. em (64), p. 59):

“Infelizmente (...), em 1852, Vicente Martins, o mais ardente campeão da nova doutrina no Brasil, deixava o nosso país, impelido pelas perseguições, e só voltou ao Rio de Janeiro, para aí morrer a 8 de julho de 1854, deixando um nome aureolado de glórias, que jamais poderá ser esquecido pelo historiador da Homeopatia no Brasil.”

A FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA

Com base no trabalho do Dr. Canuto Abreu (op. cit. em (57)), tentemos resumir o histórico do surgimento das primeiras organizações espíritas no Rio de Janeiro, bem como o da FEB. Acentua o ilustre historiógrafo que, conquanto apareça o Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, na História da Homeopatia e na História do Espiritismo, no país do Cruzeiro, como dos iniciadores de ambos os movimentos, o primeiro grupo espírita constituído no Rio de Janeiro foi o coordenado por Melo Morais, homeopata e historiador de renome. O acontecimento ter-se-ia verificado em 1853, portanto antes de Kardec (1857), o que foi registrado pelo “Reformador”, edição de 1.º de maio de 1883. Era o grupo freqüentado por personalidades eminentes da época, dentre outras: Marquês de Olinda, Visconde de Uberaba e General Pinto.

A inesperada desencarnação de Kardec, a 31 de março de 1869, deixou um tanto confusos, sem direção, os profíctes da nova doutrina, não apenas na Europa, mas também no Brasil. Semelhante situação induziu vários adeptos a criar, no Rio de Janeiro, um núcleo regular para dirigir o Espiritismo e orientar a propaganda. Foi constituída, assim, a 2 de agosto de 1873, também no Rio de Janeiro, uma sociedade regular, com estatutos impressos, para dirigir o Espiritismo e orientar a propaganda, tendo sido o evento divulgado pela imprensa nacional e estrangeira, inclusive a parisiense. Era o *Grupo Confucius*.

Os homeopatas estiveram presentes, majoritariamente, na constituição dessa primeira sociedade espírita com personalidade jurídica, no Brasil, a qual adotou por divisa o postulado kardeciano —: “Sem caridade não há salvação”.

Inobstante a efêmera existência (menos de três anos), o Grupo Confucius acolheu quase todos os crentes e curiosos da época, muitos dos quais vieram de longe.

Assinala o Dr. Canuto Abreu que a esse grupo deve o Espiritismo brasileiro três serviços inestimáveis: a primeira tradução das obras de Kardec; a primeira assistência homeopática gratuita; e a primeira revelação do nome do guia do Espiritismo no Brasil. — Ismael.

A revelação de que o Brasil tem a missão de cristianizar é dessa época, quando já eram usados os epítetos: terra da fraternidade, terra de Jesus, terra do Evangelho. A origem espiritual dos referidos qualificativos parece estar confirmada pelo Espírito Humberto de Campos, através do médium Francisco Cândido Xavier, ao dar o título — “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” — ao livro objeto destes singelos comentários.

Remonta, igualmente, a essa época, a adoção do lema: “Deus, Cristo e Caridade”, sancionado por Ismael, ao revelar que “onde estiver esta bandeira, aí estarei”. (Op. cit. em (57) p. 30.)

As discórdias, entretanto, surgiram e cresceram, oportunizando a fundação, a 26 de abril de 1876, da “Sociedade de Estudos Espíritas Deus, Cristo e Caridade”.

Novas discórdias lavraram nos arraiais da doutrina codificada pelo professor lionês, sendo fundada, a 2 de março de 1880, a “Sociedade Espírita Fraternidade”.

De outra parte, Augusto Elias da Silva, que iniciara os estudos da Doutrina espírita em 1881, lançava, a 21 de janeiro de 1883, o “Reformador”, a vibrante voz que se propunha renovar os costumes.

A veterana revista, quase centenária, vem sendo mantida permanentemente em circulação.

Seu fundador não queria ligá-la a “nenhuma sociedade ou grupo espírita já organizado”. Nessas condições, juntamente com seus amigos Quadros, Xavier Pinheiro, Fernandes Figueira, Silveira Pinto, Romualdo Nunes e Pedro da Nóbrega, constitui novo grupo.

Os valorosos seareiros, reunidos no Natal de 1883, “resolveram fundar uma sociedade nova destinada a federar todos os grupos por um programa equilibrado ou misto”.

As reuniões eram feitas na casa de Elias, situada na Rua da Carioca n.º 120, às terças-feiras. A do dia 2 de janeiro de 1884 teve especial significado: resolveram os denodados batalhadores, nesse memorável dia, “aprovar o plano duma FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA”. (Op. cit. em (57), página 34.)

Estava constituída, por essa forma, a entidade que passaria a congregar as organizações espíritas do Brasil, bem como a supervisionar, em todo o território nacional, a divulgação da consoladora doutrina do Cristianismo Restaurado.

AS CONSIDERAÇÕES DO PLANO EXTRAFFSICO

As informações do além-túmulo ressaltam acontecimentos importantes, que, entretanto, não tiveram guarida nos registros humanos com a relevância que mereciam.

Abeberemo-nos, pois, nessa fonte (p. 177):

“As primeiras experiências spiritistas, na Pátria do Evangelho, começaram pelo problema das curas. Em 1818, já o Brasil possuía um grande círculo homeopático, *sob a direção do mundo invisível*. O próprio José Bonifácio se correspondia com Frederico Hahnemann. Nos tempos do segundo reinado, os mentores invisíveis conseguem criar, na Bahia, no Pará e no Rio de Janeiro, alguns grupos particulares, que projetavam enormes claridades no movimento neo-espírita do continente, talvez o primeiro da América do Sul.”

No capítulo XXIII revela-nos o irmão Humberto:

“O grande movimento preparatório do Espiritismo em todo o mundo tinha, no Brasil, a sua repercussão, como era natural.

Por volta de 1840, ao influxo das falanges de Ismael, chegavam dois médicos humanitários ao Brasil. Eram Bento Mure e Vicente Martins, que faziam da medicina homeopática verdadeiro apostolado. Muito antes da codificação kardeciana, conheciam ambos os transe mediúnicos e o elevado alcance da aplicação do magnetismo espiritual. Introduziram vários serviços de beneficência no Brasil e traziam por lema, dentro da sua maravilhosa intuição, a mesma inscrição divina da bandeira de Ismael — “Deus, Cristo e Caridade”. Indescritível foi o devotamento de ambos à coletividade brasileira, à qual se haviam incorporado, sob os altos desígnios do mundo espiritual.

Nas suas luminosas pegadas, seguiram, mais tarde, outros pioneiros da homeopatia e do Espiritismo, na Pátria do Evangelho. Foram eles, os médicos homeopatas, que iniciaram aqui os passes magnéticos, como imediato auxílio das curas. Hahnemann conhecia a fonte infinita de recursos do magnetismo espiritual e recomendava esses processos psicoterápicos aos seus seguidores.

Os primeiros fenômenos de Hydesville, na América do Norte, em 1848, não passaram despercebidos à corte do segundo reinado. A febre de experimentações que se lhes seguiu, nas grandes cidades européias, incendiou, igualmente, no Rio de Janeiro, alguns cérebros mais destacados no meio social. Em 1853, a cidade já possuía um pequeno grupo de estudiosos, entre os quais se podia notar a presença do Marquês de Olinda e do Visconde de Uberaba. Em Salvador, esses núcleos de experimentação também existiam, em idênticas circunstâncias. Em 1860 surgem as primeiras publicações espiritistas. (...)

(...) O desaparecimento do mestre deixara algo desorientado o campo geral da doutrina em organização. Em Paris, como nos grandes centros mundiais, quiseram inutilmente substituir-lhe a autoridade. As falanges de Ismael estavam vigilantes.

Sugeriram aos espiritistas brasileiros a necessidade de criar, no Rio, um núcleo central das atividades, que ficasse como o órgão orientador de todos os movimentos da doutrina no Brasil. Um dos emissários de Ismael, que dispunha de maiores elementos no terreno das afinidades mediúnicas, para se comunicar nos grupos particulares organizados na cidade, adotou o pseudônimo de Confúcio, sob o qual transmitia instrutivas mensagens e valiosos ensinamentos. Em 1873 fundava-se, com estatutos impressos e demais formalidades exigidas, o “Grupo Confúcio”, que constituiria a base da obra tangível e determinada de Ismael, na terra brasileira. Por esse grupo passaram, na época, todos os simpatizantes da doutrina e, se efêmera foi a sua existência como sociedade organizada, memoráveis foram os seus trabalhos, aos quais compareceu pessoalmente o próprio Ismael, pela primeira vez, esclarecendo os grandes objetivos da sua elevada missão no país do Cruzeiro.

Nem todos os espiritistas modernos conhecem o fecundo labor daqueles humildes arroteadores dos terrenos inférteis da sociedade humana. A realidade é que eles lutaram

denodadamente contra a opinião hostil do tempo, contra o anátema, o insulto e o ridículo e, sobretudo, contra as ondas reacionárias das trevas do mundo invisível, para levantarem bem alto a bandeira de Ismael, como manancial de luz para todos os espíritos e de conforto para todos os corações. As entidades da sombra trouxeram a obra ingrata da oposição ao trabalho produtivo da edificação evangélica no Brasil. Bem sabemos que, assim como Aquiles possuía um ponto vulnerável no seu calcanhar, o homem em si, pela sua vaidade e fraqueza, também tem um ponto vulnerável em todos os escaninhos da sua personalidade espiritual, e os seres das trevas, se não conseguiram vencer totalmente os trabalhadores, conseguiram desuni-los no plano dos seus serviços à grande causa. O “Grupo Confúcio” teve uma existência de três anos rápidos.

Os mensageiros de Ismael, triunfando da discórdia que destruíra o grande núcleo nascente, fundavam sobre ele, em 1876, a “Sociedade de Estudos Espíritos Deus, Cristo e Caridade”, sob a direção esclarecida de Francisco Leite de Bittencourt Sampaio, grande discípulo do emissário de Jesus, que, juntamente com Bezerra, tivera a sua tarefa previamente determinada no Alto. A ele se reuniu Antônio Luiz Sayão, em 1878, para as grandes vitórias do Evangelho nas terras do Cruzeiro. O trabalho maléfico das trevas, no plano invisível, é arrojado e perseverante. No seio desse redil de almas humildes e simples, esclarecidas à luz dos princípios cristãos, onde militavam espíritos lúcidos e sábios como Bittencourt Sampaio, que abandonara os fulgores enganosos da sua elevada posição na literatura e na política para se apegar às claridades do ideal cristão, as entidades tenebrosas conseguem encontrar um médium, pronto para a dolorosa tarefa de fomentar a desarmonia e, estabelecida de novo a discórdia, os mensageiros de Ismael reorganizam as energias existentes, para fundarem, em 1880, a “Sociedade Espírita Fraternidade”, com a qual se carregava em triunfo o bendito lema do suave estandarte do emissário do Divino Mestre. Em 1883, Augusto Elias da Silva, na sua posição humilde, lançava o “Reformador”, coadjuvado por alguns companheiros e com o apoio das hostes invisíveis. As mesmas reuniões do grupo humilde de Antônio Sayão e Bittencourt Sampaio continuam. Uma plêiade de médiuns curadores, notáveis pela abnegação, iniciam, no Rio, o seu penoso apostolado. (...)

A obra de Ismael, no que se referia às luzes sublimes do Consolador, estava definitivamente instalada na Pátria do Cruzeiro, apesar da precariedade do concurso dos homens. As divergências foram atenuadas, para que a tranquilidade voltasse a todos os centros de experimentação e de estudo. Os operários espalhavam-se pelo Rio, cada qual com a sua ferramenta, dentro do grande plano da unificação e da paz, nos ambientes da doutrina, plano esse que eles conseguiram relativamente realizar, mais tarde, organizando o aparelho central de suas diretrizes, que se consolidaria com a Federação Espírita Brasileira, onde seria localizada a sede diretora, no plano tangível, dos trabalhos da obra de Ismael no Brasil.”

24 UNIFICAÇÃO

Tentaremos transmitir, em rápidos traços, uma visão ampla do processo histórico da unificação, que vem sendo conceituada como “unidade de ação doutrinária e coesão administrativa, com entrelaçamento de vontades, objetivando a vivência dos postulados do Espiritismo”.

Seus antecedentes remontam aos acontecimentos referidos nos tópicos anteriores, desde o problema das curas, em 1818, portanto, 39 anos antes da Codificação Espírita.

Evento marcante do anseio unificador temo-lo na instalação do Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira, em 1926, com a presença de diversos presidentes de Federações Espíritas Estaduais, que, pela primeira vez (vide p. 291), se reúnem sob o pátio de Ismael.

SEMENTEIRA DE LUZ

A inserção, nas colunas de “Reformador”, o órgão de publicidade da Federação Espírita Brasileira, a 16 de fevereiro de 1930, pela primeira vez, de versos psicografados por *Francisco Cândido Xavier*, representa notável esforço do Alto, no sentido da unificação. Era o ponto de partida da brilhante empreitada de legítimo intercâmbio com emissários do Cristo, tendente a reunir, em única fonte, com abundância, instruções sábias e misericordiosas.

Com o perpassar dos anos, mais e mais se evidencia, na obra mediúnica de Francisco Cândido Xavier, sua autêntica missão unificadora.

Não apenas a unificação de normas de trabalho ou de diretrizes administrativas — merecedoras, indubitavelmente, de acatamento e respeito —, mas aquela unificação de essência, que emerge da pureza doutrinária em que está embasada, e que a caracteriza como complemento da Codificação de Allan Kardec.

O prof. Ramiro Gama⁶⁸, referindo-se a uma enfermidade do Chico, relata o seguinte episódio, merecedor de toda a atenção de quem procura analisar a grandiosa obra do sensitivo mineiro.

“Pelos médicos locais é considerado tuberculoso, tão fraco está e febril. E, em certa manhã ensolarada, vendô-o tão triste, sentado à entrada da porta, Emmanuel, seu dedicado guia, põe-lhe a mão no ombro e diz: Chico, procure reagir, se não você falirá. E se chegar agora aqui, desencarnado, chegará *inegavelmente como um homem de bem, porque já realizou algo*, mas deixará de fazer muita coisa prometida e nos colocará em situação sobremodo delicada, pois que levamos anos a organizar os planos de sua reencarnação.”
(*Grifamos.*)

O trecho acima transcrito evidencia a tarefa missionária da dupla Chico-Emmanuel,

⁶⁸ (67) Op. ref. em (10), p. 19.

convicção que fica robustecida quando se confronta a vida apostolar do, agora, já famoso sensitivo, inspirado pelo bondoso mentor, com a mensagem de Erasto, extraída de “O Evangelho segundo o Espiritismo”, cap. XXI, 9 (68): .⁶⁹

“(. . .) haveis de concluir que o verdadeiro missionário de Deus tem de justificar, pela sua superioridade, pelas suas virtudes, pela grandeza, pelo resultado e pela influência moralizadora de suas obras, a missão de que se diz portador. Tirai também esta outra consequência: se, pelo seu caráter, pelas suas virtudes, pela sua inteligência, ele se mostra abaixo do papel com que se apresenta, ou da personagem sob cujo nome se coloca, mais não é do que um histrião de baixo estofa, que nem sequer sabe imitar o modelo que escolheu.

Outra consideração: os verdadeiros missionários de Deus ignoram-se a si mesmos, em sua maior parte; desempenham a missão a que foram chamados pela força do gênio que possuem, secundado pelo poder oculto que os inspira e dirige a seu mau grado, mas sem desígnio premeditado. Numa palavra: os *verdadeiros profetas se revelam por seus atos, são adivinhados, ao passo que os falsos profetas se dão, eles próprios, como enviados de Deus*. O primeiro é humilde e modesto; o segundo, orgulhoso e cheio de si, fala com altivez e, como todos os mendazes, parece sempre temeroso de que não lhe dêem crédito.”

MANIFESTO

Notável esforço unificador desenvolveu o Congresso de 1948.

Extraímos do “Manifesto do Congresso Brasileiro de Unificação Espírita”⁷⁰:

“Espíritas do Brasil!

O Congresso Brasileiro de Unificação Espírita, reunido em São Paulo, de 31 de outubro a 3 de novembro de 1948, realizou-se sob os eflúvios de sublimada concórdia. As teses versaram sobre assuntos relevantes e foram submetidas ao crivo da razão e do estudo. Visavam a unificação direcional do Espiritismo e propunham medidas colimando a rápida difusão da Doutrina. Para lograr pronto andamento, vencendo dificuldades, indicavam soluções oportunas na equação dos problemas.

Todos os trabalhos demonstraram o anseio insopitável de unificação de sentimentos, propósitos e diretrizes.

Para a almejada concretização, os Congressistas procuraram no caldeamento de interesses e programas obter a essência das proposições oferecidas. (. . .)

Jesus ordenou permanecêssemos em seu amor, guardando-lhe a palavra. Resta, portanto, que vós, nos quadrantes da Pátria, impulsionados pela fraternidade cristã e determinados pelo amor à Causa e ao Bem, formeis fileiras em torno da Bandeira de Unificação e do Ensino Espíritas. (. . .)

⁶⁹ (68) Op. ref. em (19), p. 338.

⁷⁰ (69) UNIÃO SOCIAL ESPIRITA (USE). Anais do Congresso Brasileiro de Unificação Espírita. São Paulo, Oficina Impressora Artística Ltda., pp. 180 a 183.

Lembraí-vos de que somos unos em Cristo, filhos de um só Deus, norteados por uma só aspiração, orientados por um só Mestre, para a formação do rebanho de um só Bom Pastor!

Que Jesus ilumine e oriente, e que Deus abençoe e ampare o Brasil!

São Paulo, 3 de novembro de 1948.

Estado de Minas Gerais — Dr. Camilo Rodrigues Chaves, Bady Elias Curi, Dr. Noraldino Mello Castro; Estado do Rio Grande do Sul — Mar- cílio Cardoso de Oliveira, Ten.-Cel. Roberto Pedro Michelena, Dr. João Pompílio Almeida Filho, Francisco Spinelli; Estado de Santa Catarina — Osvaldo Melo; Estado do Paraná — João Ghignone, Francisco Raitani, Abibe Isfer; Estado de São Paulo — Pedro de Camargo, Cte. Edgard Armond, Carlos Jordão da Silva, Júlio de Abreu Filho, Antonio José Trindade, Apoio Oliva Filho, Dr. Jaime Monteiro de Barros, Dr. Wilson Ferreira de Mello, Nabor da Graça Leite, Dr. Manuel de Paula Cerdeira; Conselho Consultivo das Mocidades Espíritas do Brasil (Rio de Janeiro) — Leopoldo Machado; Estado da Bahia — Nelson Batista de Azevedo; Estado do Rio de Janeiro — José Herculano Pires; Estado de Sergipe — Dr. Herminio da Silva Vicente; Estado de Alagoas — J. J. Cordeiro; Estado do Ceará — Doutor Ary Lex; Estado do Rio Grande do Norte — Sebastião G. de Souza; Estado do Pará — Marília F. Almeida Barbosa; Estado de Mato Grosso — General Pedro Pinho; Estado de Pernambuco — Doutor Eurípedes de Castro.”

PACTO AUREO

O anseio unificador manifestava-se em todos os quadrantes do “Coração do Mundo”. Coube novamente a São Paulo, todavia, a iniciativa de dar novo impulso ao movimento.

A União Social Espírita do Estado de São Paulo (USE), constituída em março de 1946, como a única entidade federativa de âmbito estadual, era a conse- quência natural do “Congresso Espírita do Estado de São Paulo”, realizado na Capital Bandeirante, em 1945.

A dinâmica organização não circunscreve sua atividade ao glorioso Estado em que se formou, e dirige as vistas para o Sul, onde eventos locais de caráter unificador assinalavam o progresso alcançado pela idéia do Espiritismo uno. Dentro da orientação adotada, no período de 6 a 10 de setembro de 1949, visitou Porto Alegre a “Caravana da Fraternidade”

⁷¹, composta pelos confrades Carlos Jordão da Silva, Luisa Pessanha Camargo Branco, Emílio Manso Vieira, Ari Casadio, Maria Marcelina Branco, Edmundo Sansone e Gilda Sansone.

Os caravaneiros desenvolveram intensa atividade (visitas, conferências, contatos vários), movimentando os espíritas da capital gaúcha e arredores, que acorreram em massa aos locais de reunião, onde era feita maciçamente a propaganda do movimento unificador.

Em seu regresso, a “Caravana”, sendo portadora de vibrante mensagem do confrade Roberto Pedro Michelena, intitulada — *Na Marcha para a Unificação* — aos irmãos do Paraná, visitou Curitiba, em tarefa de divulgação da campanha unificadora (revista citada,

⁷¹ (70) SPINELLI, Francisco. “Caravana Paulista da Fraternidade”, in A Reencarnação, Federação Espírita do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ano XVI, setembro e outubro de 1949, p. 1.

p. 13).

Entrementes, realizava-se, no Rio de Janeiro, de 3 a 12 de outubro de 1949, o II Congresso Espírita Pan-Americano (II CEPA), de que participaram delegações e representantes da Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, Estados Unidos da América do Norte, México, Porto Rico e Uruguai.

Publicou o mesmo órgão atrás referido a reportagem intitulada *Áureos acontecimentos*⁷², que, conquanto tenha sido estampada sem assinatura, sabe o comentador ter sido seu autor, tanto quanto a referenciada em , o saudoso seareiro Francisco Spinelli.

O depoimento é precioso porque Spinelli, membro da delegação gaúcha que integrou o II CEPA, foi testemunha ocular dos acontecimentos que culminaram com a assinatura do “Pacto Áureo”.

Colhemos na valiosa peça:

“Foi um certame de relevância, em que foram discutidos transcendentais problemas, obtendo-se soluções oportunas para a vida do Espiritismo na América. Esse movimento empolgou profundamente a todos que dele participaram diretamente, bem como às dezenas de milhares de assistentes que superlotaram o Teatro João Caetano e o estádio do Botafogo, nas cerimônias de abertura e encerramento que naqueles locais, respectivamente, se realizaram. (...)

E, agora, impulsionados pela beleza de fim delineado e, mais, pela afirmativa categórica dos Espíritos do Senhor, todos, os da Comissão Executiva do Congresso Brasileiro de Unificação Espírita, ao mesmo tempo que participávamos do II CEPA, encaminhávamos entendimentos para a almejada Unificação.

E as bênçãos caíram dos Céus. (...)

A aurora de um novo dia marcou, para nós todos, os espíritas de todas as partes, o começo de uma nova jornada, mais gloriosa e mais sintonizada com a vontade e convite do Senhor.

E a Unificação celebrou-se a 5 de outubro de 1949, na Casa de Ismael, onde se reuniram representantes da Comissão Executiva do Congresso Brasileiro de Unificação Espírita, da Liga Espírita do Brasil e da Federação Espírita Brasileira, para levar a efeito o acordo, como se depreende dos termos da ata que no momento foi lavrada e foi subscrita por todos os participantes da memorável reunião.”

De outra parte, assim se externou Antônio Wantuil de Freitas, presidente da Federação Espírita Brasileira e diretor de “Reformador”⁷³: “Os espíritas do “Coração do Mundo”, no dia

⁷² (71) SPINELLI, Francisco. “Áureos acontecimentos”, in A Reencarnação, Federação Espírita do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ano XVI, novembro de 1949, p. 3.

⁷³ (72) Editorial “Unificação”, in Reformador, diretor FREITAS, Antônio Wantuil, Federação Espírita Brasileira, Rio de Janeiro, ano LXVI, novembro de 1949, p. 5.

5 de outubro de 1949, data a que o nosso colega “Mundo Espírita” muito acertadamente chamou — DIA ÁUREO DA CONFRATERNIZAÇÃO —, vibraram de entusiasmo pelo grande acontecimento da Unificação, pois que a notícia foi levada celeremente a todos os recantos da Pátria, através de telegramas, de rádios, de cabogramas e de telefonemas interurbanos.

Com um entusiasmo nunca dantes verificado em nossos meios, os abraços se sucediam, enquanto de muitos olbos a alegria se manifestava cristalina e bela, através de pérolas líquiefeitas a rolaem, silenciosas, mas vivificadas pelo Espírito, pelas faces dos velhos trabalhadores da Seara.

“Reformador” não pode registrar os acontecimentos. Seus redatores não se sentem capazes de descrever com palavras precisas, talvez por inexistentes no vocabulário humano, os quadros de verdadeira espiritualidade então presenciados por todos quantos tiveram a grande felicidade de se encontrarem reunidos, na Capital da República.”

O documento, que passaria à posteridade com o nome de *Pacto Áureo*, é o feliz coroamento, na sede da Federação Espírita Brasileira, com o com- parecimento dos representantes de várias Federações e Uniões de âmbito estadual, do esforço e do anseio de infatigáveis arroteadores da Divina Seara.

Diz o histórico diploma, em linguagem simples, mas incisiva.

“(. . .) 1.º Cabe aos Espíritas do Brasil porem em prática a exposição contida no livro “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”, de maneira a acelerar a marcha evolutiva do Espiritismo. — 2.º A FEB criará um Conselho Federativo Nacional, permanente, com a finalidade de executar, desenvolver e ampliar os planos da atual Organização Federativa. — 3.º) Cada Sociedade de âmbito estadual indicará um membro de sua diretoria para fazer parte desse Conselho. (. . .) 8.º) No caso de haver mais de uma Sociedade de âmbito estadual em algum Estado, tudo se fará para que se reúnam em torno de uma terceira, cuja presidência será exercida em rodízio e automaticamente pelo presidente de cada uma delas, substituídos que serão, anualmente, no dia 1.º de janeiro de cada ano. (. . .) 12.º) As Sociedades componentes do Conselho Federativo Nacional são completamente independentes. A ação do Conselho só se verificará, aliás, fraternalmente, no caso de alguma Sociedade passar a adotar programa que colida com a doutrina exposta nas obras: “O Livro dos Espíritos” e “O Livro dos Médiuns”, e isso por ser ele, o Conselho, o orientador do Espiritismo no Brasil. (. . .) a) Oswaldo Mello, secretário; Antônio Wantuil de Freitas, presidente da Federação Espírita Brasileira; Arthur Lins de Vasconcellos Lopes, por si e pelo Sr. Aurino Barbosa Souto, presidente da Liga Espírita do Brasil; Francisco Spinelli, pela Comissão Executiva do Congresso Brasileiro de Unificação Espírita e pela Federação Espírita do Rio Grande do Sul; Roberto Pedro Michelena; Felisberto do Amaral Peixoto; Marcírio Cardoso de Oliveira; Jardelino Ramos; Oswaldo Mello, pela Federação Espírita Catarinense; João Ghignone, presidente, e Francisco Raitani, membro do Conselho da Federação Espírita do Paraná; Pedro Camargo — Vinícius e Carlos Jordão da Silva, pela União Social Espírita de S. Paulo (USE);

Bady Elias Curi, pela União Espirita Mineira; No- raldino de Mello Castro, presidente do Conselho Deliberativo da União Espirita Mineira.”

CARAVANA DA FRATERNIDADE

Constitui etapa gloriosa da marcha da Unificação, galhardamente vencida pelo sadio idealismo dos espíritas patricios, a tarefa cumprida pela CARAVANA DA FRATERNIDADE.

Para fazer fiel relato da abençoada empreitada, nada melhor que a palavra autêntica de um de seus componentes.

E esta nós a temos na reportagem intitulada *Consolidando a Obra de Unificação*⁷⁴, subscrita por Peregrino, pseudônimo de que se servia o querido e saudoso seareiro Francisco Spinelli.

Leiamos no original:

“A “Caravana da Fraternidade” teve a seguinte composição: pelo Estado do Paraná, o Dr. Lins de Vasconcellos Lopes; pelo Estado de São Paulo, Carlos Jordão da Silva e Ary Casadio; pelo Estado do Rio, prof. Leopoldo Machado; pelo Estado do Rio Grande do Sul, Francisco Spinelli; em Pernambuco, a Caravana foi engrossada com a inclusão do confrade Luiz Burgos Filho, representante daquele Estado. (...)

Além desta “Caravana”, outra — uma “Caravana invisível” — entregou-se a idêntica tarefa, sendo ela supervisionada por Bezerra de Menezes, conforme testemunho dado por este luminar e mais companheiros, entre os quais, Guillon Ribeiro, Ri- chard, Caírbar Schutel, José Petitinga, Humberto de Campos, Amaral Ornellas, e muitos outros, que muito contribuíram para o feliz êxito obtido. (...)

E AS BÊNÇÃOS VIERAM FARTAS

Partimos a 29 daquele mês (outubro de 1950 — nota do comentador), unindo-nos com companheiros caros e dedicados do Paraná, São Paulo, Rio e Pernambuco, para, após mês e meio de trajetórias, regressar com os alforjes da alma repletos de Graças e Bênçãos.

É que, por mais otimistas que fossem as perspectivas, a ninguém fora dado calcular a beleza das soluções, a grandiosidade manifesta da misericórdia divina, os motivos de satisfação e de alegria cristã que a labuta magnífica reservara aos que se haviam predispostos à aceitação do misericordioso convite...

Tudo excedeu à expectativa.

A marcha teve início em Salvador e prosseguiu inalterável: Aracaju, Maceió, Recife, João Pessoa, Natal, Fortaleza, Parnaíba, Teresina, São Luís, Belém e Manaus. (...)

Multiplicados, encontramos os núcleos de assistência à infância, à velhice e às mães; escolas, abrigos, maternidades, asilos, ambulatórios, hospitais; ao mesmo passo que a pregação da “boa nova” se faz pelas tribunas, pelos jornais, pelos rádios e até na praça

⁷⁴ (73) PEREGRINO. “Consolidando a Obra de Unificação”, in A Reencarnação, Federação Espirita do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ano XVII, fevereiro de 1951, pp. I e 2.

pública, mesmo onde se exige desassombro e coragem dos servos do Senhor, ante preconceitos ambientes. — Sem exceção de um único Estado visitado, por toda parte há o bafejo profundo desse surto de cristandade triunfante.

Faltava coordenação, unindo as forças dispersas, propiciar ajustamento para uma ação com diretrizes objetivando o conjunto, já que o traço característico de liberalidade existente nas atividades organizadoras de entidades espíritas pode agora receber o influxo salutar da experiência vivida em vários lustros de atividades dignificantes, desde o extremo sul até o extremo norte.

Daí o imperativo da obra de unificação que se iniciou na zona meridional e se espraia vertiginosamente por todos os quadrantes do território brasileiro. (...)

Funda-se a União Social Espírita da Bahia (vide p. 291) a Federação Espírita Sergipana, reestrutura-se a Federação Espírita de Alagoas e a Comissão Estadual de Espiritismo de Pernambuco, afirmam-se novos e elevados propósitos da Federação Espírita Paraibana, reorganiza-se a Federação Espírita do Rio Grande do Norte, fundem-se as entidades federativas do Ceará, num único núcleo — a União Espírita Cearense; Paraíba e Teresina fundam a Federação Espírita do Piauí; assim como elevado número de entidades maranhenses criam a Federação Espírita do Maranhão; em Belém é centralizada a direção do Espiritismo com a convergência federativa para a “União Espírita Paraense”, o mesmo ocorrendo com a reorganização da “Federação Espírita Amazonense”. E todas, solidárias com o Pacto Áureo de 5 de outubro de 1949, que criou o Conselho Federativo Nacional, na Federação Espírita Brasileira, a “Casa- -Mãter” do Espiritismo no Brasil, estão hoje representadas no grande órgão central para onde está convergindo a maior força da Doutrina Espírita, no mundo em que vivemos.

Confrades e organizações visitados, pois, vibram nesta hora um só desejo e almejam um só objetivo e finalidade. Passam a constituir elos de uma mesma corrente que se fortifica pelo trabalho construtivo, buscando, num princípio de ordem fraternal, conjugar os esforços nas labutas comuns, a fim de que se consolide na obra consumada a missão superior que foi destinada ao Brasil, segundo enunciado por Humberto de Campos, em sua incomparável obra “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”.⁷⁵ (...)

Está, pois, em marcha triunfante o movimento de unificação do Espiritismo no Brasil. Ele se processa segundo os imperativos da própria Doutrina, pelo alertamento de consciências, pelos impulsos de coração. Não há impositivos, porque a Doutrina Espírita não é dogmática, não há ordens a cumprir porque a Doutrina Espírita não tem chefes; não há hierarquia; o espírita tem um chefe comum, que é seu irmão maior: JESUS-CRISTO, e para atender- -lhe a

⁷⁵ (74) Vinte anos depois das inspiradas expressões de Peregrino, esta mesma obra seria tomada como fonte sugestiva do I Seminário de Avaliação da Unificação Espírita no Rio Grande do Sul (cf. “Informação Liminar” destes singelos comentários).

vontade e lições, basta que cumpra o que Ele ensina no Evangelho.

Tais são as diretrizes da Doutrina capaz de salvar o mundo.

Essa afirmação de propósitos e diretrizes a tivemos, quando, segunda-feira última, recebíamos em Pedro Leopoldo, por intermédio de Chico Xavier, a seguinte mensagem de Emmanuel:

“Meus amigos, muita paz.

Jesus é o centro divino da verdade e do amor, em torno do qual gravitamos e progredimos.

Por se guardarem leis, em torno dEle, unidos, não só nas plataformas verbalistas, mas também na fraternidade real e no espírito de sacrifício, os cristãos da epopéia evangélica inicial sofreram, lutaram e amaram, durante trezentos anos, esperando a renovação do mundo.

Hoje o espetáculo é diferente.

Não mais tronos de tirania na governança dos povos e não mais os circos de lama e sangue, exigindo a renúncia extrema nas angústias da sombra e da morte, mas, prevalecem, dentro de nós, as forças escuras da perturbação e da desordem, reclamando o exercício de toda a nossa capacidade de trabalho restaurador no mundo de nós mesmos.

Há uma Terra diferente aguardando-nos os corações e as mãos na reestruturação da vida.

E o Espiritismo Cristão, pelos spiritistas, é a luz que deve resplandecer para os tempos novos.

Daí o imperativo de nossa unificação nos alicerces do serviço.

Claro que a sintonia absoluta de todas as interpretações doutrinárias, num foco único de visão, é realização impraticável e, por agora, impossível.

Cada criatura contempla a natureza e o horizonte do ângulo em que se coloca. O sementeiro do vale não verá o mesmo jogo de luz no Céu, suscetível de ser identificado pelo observador do firmamento situado no monte.

Que os trabalhadores do bem sejam honrados na posição digna em que se colocam.

O jovem é irmão do mais velho, e aquele que ampara o alienado é companheiro do missionário que escreve um texto consolador.

A Doutrina Redentora dos Espíritos é um edifício divino na Terra, e o servidor que traça paisagem simbólica e sublime, no altar mais íntimo desse domicílio sagrado de fé, não pode ironizar o companheiro que empunha a picareta, nas bases da casa, para sustentar-lhe a higiene, a segurança, a beleza, muitas vezes, com suor e lágrimas.

Cultuemos, acima de tudo, a solidariedade legítima.

Nossa união, portanto, há de começar na luz da boa-vontade.

Guardemos boa-vontade uns para com os outros, aprendendo e servindo com o Senhor, e felicitando aos companheiros que se confiaram à tarefa sublime da confraternização, usando o próprio esforço.

Rogo ao Divino Mestre nos fortaleça e ajude, a todos nós.”

“E, como se isso não bastasse para o encerramento dessa etapa de atividades, ainda por intermédio de Chico Xavier, o Espírito de Amaral Ornellas dirige à “Caravana da Fraternidade”, cujos membros se achavam presentes à sessão, o seguinte soneto:

União

Unamo-nos, irmãos, enquanto fulge o dia,
Guiando o arado à frente, em plena primavera!
Pela Fraternidade, a fé nobre e sincera
Edifica, entre nós, o Reino da Harmonia.
O Espiritismo é a luz que se eleva e anuncia
A Nova Humanidade ao sol da Nova Era,
No Evangelho do Amor, que salva e regenera
Para a renovação da perpétua alegria.
De mãos dadas a Cristo, unidos venceremos
Na excelsa direção dos Páramos Supremos
Onde a Vida Imortal é fúlgido destino. . .
O Céu espera em nós, para a glória do mundo,
Um rebanho somente em trabalho fecundo,
Uma fé soberana e um só Pastor Divino.

São estes alguns detalhes desta misericordiosa jornada que DEUS proporcionou, por sua infinita Graça. (. . .)

Repitamos como o converso de Damasco: “E pela mesma razão folgai vós também e regozijai-vos comigo”. Peregrino.”

MENSAGEM DE BEZERRA

Doze anos e seis meses depois do valoroso trabalho da “Caravana da Fraternidade”, vários membros da Federação Espírita do Estado de São Paulo visitaram o querido médium Chico Xavier, em Uberaba (MG).

Em reunião realizada na Comunhão Espírita Cristã, a 20 de abril de 1963, com a presença do Dr. Luiz Monteiro de Barros, Américo Montagnini e outros cooperadores da referida Federação Espírita do Estado de São Paulo, pelo médium Xavier, manifestou-se psicograficamente o querido mentor Bezerra de Menezes, que brindou a comunidade espírita do Brasil com a bela e instrutiva mensagem a que denominou *Unificação*.

Era mais um segmento, que se completava, da luminosa espiral de complementação da obra de Kardec.

Dada a indiscutível relevância, leiamo-la, na íntegra⁷⁶:

⁷⁶ (75) XAVIER, Francisco Cândido. Bezerra de Menezes. “Unificação”, mensagem, São Paulo, Federação Espírita do Estado de São Paulo, 1963.

Unificação

“O serviço de unificação em nossas fileiras é urgente mas não apressado. Uma afirmativa parece destruir a outra. Mas não é assim. É urgente porque define objetivo a que devemos todos visar, mas não apressado porquanto não nos compete violentar consciência alguma. Mantenhamos o propósito de irmanar, aproximar, confraternizar e compreender; e, se possível, estabeleçamos em cada lugar um grupo de estudo, ainda que reduzido, da Obra Kardeciana, à luz do Cristo de Deus. Nós que nos empenhamos carinhosamente a todos os tipos de realização respeitável que os nossos princípios nos oferecem, não podemos esquecer o trabalho do raciocínio claro para que a vida se nos povoe de estradas menos sombrias. Comparemos a nossa Doutrina Redentora a uma cidade metropolitana, com todas as exigências de conforto e progresso, paz e ordem. Indispensável a diligência no pão e no vestuário, na moradia e na defesa de todos, entretanto, não se pode olvidar o problema da luz. A luz foi sempre uma preocupação do homem, desde a hora da furna primeira. Antes de tudo, o fogo obtido por atrito, a lareira doméstica, a tocha, os lumes vinculados às resinas, a candeia e, nos tempos modernos, a força elétrica transformada em clarão.

A Doutrina Espírita possui os seus aspectos essenciais em configuração tríplice. Que ninguém seja cerceado em seus anseios de construção e produção. Quem se afeiçoe à ciência que a cultive em sua dignidade, quem se devote à filosofia que lhe engrandeça os postulados e quem se consagre à religião que lhe divinize as aspirações, mas que a base kardeciana permaneça em tudo e todos, para que não venhamos a perder o equilíbrio sobre os alicerces em que se nos levanta a organização.

Nenhuma hostilidade recíproca, nenhum despreço a quem quer que seja. Acontece, porém, que temos necessidade de preservar os fundamentos espíritas, honrá-los e sublimá-los, senão acabaremos estranhos uns aos outros ou então cadaverizados em arregimentações que nos mutilarão os melhores anseios, convertendo-nos o movimento de libertação numa seita estanque, encarcerada em novas interpretações e teologias, que nos acomodariam nas conveniências do plano inferior e nos afastariam da verdade.*

Allan Kardec, nos estudos, nas cogitações, nas atividades, nas obras, a fim de que a nossa fé não faça hipnose, pela qual o domínio da sombra se estabelece sobre as mentes mais fracas, acorrentando-as a séculos de ilusão e sofrimento.

Libertação da palavra divina é desentranhar o ensinamento do Cristo de todos os cárceres a que foi algemado e, na atualidade, sem querer qualquer privilégio para nós, apenas o Espiritismo retém bastante força moral para se não prender a interesses subalternos e efetuar a recuperação da luz que se derrama do verbo cristalino do Mestre, dessedentando e orientando as almas. Seja Allan Kardec não apenas crido ou sentido, apregoado ou manifestado, a nossa bandeira, mas suficientemente vivido, sofrido, chorado, e realizado em nossas próprias vidas. Sem essa base é difícil forjar o caráter espírita-cristão que o mundo conturbado espera de nós pela Unificação.

Ensinar mas fazer, crer mas estudar, aconselhar mas exemplificar, reunir mas alimentar.

Falamos em provações e sofrimentos, mas não dispomos de outros veículos para assegurar a vitória da verdade e do amor sobre a Terra. Ninguém edifica sem amor, ninguém ama sem lágrimas.

Somente aqui, na vida espiritual, vim aprender que a cruz do Cristo era uma estaca que Ele, o Mestre, fincava no chão para levantar o mundo novo.

E para dizer-nos em todos os tempos que nada se faz de útil e bom sem sacrifícios, morreu nela. Espezinhado, batido, enterrou-a no solo, revelando- -nos que esse é o nosso caminho — o caminho de quem constrói para cima, de quem mira os continentes do Alto.

É indispensável manter o Espiritismo qual foi entregue pelos mensageiros divinos a Allan Kardec, sem compromissos políticos, sem profissionalismo religioso, sem personalismos deprimentes, sem pruridos de conquista a poderes terrestres transitórios.

Respeito a todas as criaturas, apreço a todas as autoridades, devotamento ao bem comum e instrução ao povo, em todas as direções, sobre as verdades do espírito, imutáveis, eternas.

Nada que lembre castas, discriminações, evidências individuais injustificáveis, privilégios, imunidades, prioridades.

Amor de Jesus sobre todos, verdade de Kardec para todos.

Em cada templo, o mais forte deve ser escudo para o mais fraco, o mais esclarecido a luz para o menos esclarecido e sempre e sempre seja o sofredor o mais protegido e o mais auxiliado, como entre os que menos sofram seja o maior aquele que se fizer o servidor de todos, conforme a observação do Mentor Divino.

Sigamos para a frente, buscando a inspiração do Senhor. Bezerra”

Dentro do mesmo tema, cumpre, ainda, recordar a seguinte mensagem de Emmanuel⁷⁷:
Kardec

“ Lembrando o Codificador da Doutrina Espírita, é imperioso estejamos alertas em nossos deveres fundamentais.

Convençamo-nos de que é necessário:

sentir Kardec; estudar Kardec; anotar Kardec; meditar Kardec; analisar Kardec; comentar Kardec; interpretar Kardec; cultivar Kardec; ensinar Kardec; divulgar Kardec. . .

Que é preciso cristianizar a Humanidade é afirmação que não padece dúvida; entretanto, cristianizar, na Doutrina Espírita, é raciocinar com a verdade e construir com o bem de todos, para que, em nome de Jesus, não venhamos a fazer sobre a Terra mais um sistema de fanatismo e de negação.

Emmanuel.”

⁷⁷ (76) XAVIER, Francisco Cândido. Autores diversos. Caminho Espírita. Uberaba, MG, Comunhão Espírita Cristã, 1967, p. 55.

Notas especiais da Editora (FEB):

À página 267. Antes da Reunião de 1926, houve outra, que seria certamente a primeira, sob o pálio de Ismael, de 1? a 3 de outubro de 1904, cf. *Reformador* de 19-11-1904, pp. 337 a 340. Era o *Centenário de Ailan Kardec* (nascimento). A FEB reunira no Rio de Janeiro (RJ) os Representantes de todo o país, da época. “Bases de Organização Espírita” foi o importante documento aprovado na ocasião. Do que foi o Conclave, diz-nos o *Livro do Centenário* (esgotado), editado em 1906 (FEB). *Reformador* de janeiro de 1979 reportou-se ao evento de setenta e cinco anos atrás.

As páginas 280/1. Atualmente o Movimento, na Bahia, está sob a responsabilidade da *Federação Espírita do Estado da Bahia*, em função da unificação havida e da fusão de entidades, há anos efetuada. Em Pernambuco, a *Federação Espírita Pernambucana* é a sociedade com representação no CFN da FEB. Após quase três décadas, outras entidades tiveram suas denominações alteradas.

Na 49 capa (p. 4) de *Reformador* de janeiro de 1979 figura a composição plenamente atualizada do Conselho Federativo Nacional.

25 PÁTRIA DO EVANGELHO

Estamos chegando ao termo destes singelos ensaios que têm por principal finalidade ressaltar o ascendente espiritual nos acontecimentos marcantes de nossa história.

A palavra dos benfeitores espirituais, ungida de paz e amor, sempre desempenha o papel de bênção no coração do espírito temporariamente ligado ao veículo somático, mas já voltado para a realidade tangível da vida além da morte.

Ouçamo-la, pois, qual bálsamo que confere tresdobradas forças ao viajor fatigado, nestes dias difíceis de transição para o Milênio da Luz, que se avizinha.

Não mais dúvidas, mas a certeza plena dos bonançosos dias porvindouros.

A propósito, robustecemos nossa fé raciocinada pela consoladora mensagem de Emmanuel⁷⁸:

No futuro

“E não mais ensinará cada um a seu próximo, nem cada um a seu irmão, dizendo. — Conhece o Senhor! porque todos me conhecerão, desde o menor deles até ao maior.” Paulo. (HEBREUS, 8.11.)

Quando o homem gravar na própria alma

Os parágrafos luminosos da Divina Lei,

○ companheiro não repreenderá o companheiro,

○ irmão não denunciará outro irmão.

○ cárcere cerrará suas portas,

Os tribunais quedarão em silêncio.

Canhões serão convertidos em arados,

Homens de armas volverão à sementeira do solo.

○ ódio será expulso do mundo,

As baionetas repousarão,

As máquinas não vomitarão chamas para o incêndio e para a morte,

Mas cuidarão pacificamente do progresso planetário.

A justiça será ultrapassada pelo amor.

Os filhos da fé não somente serão justos,

Mas bons, profundamente bons.

A prece constituir-se-á de alegria e louvor

E as casas de oração estarão consagradas ao trabalho sublime da fraternidade suprema. A pregação da Lei

Viverá nos atos e pensamentos de todos, Porque o Cordeiro de Deus

Terá transformado o coração de cada homem Em tabernáculo de luz eterna,

⁷⁸ (77) XAVIER, Francisco Cândido. Emmanuel. Pão Nosso. Rio de Janeiro, Federação Espírita Brasileira, 1977, p. 93.

Em que o seu Reino Divino Resplandecerá para sempre.”

Instruamo-nos, ainda, com os ensinamentos do mesmo benfeitor espiritual, extraídos do prefácio do livro em estudo (p. 10):

“(. . .) Humboldt, visitando o vale extenso do Amazonas, exclamou, extasiado, que ali se encontrava o celeiro do mundo. O grande cientista asseverou uma grande verdade: precisamos, porém, desdobrá-la, estendendo-a do seu sentido econômico à sua significação espiritual. O Brasil não está somente destinado a suprir as necessidades materiais dos povos mais pobres do planeta, mas, também, a facultar ao mundo inteiro uma expressão consoladora de crença e de fé raciocinada e *a ser o maior celeiro de claridades espirituais do orbe inteiro*. Nestes tempos de confusionismo amargo, consideramos de utilidade um trabalho desta natureza e, com a permissão dos nossos maiores dos planos elevados, empreendemos mais esta obra humilde, agradecendo a vossa desinteressada e espontânea colaboração. (. . .) *O Brasil terá também o seu grande momento, no relógio que marca os dias da evolução da humanidade.*”

Igualmente relevantes as informações do próprio Humberto de Campos (Espírito), na introdução da obra:

“Nessa abençoada tarefa de espiritualização, o Brasil caminha na vanguarda. O material a empregar nesse serviço não vem das fontes de produção originariamente terrena e sim do plano invisível, onde se elaboram todos os ascendentes construtores da Pátria do Evangelho.

— Brasileiros, ensarilhemos, para sempre, as armas homicidas das revoluções! . . . Consideremos o valor espiritual do nosso grande destino! Engrandecemos a pátria no cumprimento do dever pela ordem, e traduzamos a nossa dedicação mediante o trabalho honesto pela sua grandeza! Consideremos, acima de tudo, que todas as suas realizações não de merecer a luminosa sanção de Jesus, antes de se fixarem nos bastidores do poder transitório e precário dos homens! Nos dias de provação, como nas horas de venturas, estejamos irmanados numa doce aliança de fraternidade e paz indestrutível, dentro da qual deveremos esperar as claridades do futuro. Não nos compete estacionar, em nenhuma circunstância, e sim marchar, sempre, com a educação e com a fé realizadora, ao encontro do Brasil, na sua admirável espiritualidade e na sua grandeza imperecível!

O tema desenvolvido por Humberto de Campos (Espírito) empolgou o próprio Olavo Bilac (Espírito), que, pela sensibilidade do querido médium Xavier, transmitiu, a 18 de abril de 1950, em Belo Horizonte, este magnífico alexandrino ⁷⁹:

"Brasil

Desde o Nilo famoso, aberto ao sol da graça, Da virtude ateniense à grandeza espartana,

O anjo triste da paz chora e se desengana,

⁷⁹ (78) XAVIER, Francisco Cândido. Olavo Bilac (Espírito). "Brasil", in Reformador, Federação Espírita Brasileira, Rio de Janeiro, ano LXIX, março de 1951, p. 21, inserido, também, na op. ref. em (13), p. 448.

Em vão plantando o amor que o ódio despedaça,
Tribos, tronos, nações... tudo se esfuma e [passa.
Mas o torvo dragão da guerra soberana Ruge, fere, destrói e se alteia e se ufana, Disputando
o poder e denegrindo a raça.

Eis, porém, que o Senhor, na América nascente,
Acende nova luz em novo continente
Para a restauração do homem exausto e velho.

E aparece o Brasil que, valoroso, avança, Encerrando consigo, em láureas de esperança, O
Coração do Mundo e a Pátria do [Evangelho.”

Leiamos, a seguir¹, as considerações finais de Humberto de Campos, no capítulo XXX da
obra objeto destes desataviados estudos:

“Nosso objetivo, trazendo alguns apontamentos à história espiritual do Brasil, foi
tão-somente encarecer a excelência da sua missão no planeta, demonstrando,
simultaneamente, que cada nação, como cada indivíduo, tem sua tarefa a desempenhar no
concerto dos povos. Todas elas têm seus ascendentes no mundo invisível, de onde recebem a
seiva espiritual necessária à sua formação e conservação. E um dos fins principais do nosso
escorço foi examinar, aos olhos de todos, a necessidade da educação pessoal e coletiva, no
desdobramento de todos os trabalhos do país. Porque, a realidade é que o Brasil, na sua
situação especialíssima e com o seu patrimônio imenso de riquezas, não poderá insular-se
do resto do mundo ou acastelar-se na sua posição de Pátria do Evangelho, embora a época
seja de autarquias detestáveis, neste período de decadência e transição de todos os sistemas
sociais.

Apesar da recente filosofia do “basta-se a si mesmo”, nenhum país do mundo pode viver
independente da comunidade internacional. Toda a grandeza material de um povo repousa
na regularidade dos fenômenos da troca e todas as guerras, quase sempre, têm origem na
desarmonia do comércio entre as nações. No Brasil, a chamada contribuição estrangeira é
indispensável; e o único recurso, contra a incursão do elemento nocivo ou ameaçador da
estabilidade das instituições brasileiras, é a educação ampla do povo, em cujos labores
sagrados deveriam viver todos os programas do bom nacionalismo.

Nesta época de confusão e amargura, quando, com as mais justas razões, se tem, por
toda parte, a triste organização do homem econômico da filosofia marxista, que vem
destruir todo o patrimônio de tradições dos que lutaram e sofreram no pretérito da
humanidade, as medidas de repressão e de segurança devem ser tomadas a bem das
coletividades e das instituições, a fim de que uma onda inconsciente de destruição e
morticínio não elimine o altar de esperanças da pátria. Que o capitalismo, visando a própria
tranqüilidade coletiva, seja chamado pelas administrações ao debate, a incentivar com seus
largos recursos a campanha do livro, do saneamento e do trabalho, em favor da concórdia
universal.

Todas as fórmulas humanas, dentro das concepções que exprimam, por mais alevantadas que se afigurem, são perecíveis e transitórias. A política sofrerá, no curso dos séculos, as alternativas do direito da força e da força do direito, até que o planeta possa atingir relativa perfeição social, com a cultura generalizada. A Ciência, como a Filosofia e as escolas sectárias, viverá entre dúvidas e vacilações, assentando seus feitos na areia instável das convenções humanas. Só o legítimo ideal cristão, reconhecendo que o reino de Deus ainda não é deste mundo, poderá, com a sua esperança e o seu exemplo, espiritualizar o ser humano, espalhando com os seus labores e sacrifícios as sementes produtivas na construção da sociedade do futuro.

Conhecedores dessa grande verdade, supliquemos a Jesus se digne derramar do orvalho de seu amor sobre os vermes da Terra.

Que as falanges de Ismael possam, aliadas a quantos se desvelam pela sua obra divina, reunir o material disperso e que a Pátria do Evangelho mais ascenda e avulte no concerto dos povos, irradiando a paz e a fraternidade que alicerçam, indestrutivelmente, todas as tradições e todas as glórias do Brasil.”

O “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho” foi produzido em 1938, sendo sua primeira edição publicada no mesmo ano (cf. op. ref. em (8), p. 11), portanto, há quase quatro décadas.

Entretanto, conforme visto nas reproduções atrás feitas das proféticas palavras de Emmanuel e de Humberto de Campos, o extraordinário surto de progresso atingido em todos os setores das multifárias atividades brasileiras está ali claramente revelado.

. Todavia (cf. Emmanuel), “O Brasil não está somente destinado a suprir as necessidades materiais dos povos mais pobres do planeta, mas, também, a facultar ao mundo inteiro uma expressão consoladora de crença e de fé raciocinada e a ser o maior celeiro de claridades espirituais do orbe inteiro”.

No cumprimento da abençoada missão de “Coração do Mundo e Pátria do Evangelho”, eia pois — Brasil, Mais Além!

Herdeiro das tradições gloriosas dos navegadores de Sagres, ainda e sempre — Brasil, Mais Além!

Apêndice

Decorrido pouco mais de um ano da conclusão destas singelas anotações, o comentador toma conhecimento da empolgante decisão da Federação Espírita Brasileira de ir “mais além” das fronteiras territoriais pátrias, no enfoque do movimento espírita no âmbito internacional.

Eis, na íntegra, o editorial de “Reformador” de novembro de 1976.

"O campo é o mundo

Nos seus apontamentos historiográficos, o Espírito Humberto de Campos (vide “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”, cap. XIX) menciona o fato de que “na Europa a idéia espiritualista era somente objeto de observações e pesquisas nos laboratórios, ou de grandes discussões estéreis no terreno da filosofia, não obstante os primores da Codificação Kardeciana”, enquanto no Brasil o Espiritismo penetrava, com todas as suas características de Cristianismo Redivivo, conduzindo as almas para “nova alvorada de fé”, alicerçando as instituições “no amor e na caridade”, a ponto de absorver no programa cristão, “sob a orientação invisível e indireta dos emissários do Senhor”, até mesmo “as agremiações científicas que, de vez em quando, aparecem para cultivá-lo, na sua rotulagem de metapsíquica” (ou *parapsicologia*, na atualidade).

“Proclamar a necessidade da renovação interior, educar o pensamento do homem no Evangelho, para que o lar possa refletir os seus sublimados preceitos”, eis — na palavra do referido Espírito — *a principal questão* do espiritualismo.

Tais assertivas nos afloram à mente, na presente fase, quando a Casa-Máter adota iniciativas embasadas em novo dinamismo, decorrente da abordagem direta, frontal, de problemas reconhecidamente complexos, a fim de solucioná-los sob o signo da Fraternidade.

Detendo-nos na análise da problemática do movimento espírita no âmbito internacional, face aos imperativos da época e visando o “modus faciendi”, na hipótese da participação do nosso país em atividades além-fronteiras, verificamos serem estes os precisos termos dos Estatutos da FEB, no seu Art. 110: — “*À Federação Espírita Brasileira incumbe a representação do Espiritismo, por parte do Brasil, em todos os atos e solenidades internacionais concernentes à organização espírita mundial, assim como nos congressos que se efetuarem e cujas conclusões serão submetidas ao Conselho Federativo Nacional.*”

No livro mediúnicamente citado, são expostos com meridiana clareza a extensão e o alcance intemporal do programa de Ismael, o qual, adstrito a diretrizes inconfundíveis, cuja excelência tem sido comprovada nas lutas constantes ao longo de um século, resistindo às investidas de forças de variada procedência, ostensivas e ocultas, visíveis e invisíveis, vitoriosas sem dúvida — afirmamo-lo com toda convicção — na marcha paulatina da Unificação, pode ser estendido aos nossos irmãos de outras plagas. Sê-lo-á, todavia, de modo

autêntico, como deve ser, alheiamente a pressões dos que desconheçam ser o objetivo “não a reforma inopinada das instituições, impondo abalos à Natureza, que não dá saltos”; mas, sim, “a regeneração e o levantamento moral dos homens”. (Ob. cit.)

Longe da preocupação de imitar disciplinas e compromissos rijos, sem respaldo na Doutrina, e atenta às características liberais, de fraternidade sincera, na edificação comum, a Federação Espírita Brasileira manter-se-á, no entanto — coerente com o programa do qual Ismael a fez depositária —, na posição *não comprometida com instituições ou pessoas*, jamais abdicando da representação que detém para reconhecer qualquer entidade de nível mundial ou buscar, ela mesma, semelhante tratamento, ou pugnar por condição de hegemonia.

Ultrapassando as fronteiras territoriais brasileiras para o conagraçamento fraternal e cristão com os companheiros de ideal, a fim de estudar e trabalhar em regime de franca e leal cooperação, com vistas à Civilização do Espírito, de cuja estruturação somos chamados a participar, principiando pela evangelização individual de nós próprios; ou, inversamente, recepcionando, aquém-fronteiras, companheiros de jornada terrena, igualmente alertados pelo Espiritismo para as verdades da Vida Imortal — buscaremos apenas servir, servir e passar, na certeza de que a Seara é de Jesus-Cristo, o único Mestre e verdadeiro Senhor, a quem devemos, nas jornadas da pregação pelo mundo —, proferindo as abençoadas palavras: “A Paz esteja nesta casa”, àqueles que nos acolherem — o acatamento de aprendizes e o respeito de servos.”

Como se vê, confirma-se a previsão de Emma-nuel, no prefácio de “Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho”, parcialmente reproduzida no fecho de “Brasil, Mais Além!”.

O comentador congratula-se com a Casa de Ismael e roga a Jesus abençoe a fraterna iniciativa.